



Casal Ventoso revisitado: Memórias para imaginar um futuro

Miguel Chaves | Patrícia Pereira

*Casal Ventoso
revisitado:
Memórias para
imaginar um futuro*

Miguel Chaves | Patrícia Pereira



**CASAL VENTOSO REVISITADO:
MEMÓRIAS PARA IMAGINAR UM FUTURO**

Autores: Miguel Chaves e Patrícia Pereira

Capa: Sal Design Studio

Revisão e paginação: Margarida Baldaia

Edições Húmus, Lda., 2019

End. postal: Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Tel. 926 375 305

humus@humus.com.pt

ISBN: 978-989-755-432-2

Impressão: Papelmunde – V. N. Famalicão

1.^a edição: novembro de 2019

Depósito legal n.º: 463772/19

ÍNDICE

Agradecimentos	7
1. Casal Ventoso, era uma vez	9
O lugar	9
O livro	16
Qualificações escolares e profissionais: história de uma intervenção diminuta	23
2. O surgimento do Casal Ventoso	33
O crescimento da cidade e o problema do alojamento das classes laboriosas	33
O alojamento no Vale de Alcântara	37
Nascimento e expansão do Casal Ventoso	40
3. Uma história de exclusão social como forma de inserção precária no mundo do trabalho	57
A exclusão enquanto termo e enquanto realidade	57
Os cinco mundos do trabalho até à década de 1980	62
O mundo do operariado qualificado	65
O mundo do operariado desqualificado	68
Os mundos da venda ambulante, do trabalho doméstico e das limpezas	74
O mundo da gandaia	79
O mundo da pequena ilegalidade	84
O trabalho como espoletador dos modos de vida do bairro e das suas diferenciações internas	84
O estilo de vida estável	87
O estilo de vida instável	92
A última década de um bairro secular: o advento das drogas	98

4. <i>Chegando à Rua Maria, parece que estamos na Faixa de Gaza: da pobreza e do estigma ancestrais</i>	103
A evolução de um estigma múltiplo e mutante	105
A pobreza superlativa e as formas de com ela conviver	116
5. <i>Aquilo era uma barbearia, mas parecia um cinema. Lugares e sociabilidades do Casal Ventoso</i>	133
Solidariedade e relações de vizinhança e parentesco	134
Casal Ventoso em festa	144
Sociabilidades de Bairro: escalas e lugares	152
Memórias da casa	152
Microsociabilidades de pátio	157
Clubes e coletividades locais	161
A rua como lugar de sociabilidade	177
Do Bairro para a metrópole	181
Sociabilidade e vizinhança em contexto de narcotráfico	183
6. Nota conclusiva: Casal Ventoso, um novo e velho ponto de partida	193
Referências	199
Anexo	203
Lista de entrevistas coletivas	203
Lista de entrevistas individuais	205
Sobre os autores	207

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos parceiros do Projeto BIP ZIP Memórias do Casal Ventoso, em especial ao Projecto Alcantara, que, na pessoa do seu Presidente, Filipe Santos, nos convidou para escrever este livro, e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que apoiou financeiramente a sua publicação.

Gostaríamos ainda de endereçar um agradecimento pessoal à Mariana Oliveira pelo trabalho que realizou na qualidade de investigadora do projeto e à Patrícia Semeador pelo acompanhamento que fez de todo o trabalho de campo.

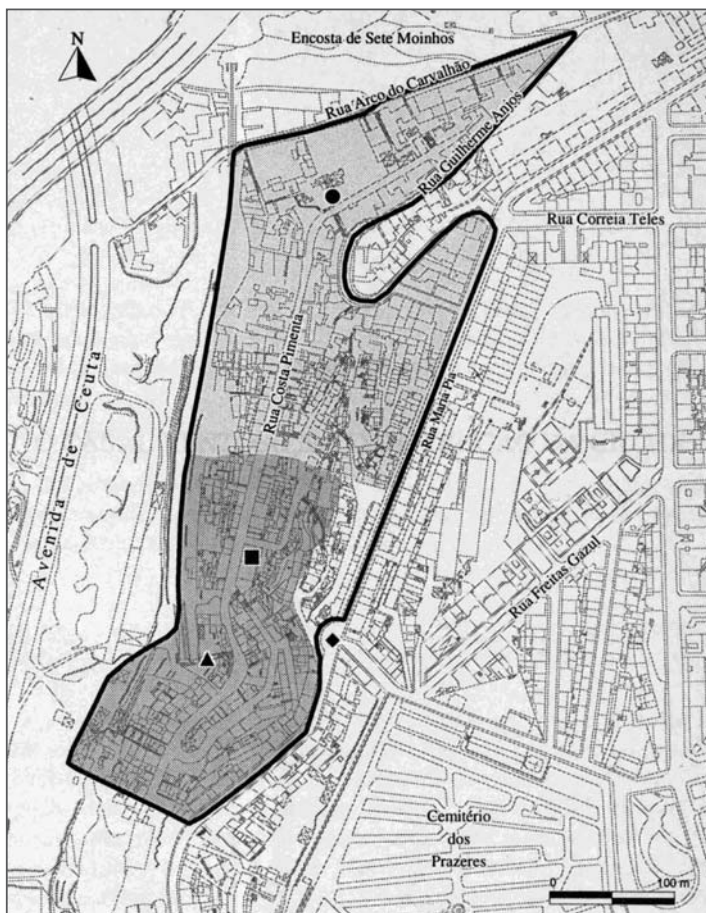
1. CASAL VENTOSO, ERA UMA VEZ

O LUGAR

Situado no Vale de Alcântara, o Casal Ventoso era um bairro do concelho de Lisboa, hoje desaparecido, que se encontrava inserido na freguesia de Santo Condestável. As balizas que o demarcavam encontram-se sinalizadas no mapa da Figura 1, onde se define o “núcleo crítico” do Plano de Reconversão que conduziu à sua demolição. Estes limites físicos correspondiam, em larga medida, a redes viárias, designadamente à Rua do Arco do Carvalhão, à Rua Guilherme Anjos e à Rua Maria Pia. As habitações edificadas a sul ou a oeste destas vias encontravam-se inseridas no Casal Ventoso, o mesmo já não sucedendo com as casas situadas do lado oposto.

À semelhança do que sucede com muitos outros bairros de Lisboa, tais fonteiras não eram consensuais, nem aceites por todos os moradores, em especial por aqueles que habitavam numa área designada por Casal Viúva Teles, assim como por residentes das ruas Guilherme Anjos e Arco do Carvalhão. No entanto, eram estes os limites em que os moradores se reviam, na sua maioria, sempre que lhes era pedido que identificassem os marcos geográficos do Bairro.

A freguesia de Santo Condestável, criada em 7 de fevereiro de 1959 e dissolvida em 2013 para dar lugar à freguesia de Campo de Ourique, possuía uma composição social muito heterogénea. O Casal Ventoso, habitado por classes populares, situava-se na zona mais baixa e íngreme da encosta nascente do Vale de Alcântara. Era marcado,



- | | |
|--|---|
|  Casal Ventoso de Cima |  Meia Laranja |
|  Casal Ventoso de Baixo |  Centro Social |
|  Casal Viúva Teles |  Escadinhas da Morte |
| |  Encosta do Manez |

Figura 1. Mapa do Casal Ventoso, com diferenciação das três áreas e identificação de locais referidos no texto [1992].

Fonte: Chaves (1999) e Câmara Municipal de Lisboa (CML).

praticamente em toda a extensão, que contava dez hectares, pela degradação habitacional e ambiental, pelo uso de materiais provisórios e por défices infraestruturais e de redes de abastecimento. Em contraste, na zona mais elevada dessa mesma encosta, deparávamos com Campo de Ourique, bairro maioritariamente habitado por classes médias urbanas, que dispunha de planeamento e de equipamentos qualificados. Os dois bairros encontravam-se separados fundamentalmente pela Rua Maria Pia, embora entre o edificado do Casal Ventoso e o de Campo de Ourique (cuja localização é identificada por um traçado ortogonal, fácil de observar na Figura 1) se pudessem localizar zonas de rendas mais baixas, habitadas por indivíduos de classes populares ou menos capitalizados do que os que residiam mais acima, em especial dos moradores nas áreas mais nobilitadas de Campo de Ourique, como, por exemplo, a zona da Igreja do Santo Condestável, a Rua Ferreira Borges ou certas zonas da Rua Saraiva de Carvalho.

A norte do Casal Ventoso situava-se a Rua do Arco do Carvalhão e, logo adiante, na mesma direção setentrional, o bairro de Sete Moinhos. Inserido na freguesia de Campolide, Sete Moinhos partilhava com o Casal Ventoso o estatuto de zona degradada e, mais do que qualquer outro lugar, a ele se aparentava (e continua a aparentar) em termos visuais e de edificado. Por fim, na fronteira sul, o Casal Ventoso desembocava numa colina de forte inclinação, coberta por pequena vegetação e entulho, onde a construção era praticamente inviável, o que não obstou a que mesmo aí tivessem sido edificadas barracas dispersas.

O pronunciado declive e os edifícios situados na Rua Maria Pia faziam com que o Bairro nunca pudesse ser avistado à proximidade. Mesmo os transeuntes que percorriam diariamente essa artéria podiam encontrar-se a uma distância de apenas 10 metros do Casal Ventoso, mas não tinham qualquer possibilidade de o observar. Para tal seria necessário descender duas vias pedonais ou, então, as Escadinhas do Bordas, situadas junto ao largo da Meia-Laranja; vias e escadas que não eram utilizadas por ninguém, a não ser por moradores e, mais

tarde, por consumidores de drogas. Só a partir das importantes vias de circulação situadas a poente – Avenida de Ceuta, o caminho de ferro ou o acesso à Ponte 25 de Abril – o Casal Ventoso era contemplável em toda a extensão, mas aí já, pelo menos, a duas centenas de metros de distância.

O facto de se encontrar situado num morro e a aparência do tecido residencial levavam a que, à distância, o Casal Ventoso se assemelhasse visualmente às favelas do Rio de Janeiro. Alguns dos aspetos mais conhecidos do Bairro, nomeadamente a pobreza e, mais tarde, a proliferação do comércio de drogas, vieram estreitar cada vez mais as associações produzidas no imaginário lisboeta entre essa região urbana e as favelas sul-americanas.

No final do século XX, o Casal Ventoso encontrava-se já cercado por vias de intensa circulação rodoviária, designadamente pela estrada que liga Lisboa à margem sul do Tejo. Estava também próximo de importantes carreiras de transportes públicos. As suas imediações tornaram-se assim lugares acessíveis a muitas áreas do concelho de Lisboa ou mesmo da área metropolitana. Esta situação contrastava, como veremos adiante, com a registada na primeira metade do século. Nesse momento o Casal Ventoso não passava de uma colina periférica de reduzida acessibilidade.

No interior, o Casal Ventoso possuía apenas uma via de circulação automóvel, praticamente desconhecida fora dele: a Rua Costa Pimenta. No momento do realojamento da população residente no Casal Ventoso, que teve início no ano de 1999, circulavam nessa rua apenas viaturas de habitantes e de compradores de droga. Faziam também a sua aparição alguns veículos policiais em visitas rotineiras ou em rusgas.

A Rua Costa Pimenta era o local onde se concentrava o maior número de habitantes. Cruzando o Bairro de um extremo ao outro, ela ligava o Casal Ventoso de Baixo ao Casal Ventoso de Cima. Apesar dos advérbios “baixo” e “cima” inseridos nas designações, estas duas zonas que dividiam o Bairro não acompanhavam o declive muito intenso



Figura 2. Panorâmica do Vale de Alcântara abrangendo parte da encosta do Casal Ventoso (1966).

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Fotográfico.
Fotografia de Armando Maia Seródio.

que se verificava da Rua Maria Pia para a Avenida de Ceuta, mas sim uma inclinação suave que se registava de sul para norte (Figura 1).

Além da Rua Costa Pimenta, o Bairro continha em si imbricadas e degradadas vias pedonais. Não eram lineares, pois tinham algumas curvas e os acessos culminavam quase sempre em escadas. Descortinavam-se ainda escadarias que serpenteavam por entre as casas e que davam acesso à linha de caminho de ferro e à Avenida de Ceuta. A mais conhecida terminava num dos túneis ferroviários e era designada no Bairro por *Escadinhas da Morte*, em virtude, segundo

algumas versões, da incidência especialmente elevada de mortes por *overdose* que ocorria no local.

Vislumbavam-se ainda ruelas e escadas que emergiam como uma geografia de conhecimento apenas local. Tais vias, por vezes simples corredores, culminavam em becos ou encontravam-se protegidas por portões.

A densa malha urbana do Bairro era constituída, na sua maior parte, por pátios e vilas muito degradados. De acordo com os dados da Direção Municipal de Reabilitação Urbana, existiam 46 pátios e vilas no Casal Ventoso (Menezes, 1992). Comparativamente com outros pátios de Lisboa, eram particularmente estreitos e formados por edificações de baixo custo tecnológico, progressivamente convertidas de barraca em casa, que foram sofrendo melhoramentos ao longo do tempo. A maior parte das casas, bem como os respetivos anexos, encontrava-se sobreposta e interligada. Como num jogo de dominó, a demolição de um edifício provocaria facilmente o desmoronamento das moradias circundantes.

Do que foi dito, fácil é depreender que todo o Bairro, ou seja, não só os edifícios dos pátios, mas também as outras edificações e os caminhos internos, formava um universo habitacional consideravelmente fechado e autocontido.

Durante toda a história do Casal Ventoso, nunca foi possível contabilizar um número definitivo de habitantes, sendo provável que este tenha decrescido de forma significativa a partir de certo momento, pelo menos em resultado do recuo das taxas de natalidade. Em inícios da década de 1960, foi possível apurar, graças ao *Inquérito Habitacional aos “Bairros de Barracas” e Construções Abarracadas Existentes na Área Administrativa da Cidade de Lisboa* (cit. em Menezes *et al.*, 1992), que 38,4% dos casais tinham mais de 3 filhos, e 31,4% dos habitantes possuíam idades inferiores a 14 anos.

O Recenseamento Geral da População de 1991 apontava para um quantitativo na ordem dos 2700 habitantes. No entanto, as condições

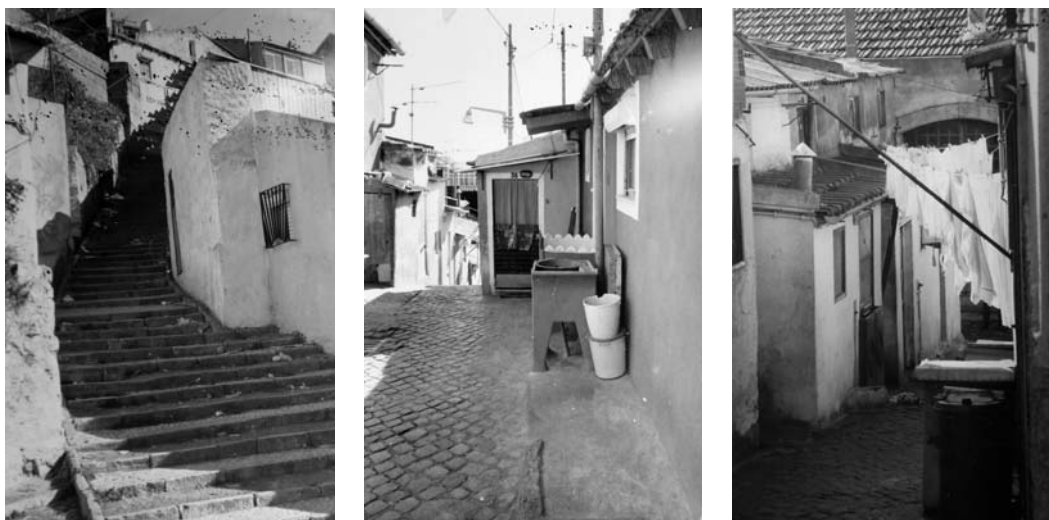


Figura 3. Ruelas e escadinhas do Casal Ventoso.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

em que este Censo foi realizado nos quarteirões correspondentes ao Bairro geraram ceticismo por parte de entidades especialmente conhecedoras do Casal Ventoso, entre as quais o Presidente da Junta de Freguesia de Santo Condestável e o Diretor do Centro Social do Casal Ventoso. Ambos apontavam para um número na ordem das 12 000 pessoas. Cálculos realizados em momentos próximos do Censo de 1991 aproximaram-se mais do número apurado pelo recenseamento – a Hidrotécnica Portuguesa (1992) avançou uma previsão de 4200 habitantes e o Grupo de Ecologia Social do LNEC (Menezes *et al.*, 1992) um número de 3611 moradores.

A última estimativa realizada no Casal Ventoso (setembro de 1996) foi levada a cabo pelo Gabinete de Reversão do Casal Ventoso, que inquiriu todos os alojamentos. Considerando as condições privilegiadas de que este recenseamento beneficiou, esta estimativa surge como



Figura 4. Um dos acessos ao Casal Ventoso junto à Vila Cid, 1962.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Fotográfico.

a mais fiável. Nela se apontava para um número de 3814 habitantes num momento em que o processo de inquirição já se encontrava praticamente concluído. Este valor dizia respeito apenas aos habitantes em alojamentos, pois, nesse momento, algumas centenas de toxicod dependentes não autóctones tinham passado a viver no Bairro debaixo de túneis ou pontes, utilizando pequenos refúgios improvisados ou acampados num declive com o nome de Encosta do Manez.

O LIVRO

Apesar de ter sido demolido há quase duas décadas, o Casal Ventoso continua vivo na memória dos seus ex-moradores. Este livro resulta de um projeto de intervenção social onde a memória ocupa, justamente, um lugar preponderante: o “Memórias do Casal Ventoso” (BIP/ZIP). Trata-se de, num esforço partilhado entre investigadores

da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA), o Projeto Alcantara e antigos moradores, reivindicar um lugar para o Casal Ventoso na história de Lisboa, recuperando as memórias quotidianas da sua população e desmontando a ideia de *lugar maldito* que lhe está associada desde os anos 1990, momento em que o problema da droga passou a ser eleito como uma das preocupações fundamentais da sociedade portuguesa. Não queremos com isto negar a realidade, que muitos viveram, de um bairro marcado pela venda e pelo consumo de drogas nos últimos anos da sua história, mas de trazer também à luz memórias de períodos anteriores, assim como o reconhecimento de múltiplas dimensões paralelas, fulcrais para o conhecimento desta região lisboeta, que em muito ultrapassam o comércio de estupefacientes. Focamo-nos assim no quotidiano, nas dinâmicas sociais e organizativas do Bairro em vários momentos no tempo, mas também nos cursos e estilos de vida representativos da população local, de que procuraremos dar conta, respeitando a sua heterogeneidade.

Construir memórias implica estabelecer uma incessante dialética entre passado e presente: a memória é elaborada a partir do passado, mas de uma forma que é afetada e contaminada pelas vivências do presente; isto é, permite discernir e lembrar o passado e confere-lhe sentido à luz dos acontecimentos e trajetórias posteriores. As memórias são também elaboradas a partir das experiências coletivas. Nesse sentido, a construção de recordações partilhadas de um passado comum fornece linhas de continuidade à vida de um grupo local. O dispositivo de controlo coletivo das memórias fica bastante claro nas conversas paralelas que mantivemos com interlocutores nas entrevistas de grupo. Alguns participantes procuravam contextualizar ou corrigir as descrições e justificações veiculadas pelos pares. A recolha de memórias que aqui se ensaiou procura resgatar as vivências e experiências coletivas, o que obriga a ter em conta a globalidade da população residente, nomeadamente as suas minorias, e não apenas os porta-vozes locais, o que se procurou assegurar na metodologia adotada.

As imagens produzidas do exterior sobre o Bairro parecem também pesar na construção das lembranças locais. No Casal Ventoso, a forte imagem negativa do bairro demolido deixou em muitos dos seus antigos residentes uma forte necessidade de lhe contrapor reminiscências positivas.

A memória coletiva e a história urbanas são parte integrante do processo de edificação subjetiva de uma cidade. Os marcos físicos, sejam estes monumentos, ou prédios, casas, e lugares de comércio, no fundo, os espaços do quotidiano, são relevantes para esse processo de construção. Segundo Hayden, décadas de “renovação urbana” ensinaram a muitas comunidades que, quando a paisagem urbana é destruída, as memórias coletivas são destruídas também. No entanto, mesmo lugares totalmente desmantelados podem recuperar algum significado público compartilhado (1995, p. 9). Nesse sentido, uma abordagem consciente da preservação urbana deve ir além das técnicas tradicionais de preservação arquitetónica (transformar as estruturas preservadas em museus ou em imobiliário atrativo do ponto de vista comercial) para atingir objetivos mais amplos. Enquadrada numa abordagem desse tipo, a criação de um Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso, proposta no âmbito do projeto “Memórias do Casal Ventoso”, vai no sentido de reorientar a escrita da história urbana para as lutas da sobrevivência quotidiana, procurando fazer uso da história social do espaço urbano para ligar as vidas e formas de viver das populações à paisagem, à medida que esta vai sendo alterada ao longo do tempo. Ainda segundo Hayden, o poder do lugar, ou seja, o poder das paisagens urbanas comuns para alimentar a memória dos cidadãos no quadro de territórios compartilhados, permanece inexplorado para muitos bairros na maioria das cidades e para a maioria das populações laboriosas, grupos étnicos e mulheres. O sentido de identidade cívica que a história compartilhada pode transmitir está ausente. E até as amargas experiências e lutas que as comunidades perderam precisam de ser lembradas para relevar a sua real importância (1995, p. 11).

Neste livro, procuramos, com os moradores do Bairro, trazer para o espaço público um conjunto diversificado de memórias relativas ao cotidiano do Casal Ventoso. Entendemos que o texto é, em larga medida, coletivo no sentido em que se baseia em testemunhos que são produto da experiência do encontro entre aqueles que formularam as perguntas, geralmente os investigadores, e a população entrevistada.

A recolha do material inédito aqui apresentado foi realizada entre fevereiro e maio de 2018. Durante esse período levaram-se a cabo sete entrevistas coletivas, na modalidade de grupos focais, a 24 ex-moradores distribuídos pelas seguintes faixas etárias: 40-49 anos; 50-59 anos; 60-69 anos; mais de 70 anos. Em qualquer destas faixas entrevistaram-se dois grupos, com exceção dos indivíduos com idades iguais ou superiores a 70 anos, que foram reunidos num único grupo. Uma descrição mais detalhada do perfil dos entrevistados poderá ser consultada no anexo disponível no final no livro.

As entrevistas coletivas estruturaram-se em torno de três grandes dimensões. Em primeiro lugar a interação com a instituição escolar, enfatizado o confronto com: professores e pessoal escolar; matérias e currículos; e entidades socializadoras relevantes: família, vizinhos e amigos. Em segundo lugar, a interação com o mercado de trabalho, destacando-se: a identificação das ocupações que pontuaram a relação da população com “o mundo do trabalho”; a perceção sobre os fatores que a mantiveram num lugar periférico no interior da estrutura ocupacional; e a perceção acerca dos contextos de surgimento e consolidação das atividades ilegais, assim como do seu “peso real” no Casal Ventoso. Por fim reuniram-se informações acerca da relação da população com o poder local e com o próprio lugar, com o objetivo de se obterem dados fundamentais acerca das experiências residenciais no Casal Ventoso e nos bairros de realojamento, potenciando a sua comparação no futuro.

Realizaram-se igualmente doze entrevistas individuais a interlocutores selecionados de acordo com a sua relação com o trabalho

(cf. anexo). Entrevistaram-se mulheres e homens ligados à atividade de venda ambulante, trabalho doméstico, operariado industrial, estiva e gandaia. Nesta seleção procurou-se também garantir diversidade do ponto de vista das trajetórias sociais dos entrevistados. Foram assim entrevistados: “indivíduos com uma trajetória de mobilidade social ascendente”, quer dizer, caracterizada por percursos de ascensão em termos escolares e profissionais, em comparação com a sua família de origem e com a grande maioria da população do Bairro (alguns destes entrevistados sofreram igualmente processos de mobilidade espacial, tendo-se transferido para outras áreas de residência) e “indivíduos com uma trajetória de reprodução social”, ou seja, caracterizada pela manutenção numa posição social análoga à da sua família de origem, marcada, à semelhança da do grosso dos restantes moradores do Casal Ventoso, por baixos níveis de escolaridade, baixos salários e precariedade profissional. Procurou-se ainda entrevistar pessoas com trajetórias marcadas por ligações duradouras a atividades ilegais, mas, devido à reduzida duração do trabalho de campo, não foi possível realizar entrevistas enquadradas neste último tipo. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas com recurso ao programa de análise de dados qualitativos MAXQDA.

É fundamental precisar que grande parte da análise não teria sido possível sem o recurso a um estudo anterior, decorrente de um trabalho de investigação e de intervenção realizado por um dos seus autores, entre 1992 e 1996, do qual resultou um livro publicado num momento em que a demolição do Bairro estava iminente (Chaves, 1999). Os dados entretanto obtidos vieram sobretudo reiterar e adensar alguns dos resultados e conclusões apresentados nesse livro, não tendo tido o condão, como sucede em alguns casos, de os retificar, pelo que certos excertos são similares, embora tenham sido modificados no sentido de tornar o conteúdo menos hermético e a leitura escurrita. No estudo publicado em 1999 as informações recolhidas decorreram de uma longa e diária observação-participante, de contactos com

informadores-chave, de múltiplas entrevistas, formais e informais, a presidentes de coletividades, a adultos e jovens moradores e a consumidores de drogas. Procedeu-se também a recolha e análise documental realizada no Instituto de Reinserção Social e em arquivos camarários, além de outras fontes (Chaves, 1999, pp. 31-33).

Este novo livro, que corresponde, no fundo, a uma reavistação, tem sobretudo a valia de assumir como destinatário prioritário os ex-habitantes do Casal Ventoso ou, se se preferir, a população dos bairros que emergiram do processo de realojamento – a Quinta do Cabrinha, o Bairro do Loureiro e a Avenida de Ceuta-Sul. Pretende-se que o texto funcione como um instrumento de facilitação e aprofundamento do diálogo interno entre os moradores destes bairros, assim como entre esses moradores e interlocutores externos, com destaque para os responsáveis pela implementação de políticas públicas. Nesse sentido os autores desenvolveram um esforço de recolha, mas também de organização e articulação de algumas das dimensões que consideram nevrálgicas para a compreensão da vida coletiva e individual dos habitantes do Casal Ventoso, ao longo da sua história. A tentativa de promover esse diálogo levou-os a abdicar, na medida do possível, das formulações e do jargão científicos, mais ou menos justificáveis em meio académico, mas aqui causadores de ruído e desmotivadores da leitura.

Mas dialogar e refletir para quê, perguntar-se-á? Modestamente, diríamos que tal se torna necessário para que os moradores possam agir de forma articulada e sistemática sobre alguns aspetos centrais das suas vivências e condições de existência, conservando e aprofundando aqueles que considerem preservar, e modificando aqueles que entendam dever ser alterados, através tanto da sua ação direta quanto do estímulo que possam exercer sobre a ação de terceiros. Se o livro conseguir suscitar pistas para esse diálogo, então isso quererá dizer que também ele foi sujeito a julgamento. Com efeito, os moradores deverão reforçar, aprofundar ou contestar a visão que aqui se propõe,

perspetiva que, embora construída com extenso auxílio da população, não deixa de ser sobretudo a perspetiva dos autores.

Ora, quanto a essa perspetiva, não consideramos vantajoso almentar equívocos. A visão dos autores assenta em duas ideias, que subjazem a todo o texto. A primeira é a de que os antigos habitantes do Casal Ventoso constituem uma parcela da população lisboeta que se manteve numa situação de pobreza ao longo de várias gerações, a ponto de ser comum encontrar-se tanto naquele bairro, como nos atuais bairros de realojamento, descendentes de terceira ou quarta geração de indivíduos que ali haviam chegado na primeira metade do século XX. Mais, os autores sustentam que o Casal Ventoso serve de exemplo vivo e de lugar privilegiado para o estudo de uma tendência que a OCDE, comparando vários países, revelou acerca de Portugal: são em média necessárias cinco gerações para que aqueles que nascem em famílias de baixo rendimento atinjam o rendimento médio do conjunto da população (OCDE, 2018); isto é, são tendencialmente necessárias várias gerações para que uma família em Portugal rompa com uma situação de pobreza, impedindo que tal situação se reproduza no plano intergeracional.

A segunda ideia que atravessa o livro, embora de forma implícita, é a de que a rutura com patamares de pobreza será tanto menos suscetível de êxito quanto as formas de intervenção social que tiverem lugar menos propiciarem vias de qualificação profissional e escolar que permitam aproximar a população de posições minimamente qualificantes no mercado de trabalho, pois só estas lhes permitirão ultrapassar o quadro de rendimentos extremamente reduzidos e precários em que se vêm mantendo geração após geração.

Uma vez que esta segunda ideia não será alvo de quaisquer aprofundamentos ao longo do texto, aproveitaremos o próximo bloco para lhe fazer jus, listando as iniciativas desencadeadas por entidades internas e externas ao Casal Ventoso com o objetivo de permitir às famílias do Bairro romper com a situação frágil e periférica face ao mundo do

trabalho e aproximar-se das entidades formativas, nomeadamente da instituição escolar, até ao momento do realojamento.

Haverá, decerto, atividades e protagonismos que, por falta de dados, ficarão injustamente esquecidos. A sua inclusão não seria, porém, suficiente para nos levar a obliterar a ideia central de que o conjunto de iniciativas promovido especificamente com esse propósito foi, quer em termos de volume, quer de alcance, exíguo.

QUALIFICAÇÕES ESCOLARES E PROFISSIONAIS: HISTÓRIA DE UMA INTERVENÇÃO DIMINUTA

A primeira política de intervenção social conhecida que pretendeu repercutir-se nas qualificações da população do Casal Ventoso foi promovida pela Obra das Mães pela Educação Nacional. Esta entidade marcou presença no Bairro desde 1939 e inaugurou, em 1943, uma Casa de Trabalho, onde se ensinava costura e bordados a vinte raparigas, com o propósito de formar “futuras mulheres e donas de casa”.

Com estreitas associações ao Estado Novo, e em particular à Mocidade Portuguesa, a Obra tinha como objetivo promover ações contra a “miséria moral e material”. Além da Casa de Trabalho, destinada em exclusivo a mulheres, abriu também um abrigo para crianças dos 2 aos 7 anos e promoveu a distribuição de uma refeição constituída por meio litro de sopa e cem gramas de pão. A Casa funcionou num edifício de reduzidas dimensões, propriedade da Legião Portuguesa. Durante a investigação levada a cabo na década de 1990 (Chaves, 1999), algumas pessoas afirmaram não gostar da Obra das Mães precisamente pelas suas putativas ligações a esse corpo do regime: *Aquilo era um quartel da Legião onde se içava o hino e se tocava a bandeira. O que eles queriam era inscrever gente do Casal Ventoso na Legião.* Nesse mesmo estudo, falámos com algumas mulheres que frequentaram as instalações. Não se referiram com detalhe às atividades.

A menos lacónica disse-nos que *era muito bom, aprendia-se a costurar*. Nos depoimentos obtidos para o presente livro, soubemos, porém, de uma mulher que elogiou a Casa de Trabalho de forma mais veemente, responsabilizando-a pela sua situação profissional na atualidade, pois tornou-se costureira profissional.

Embora nunca tivesse conferido qualquer grau de escolaridade, a Casa de Trabalho começou a ser denominada pela população do Bairro como *A Escola*, designação que o Centro Social, talvez por se ter instalado no mesmo edifício, acabou por herdar, e que várias pessoas continuam a usar no momento presente, apesar de o imóvel e do Bairro já não existirem.

Segundo os dados de que dispomos, a Obra das Mães chegou ao Bairro por intermédio de uma associação designada *Amigos do Bem do Casal Ventoso*, fundada por cinco habitantes. De entre estes destacava-se o Diretor, de nome Melo, que era morador do Bairro e possuía uma mercearia especialmente próspera para o contexto local. O facto de ser alfabetizado, de se mover bem nos meandros da administração local, pois militava na União Nacional, e de conhecer informalmente os residentes fê-lo converter-se num mediador exemplar em múltiplos aspetos das vivências internas, designadamente na relação que cada habitante estabelecia com a Junta de Freguesia. Era ele quem preenchia os documentos de natureza burocrática de uma série de habitantes, encontrando-se a par dos processos individuais. Estas prerrogativas levaram um informador a qualificá-lo de *espécie de regedor local*. A própria Casa de Trabalho para raparigas foi aberta depois de reuniões que Melo manteve com a condessa de Rilvas, Presidente da Obra.

Foi ainda graças às diligências deste morador e da associação a que presidia que se instalaram no Bairro alguns chafarizes. A inauguração de um deles contou com a presença de representantes do Ministério das Obras Públicas, da Assistência Nacional e da União Nacional da freguesia, tendo merecido ornamentação e o descerramento do

retrato do Presidente da República, Marechal Carmona. O aparato das inaugurações não era inédito no Casal Ventoso. Também no seu segundo aniversário, a Casa de Trabalho da Obra foi visitada por Maria do Carmo Fragoso Carmona, esposa do chefe de Estado, acompanhada pelo reverendo prior da freguesia de Santa Isabel, pela condessa de Penha Garcia e pela condessa de Rilvas, figuras centrais da Obra das Mães.

As atividades da Obra e da Casa de Trabalho mantiveram-se inalteradas até 1959, ano que viu nascer a freguesia de Santo Condestável. Nessa mesma data redigiram-se os estatutos de uma associação denominada Centro Social do Casal Ventoso, que passou a ter como responsável o presidente da junta de Santo Condestável. De 1962 a 1974 o Centro funcionou, porém, sob a direção do prior da paróquia de Santo Condestável, adotando a designação de Centro Paroquial de Santo Condestável.

A passagem da entidade fundada pela Obra das Mães para a órbita paroquial não surpreende. Entre aquela e a Igreja católica parece ter-se verificado uma estreita aliança e complementaridade de objetivos e práticas. Enquanto a Obra permaneceu no Bairro, a sua Casa de Trabalho procurou conduzir gente à Igreja. Em muitos casos, foram as próprias *senhoras da Obra* que fomentaram o casamento e o batismo católico de alguns casais que viviam juntos. Por seu lado, a Igreja realizava batizados e casamentos dos habitantes que frequentavam a Casa de Trabalho.

Já depois de 1959, os Amigos do Bem do Casal Ventoso voltaram a promover pelo menos duas iniciativas, desta vez em conjugação direta com a paróquia: a abertura de uma capela no Centro Paroquial e a realização da procissão de Nossa Senhora. À semelhança de outros bairros e freguesias de Lisboa, o Casal Ventoso passou a ter a sua própria procissão. A imagem de Nossa Senhora utilizada no cortejo foi talhada por um habitante e instalada na capela que ocupava parte do edifício do Centro. Representava Nossa Senhora de Fátima

e encontrava-se rodeada de diversas imagens de santos da Igreja. Em 1996 a imagem encontrava-se colocada numa das entradas do Centro Social, que permanecia fechada, sendo pois raras as pessoas que a podiam observar.

Ainda nas instalações do Centro Paroquial funcionou, até inícios da década de 1970, uma associação que pretendeu ligar diversas coletividades do Bairro, com a designação de Intercoletividades. Esta iniciativa coube a uma assistente social, e promoveu atividades com jovens, sobretudo ténis de mesa. Alguns depoimentos fazem-nos supor que a Intercoletividades possa ter tido ambições maiores do que as que aqui revelamos, sobretudo no domínio da qualificação de jovens, mas não possuímos dados seguros que nos permitam ir mais longe. O mesmo sucede com uma outra iniciativa desenvolvida numa coletividade situada na Rua Maria Pia, de seu nome O Imparcial (originalmente batizada de Concentração Musical de 1914). Segundo nos foi dito por uma das figuras mais interventivas e politicamente empenhadas do Bairro, Vítor Relvas, alguns grupos de intelectuais e de estudantes universitários residentes em Campo de Ourique procuraram realizar aí, durante a década de 1960, uma campanha de alfabetização, que passou a denominar-se Cave da Alfabetização. Mas também nesse caso não dispomos, por ora, de dados suplementares. O Imparcial voltará a ser mencionado no último capítulo.

Já depois do 25 de Abril, as atividades que tinham lugar no antigo edifício herdado da Obra das Mães voltaram a destacar-se. Poucos meses após a revolução, em outubro de 1974, a direção do Centro Paroquial, sob tutela da Igreja, foi substituída por outra, constituída por habitantes do Bairro. A partir de maio de 1975 começaram finalmente a vigorar os estatutos que haviam sido aprovados uma década antes, assim como a própria designação Centro Social. Criou-se, então, uma comissão instaladora provisória, que funcionou cerca de dois anos, até se redigirem novos estatutos. Dessa comissão participaram militantes de vários partidos à esquerda do espectro partidário.

Segundo nos foi referido por vários intervenientes, as reuniões foram pontuadas por conflitos internos.

Dois anos depois, José Luís Coelho foi eleito presidente do Centro Social, tendo-se mantido em exercício até ao seu falecimento, em 1998. Esta liderança surgiu a partir de uma rutura com a Comissão Instaladora, e não tinha qualquer filiação partidária, pelo menos explícita e identificável.

Em 1995, José Luís Coelho confidenciou-nos que esta associação correu o risco de deixar de ser financiada pela Santa Casa da Misericórdia a partir do momento em que se verificou o encerramento do Centro Paroquial e a expulsão do pároco, tendo permanecido alguns meses sem subsídio:

Quando se tomou conta disto, não havia um tostão no banco, porque o padre tirou tudo. Fui arranjar fiado. Falei com o pessoal, falei com o provedor e entregámos os estatutos. Ao fim de seis meses, veio a primeira tranche. Demos metade ao pessoal, demos metade aos homens que fiaram. Quando recebemos a segunda tranche, pagámos a toda a gente e ficámos com oitenta contos. Isto há dezoito anos. (Cit. em Chaves, 1999, pp. 97-98)

A seguir ao 25 de Abril, constituiu-se também uma Comissão de Moradores do Casal Ventoso. Segundo as informações de que dispomos, confirmadas por diversas pessoas, a maioria dos membros era simpatizante do partido UDP. Essa comissão passou a apresentar como principal exigência a “criação de um bairro novo”, tendo lançado vários boletins informativos e empreendido uma marcha até ao Palácio de Belém na qual estiveram envolvidos vários habitantes.

A Comissão teve como principal realização um conjunto de levantamentos sociodemográficos no âmbito de um processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), que não chegou a concretizar-se, e a que nos referiremos mais tarde. Esta entidade merece referência neste

texto pois também ela desenvolveu um esforço de ação educativa, promovendo cursos de educação básica de adultos, um jardim de infância e salas de estudo, assim como um ATL (Atividades de Tempos Livres) para crianças do ensino primário. Esse ímpeto interventivo foi sobretudo notório durante a segunda metade da década de 1970, declinando muito a partir daí, em larga medida, por dificuldade de encontrar apoios financeiros. No momento do realojamento, com a designação de Associação de Moradores, a comissão encontrava-se praticamente inativa, mas possuía ainda uma pequena creche e desenvolvia atividades de tempos livres com crianças.

A partir de inícios de 1980, o principal interventor local passou a ser, inequivocamente, o Centro Social do Casal Ventoso, que tinha como atividades centrais um centro de dia para idosos (que dispunha de apoio ambulatorio), uma creche e um ATL destinado às crianças do Bairro, que aí circulavam às centenas durante o dia.

O protagonismo desta entidade encontrava-se muito centrado na competência organizativa e de liderança de José Luís Coelho, a que se somava a capacidade de atrair apoios financeiros. Além dos financiamentos regulares, resultantes de acordos com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e das quotizações de utentes e sócios, o Centro contava também com apoios extraordinários requeridos pelo Diretor. Foram estes últimos que permitiram expandir consideravelmente as instalações e adquirir uma carrinha essencial ao transporte das populações de eleição: os idosos e as crianças.

Desde 1975 que José Luís Coelho vinha reivindicando um carácter despartidarizado para a associação a que presidia. A receção dos organismos e das pessoas que se dirigiam espontaneamente ao Centro Social, ou que eram convidados a visitá-lo, não dependia, como o próprio nos referiu, em 1996, de critérios de filiação partidária, mas de suposta utilidade para a Associação.

O X foi muito bem recebido. Todos os presidentes da Câmara foram bem recebidos. Já cá esteve Y e a mulher de Y e as pessoas ligam. Quem cá veio mais foi a mulher de Y à caça de votos. Veio cá ao centro e disse que ajudava a gente... até hoje nada. Já cá veio o X, e se a gente fez o primeiro andar pode agradecer ao X. Já cá veio a Z e ajudou. Já cá veio o W, que fez as coisas lá em baixo, também já ajudou o centro através da Ação Social, não temos razão de queixa. O T, que deu a camioneta ao Centro, também foi bem aceite. Ou seja, a gente não somos políticos. Tanto nos faz cá vir o Presidente da República como outro qualquer. Tanto recebemos um tipo da direita como um tipo de esquerda, que a gente não somos políticos. A política é para os políticos. A gente simplesmente aqui trata das crianças e dos velhotes. Não nos interessa a política, a nós só nos interessa as pessoas e o auxílio que elas possam dar. (Cit. em Chaves, 1999, pp. 123-124)

No âmbito da quase inexistente intervenção destinada à melhoria das qualificações profissionais da população do Bairro, o protagonismo veio a caber novamente ao Centro Social, através da sua participação, já na década de 1990, no recém-constituído Núcleo de Intervenção Prioritária para a Prevenção da Toxicodependência (NICPT).

Assente no Programa Horizon da Comunidade Europeia, o NICPT concebeu o Projeto Amanhã, tutelado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que foi estendido a quatro bairros críticos. Utilizando as formulações do documento de candidatura, tratava-se de um projeto de “Intervenção Comunitária”, que tinha como público-alvo “jovens em risco”, que “dado o meio envolvente podiam ser facilmente aliciáveis para uma vida marginal”.

No Casal Ventoso, o projeto teve como finalidade central ministrar conhecimentos básicos de canalização e de informática a um contingente de jovens do Bairro, mediante a concessão de um subsídio mensal de 40 000 escudos (cerca 200 euros, na moeda atual).

A atividade formativa abrangeu um grupo de trinta adolescentes com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos, divididos entre

o “grupo da canalização” e o “grupo da informática”. Um ano depois, esse grupo foi substituído por outro, de igual dimensão. O projeto conheceu apenas essas duas edições, tendo encerrado definitivamente em julho de 1995.

Em paralelo com os cursos referidos, o projeto Amanhã incluiu também atividades orientadas para a obtenção de competências cívicas e de cidadania, baseadas em atividades desportivas e em ateliês de expressão plástica e dramática, realizados com os mesmos jovens.

Uma vez que as formações em canalização e informática não se encontravam devidamente calibradas com os cursos profissionais existentes e certificados pelo IEFP, elas passaram a ser designadas meramente como cursos pré-profissionais, e a sua realização não facultou qualquer diploma. Para a grande maioria dos cursos profissionais certificados pelo IEFP, o 12.º ano era um requisito necessário e quase nenhum era acessível a indivíduos que não tivessem completado o 9.º ano de escolaridade. Ora, a esmagadora maioria dos jovens do Bairro nunca havia prosseguido sequer para o 7.º ano, tendo abandonado a escola antes da conclusão do 2.º Ciclo.

No final do projeto Amanhã, as trajetórias dos jovens que o frequentaram não foram seguidas e avaliadas. Segundo os dados de que dispomos, apenas um único rapaz começou a trabalhar como canalizador. Por sua vez, uma adolescente que realizou a formação em informática, e que possuía uma escolaridade elevada no contexto do Bairro (pois saíra da escola já com o 10.º ano), veio a exercer funções no secretariado do NICPT. De seguida, trabalhou como ajudante de educadora no Centro Social.

Na segunda metade da década de 1990, já com o Gabinete de Reconversão em ação, foi lançada uma medida intitulada Plano de Compensação Sócio-educativa, na elaboração do qual um dos autores deste texto esteve envolvido. Este plano, protagonizado pelo próprio Gabinete, visava reduzir os elevados níveis de abandono escolar, melhorar a qualidade das aprendizagens e estabelecer uma comunicação e

articulação entre Escola e Bairro, que até então nunca havia existido. Além de uma profunda intervenção física de beneficiação na Escola Básica n.º 6, que servia maioritariamente as crianças do Casal Ventoso, o plano envolveu o fornecimento de refeições e um reforço pedagógico a ter lugar após o horário escolar.

Os resultados deste plano de compensação educativa, sobretudo no que concerne ao aumento da proporção de crianças do Casal Ventoso que transitavam para o 2.º Ciclo, são desconhecidos, pois as suas eventuais repercussões nunca foram avaliadas.

Antes de seguirmos para os capítulos seguintes, vale a pena sublinhar uma ideia que consideramos essencial: embora o Casal Ventoso tenha sido sempre identificado como um “problema da cidade”, as medidas de intervenção social tendentes à sua resolução foram diminutas, nomeadamente nos capítulos da educação escolar e da qualificação profissional. Durante o período do Estado Novo limitaram-se a ações de socorro às situações mais carenciadas. As intervenções foram realizadas com baixos investimentos, no quadro de uma lógica caritativa cujas probabilidades de alterar os processos de reprodução social internos eram consideravelmente baixas. Após o 25 de Abril, e até pelo menos ao momento do realojamento, não cremos que esse cenário interventivo se tenha alterado de forma substantiva. Especialmente, o divórcio secular da população do Casal Ventoso com a escola, de que falaremos adiante, não merecia qualquer tipo de atenção específica, não se descortinando quaisquer medidas internas de estímulo ou de controlo do cumprimento da norma da escolaridade obrigatória.

2. O SURGIMENTO DO CASAL VENTOSO

O CRESCIMENTO DA CIDADE E O PROBLEMA DO ALOJAMENTO DAS CLASSES LABORIOSAS

O surgimento e crescimento do Casal Ventoso insere-se num processo de desenvolvimento abrupto da cidade de Lisboa, que marcou a segunda metade do século XIX e transbordou para o século XX. Segundo Victor Matias Ferreira (1987), entre 1878 e 1890, isto é, em pouco mais de dez anos, a cidade salta de 178 404 para 301 206 habitantes. Trata-se de um aumento demográfico que se ficou a dever ao alargamento do perímetro administrativo da cidade que, a partir de 1885, viu crescer para o dobro a sua área, integrando os concelhos de Belém e dos Olivais, mas sobretudo a fortes surtos migratórios provenientes das áreas rurais portuguesas, facilitados pela expansão dos caminhos de ferro. A ampliação da ferrovia integrava-se na ideia, que emerge aproximadamente em 1879, de que Lisboa deveria ser a testa de todas as vias-férreas que se ramificavam pelo país (Rodrigues 1979).

Uma primeira causa das migrações para a capital assentou no incremento do sector industrial lisboeta, que conferiu atratividade à cidade, e pelo qual terão sido, em larga medida, responsáveis os dois governos regeneradores de Fontes Pereira de Melo; uma segunda razão residiu na “fuga” à propalada “miséria dos campos”, a que se deveu também a forte emigração intercontinental apontada ao Brasil e, em menor escala, aos EUA.

Mas fará sentido diferenciar estes dois fenómenos – crescimento da indústria e fuga dos campos – que, na realidade, parecem complementares? Pensamos que sim. Embora possam ter agido em simultâneo nas decisões dos migrantes para se lançarem em direção a Lisboa, cremos que estes dois movimentos não encontraram entre si uma sintonia perfeita. Como demonstra Conceição A. Martins (1997), atraídos por horizontes de emprego industrial, muitos destes migrantes experimentaram grandes dificuldades na obtenção de trabalho, bem como um confronto endémico com vagas cíclicas de desemprego e, concomitantemente, uma subsistência periclitante.

Por outras palavras, uma fatia da população migrante terá sido, à chegada, excluída do sistema produtivo ou, pelo menos, remetida para as suas franjas, dando origem a um subproletariado cujas condições de existência na Lisboa de finais do século XIX, e primeira metade do século XX, não são ainda suficientemente conhecidas. Este segmento alojou-se naturalmente nas áreas do espaço urbano correspondentes aos submercados de habitação a que a sua frágil situação financeira permitiu ter acesso.

A deslocação maciça na direção de Lisboa veio colocar novos e complexos desafios ao nível da habitação, tanto do ponto de vista da edificação de novas zonas habitacionais, como em termos de distribuição da população pelas diferentes áreas edificadas.

O modo como a gestão urbanística, nomeadamente a protagonizada por Ressano Garcia e Rosa Araújo, lidou com esta pressão foi muito marcado por uma inspiração liberal e pelos interesses da burguesia em ascensão (Salgueiro, 1992), tendo incorporado os princípios do capitalismo concorrencial. Apesar do planeamento urbanístico realizado no mandato de Ressano Garcia, herdeiro do urbanismo haussmanianno e formado na École Impériale des Ponts et Chaussées de Paris, a promoção do sector habitacional foi, em larga medida, deixado à responsabilidade da iniciativa privada. O Estado restringiu a sua intervenção à isenção fiscal na promoção de habitações para as

“classes laboriosas” e à construção de arruamentos para interesse do proprietário e com o objetivo de facilitar as vendas dos terrenos.

Neste contexto, intensificou-se um processo de distribuição diferenciada e distintiva das diferentes classes sociais no espaço urbano. O desenvolvimento para norte da cidade foi destinado sobretudo à instalação das classes altas dirigentes, enquanto, para acomodação de diversos segmentos da burguesia, se procedeu, por exemplo, à edificação do bairro da Estefânia ou à traçagem de uma rede ortogonal de ruas entre a antiga Rua de Campo de Ourique e o último troço da Silva Carvalho, aberta em 1863 para dar acesso ao cemitério ocidental (Sabido Costa, s.d.). Nesse traçado ortogonal irá ser edificado o bairro de Campo de Ourique. Em 1877 inicia-se também a construção do bairro do Calvário, que se enquadrava na ideia de desenvolvimento de bairros nas periferias das cidades, sobretudo destinados às camadas baixas das classes médias (Rodrigues, 1979).

Por sua vez, as populações provenientes das vagas migratórias orientadas para as atividades fabris e portuárias irão utilizar, inicialmente, os casarões abandonados pela aristocracia, os terrenos baldios junto às fábricas da zona ribeirinha e as zonas antigas da cidade, provocando um grande aumento da densidade populacional dos bairros históricos. O tecido desses bairros não era, contudo, suficiente para responder à procura de alojamentos operários, a ponto de, também por essa razão, se ter chegado a preconizar, até 1890, o arrasamento definitivo de alguns deles, nomeadamente da Mouraria. Em 1883, foi por fim apresentado um plano de melhoramentos para a Mouraria e Alfama, embora estas “obras, bastante parcelares”, não tivessem resolvido “o problema das condições de alojamento de uma população densa que continuava a viver uma existência muito antigo regime, presa fácil de endemias e epidemias” (CML, 1989, p. 32).

O mercado habitacional irá, portanto, expandir-se, contendo no seu interior submercados correspondentes ao preço máximo que cada grupo de utentes pode despende para lhes ter acesso. A relação entre

oferta e procura foi suficiente para gerar uma distribuição diferenciada e distintiva dos diversos grupos sociais pelo espaço urbano, que conduziu, a partir do último quartel do século XIX, a uma intensificação das formas de hierarquização e, em certos casos, de segregação espacial no interior da cidade.

O submercado a que o operariado e mesmo determinados segmentos da pequena burguesia irão ter acesso adquiriu quase sempre a forma de vila ou de pátio. Estas formas habitacionais, embora registassem variabilidade interna, caracterizavam-se por baixas rendas e enorme precariedade em termos de qualidade construtiva. O inquérito aos pátios de Lisboa, realizado entre 1902 e 1905, aponta que, nessa data, um terço dos 120 pátios existentes estava já totalmente irrecuperável, apesar de ter sido construído há menos de duas ou três décadas (Rodrigues, 1979).

A construção dos pátios e vilas foi intensa junto às zonas industriais, que constituíam os “horizontes de trabalho” das classes populares. Despontaram nesse processo três sectores: um, oriental, constituído por Xabregas, Beato, Poço do Bispo; um segundo, que englobava as zonas da Graça, Penha de França e Alto do Pina; e, por fim, um terceiro, ocidental, associado ao Vale de Alcântara, que compreendia Alcântara, Prazeres, Campo de Ourique e Campolide. Na verdade, o Vale de Alcântara registava já um incremento industrial algo precoce no contexto da urbe, que remontava, pelo menos de forma nítida, ao século XVIII. Encontramos notícias do estabelecimento nessa região de diversas unidades industriais: a Real Fábrica da Pólvora, uma fábrica de louça, azenhas, manufaturas de tratamento de couros e, mais tarde, fiações, fábricas de curtumes e estamparias, uma fábrica de azeite, outra de sabão, e outra ainda de velas de estearina. Saliente-se também o aparecimento das primeiras fábricas do complexo da CUF (Salgueiro, 1992; Janeira e Antunes, 1983).

O ALOJAMENTO NO VALE DE ALCÂNTARA

Durante todo o século XVIII, os terrenos que se estendiam do Príncipe Real ao Vale de São Bento, Rato, Amoreiras, Santa Isabel e Campo de Ourique compreendiam, na sua maioria, quintas, conventos e casas apalaçadas. Em 1742, essa vasta área foi administrativamente integrada numa única e grande freguesia: Santa Isabel. Toda ela próxima dos “justos limites” da cidade decretados a 3 de dezembro de 1755 (Vieira da Silva, 1941), que confinavam justamente com a Estrada da Circunvalação, traçada em 1869, e que acompanhava a Rua Maria Pia e a encosta dos Prazeres acima até à Rua do Arco do Carvalhão.

Até à década de 1850 e antes da abertura da Rua Maria Pia, que correspondia precisamente à fronteira ocidental da cidade, a zona edificada urbanizada chegava apenas até às imediações do Quartel da Parada, junto ao qual se podiam encontrar quintas, casas apalaçadas com jardins e conventos, assim como algumas manchas residenciais operárias, que começavam a despontar, utilizando na sua maior parte, estruturas de edificado preexistentes. A partir do Quartel da Parada e da Rua de Campo de Ourique em direção a ocidente, encontramos já só terras de “pão e oliveiras”, como descreve Alberto Meyreles em *Lisboa Ocidental* (cit. em Costa, s.d, p. 17).

Progressivamente, mas com clara aceleração nas últimas duas décadas do século XIX, este limite ocidental da freguesia de Santa Isabel muda de feição, começando a suportar o surgimento de duas áreas residenciais de natureza diferente, uma vez que correspondiam a dois patamares distintos de acesso ao mercado da habitação. Referimo-nos, por um lado, ao edificado que se irá instalar no traçado ortogonal de Campo de Ourique; por outro, à edificação de vilas operárias que irá ter lugar nas margens da Rua Maria Pia e que continuará depois a expandir-se até Alcântara, partilhando o espaço com fábricas, oficinas e armazéns.

Na construção destas vilas envolveram-se senhorios muito diversificados, como, por exemplo, a Companhia Real dos Caminhos de Ferro, a Igreja do Coração de Jesus, o marquês de Ponte de Lima, mas também especuladores menos conhecidos ou anónimos, como Benjamim Cid, de que falaremos adiante, pois assumiu especial protagonismo na edificação do Casal Ventoso.

Entre a zona burguesa correspondente a Campo de Ourique e a zona operária junto à Rua Maria Pia existiram durante algum tempo fronteiras naturais de demarcação constituídas por quintas e terrenos baldios. No entanto, também estes sucumbiram rapidamente ao avanço da construção, o que conduziu ao esbatimento das fronteiras entre estas zonas socialmente distintas, que se tornaram espacialmente coniventes e, em algumas áreas, justapostas.

No início do século XX toda esta face do Vale de Alcântara assumira já a imagem de conjunto que iria permanecer até ao dealbar do presente século XXI. Tratava-se de uma imagem que se encontrava recortada por uma profunda diversidade em termos sociais e de qualidade habitacional. Assim, no lugar mais elevado da encosta, situava-se Campo de Ourique, que possuía os imóveis mais valorizados, apropriados por classes elevadas. Alguns dos prédios tinham rendas altas e dimensões amplas, como, por exemplo, os edifícios com fachadas Arte Nova na esquina da Rua Saraiva de Carvalho. Grande parte da população de Campo de Ourique estava dissociada, pelo menos diretamente, do incremento industrial do Vale de Alcântara, estabelecendo relações profissionais mais estreitas com o centro da cidade, mas também com o terciário que se instalou no próprio bairro: pequeno comércio, empresas de equipamentos, agências de navegação, editoras e consultórios médicos e de advocacia. Em Campo de Ourique fixou-se também parte dos proprietários ou diretores fabris da zona.

À medida que se ia descendo a encosta na direção da ribeira de Alcântara, mais tarde entaipada para dar lugar à construção da Avenida



Figura 5. Lavadeira na ribeira de Alcântara junto à Ponte Nova (c. 1912).

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Fotográfico. Fotografia de Paulo Guedes.



Figura 6. Lavagem de roupa na ribeira de Alcântara na zona da Quinta da Rabicha (década de 1940).

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Fotográfico. Fotografia de António Passaporte.

de Ceuta, os prédios começavam a ser acessíveis a pessoas com menores rendimentos. Parte desses prédios, com corredores mais estreitos, era contígua às vilas ou estabelecia-se nos seus interstícios, junto ao Cemitério dos Prazeres.

Seguia-se, por fim, toda a área residencial operária, cuja qualidade habitacional se ia paulatinamente degradando à medida que a encosta declinava, a ponto de, ultrapassada a Rua Maria Pia, já numa zona muito próxima da Ribeira de Alcântara, a qualidade da habitação se deteriorar de forma clara. Esse “outro lado” da Rua Maria Pia, relegado para perto da serra do Monsanto, correspondia ao Casal Ventoso.

NASCIMENTO E EXPANSÃO DO CASAL VENTOSO

A área do Casal Ventoso surge identificada num mapa de Lisboa de 1837 sob a designação de Castelo Ventoso. Nessa altura tratava-se de uma “terra de pão e oliveiras”, exterior aos limites administrativos da cidade. A palavra *Ventoso* teria a ver com o facto de aí soprarem ventos de encosta originários do Tejo e da serra do Monsanto. Nas cartas consultadas, não encontramos quaisquer vestígios de habitações nesse momento. A existirem, não passariam, porventura, de barracas sem finalidades de alojamento onde se armazenavam utensílios e produtos agrícolas. A zona do Castelo Ventoso assemelhava-se a toda a restante área do vale, sendo constituída por algumas casas dispersas envolvidas por quintas onde se desenvolviam culturas agrícolas e criação de animais (as Quintas do Farelo, do Lobato, do Domingos, do Marujinho, do Fernandinho e as Terras da Gaja). Os acessos eram realizados por caminhos estreitos, entre quintas, sendo a paisagem marcadamente rural.

Até à década de 1880, mesmo as fábricas e as vilas operárias que se iam construindo surgiam rodeadas de propriedades agrícolas. É o caso, por exemplo, da área onde se irá instalar a vila operária que servirá para alojar o operariado da Real Fábrica da Pólvora. Todo o complexo se encontrava cercado pela Quinta do Loureiro, que se estendia a partir de Alcântara, espraiando-se ao longo da ribeira e prolongando-se depois pela encosta onde se viria a constituir o Casal Ventoso. É a partir da década de 1880 que o quadro ecológico do Vale de Alcântara e das áreas circundantes começa a sofrer alterações notórias, designadamente a construção da linha do caminho de ferro e as alterações nas redes de acesso, fatores que provocaram transformações significativas no tecido habitacional. Com efeito, a construção do caminho de ferro e da Rua Maria Pia estabeleceu condições para um forte incremento populacional na área e para se criarem dispositivos de fixação. As novas condições abriram também oportunidades

inéditas aos antigos proprietários, que se aperceberam da expansão urbana que se anunciava ao longo desta periferia lisboeta.

Encetou-se então um processo imparável de reconversão dos solos. Pequenos e médios proprietários de explorações agrícolas foram atraídos pela especulação imobiliária, quer diretamente, ensaiando a construção de imóveis, quer indiretamente, vislumbrando nesta fase um momento ideal para venderem as suas propriedades a construtores de habitações.

O surto especulativo atraiu uma plêiade heterogénea de proprietários. Desde membros da nobreza, como é o caso do conde do Paço do Lumiar (que vende parte de uma propriedade retalhada em Campolide, tendo feito o mesmo para algumas propriedades junto ao Cemitério dos Prazeres), até pequenos e médios proprietários que irão construir um número considerável de vilas e prédios nas margens da estrada da Circunvalação. O próprio município põe em praça terrenos e expropria outros, de forma a facilitar a venda de espaços destinados à construção.

Nas duas últimas décadas do século XIX, o Casal Ventoso, já com esta designação, correspondia a uma propriedade de Benjamim Cid, adjacente a outras antigas quintas em processo de rápida reconversão. O seu processo de transformação foi igualmente célere. Sabemos que nesse período, anterior a 1900, existiam apenas duas barracas habitadas por dois homens que trabalhavam numa pedreira existente na zona. No ano de 1948, um desses trabalhadores tinha a surpreendente idade de 110 anos e era considerado pelos habitantes do Casal Ventoso um símbolo vivo da antiguidade do Bairro (Alves, 1948).

Na última década do século XIX, Benjamim Cid construiu uma vila operária na margem oeste da Rua Maria Pia, justamente batizada de Vila Cid, no mesmo momento em que outros proprietários procediam à construção de pátios e vilas na margem contrária, junto ao muro do Cemitério dos Prazeres. Neste período inicial, não se encontravam diferenças significativas entre o processo de construção

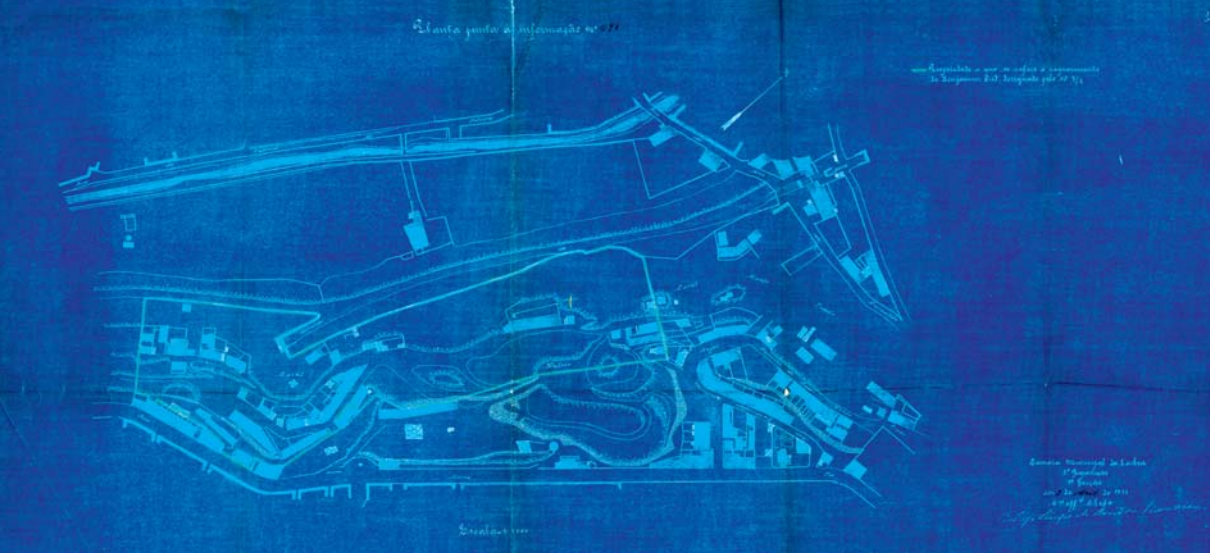


Figura 7. Delimitação da propriedade de Benjamin Cid, assinalando os edifícios construídos até 1910.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Arco do Cego.

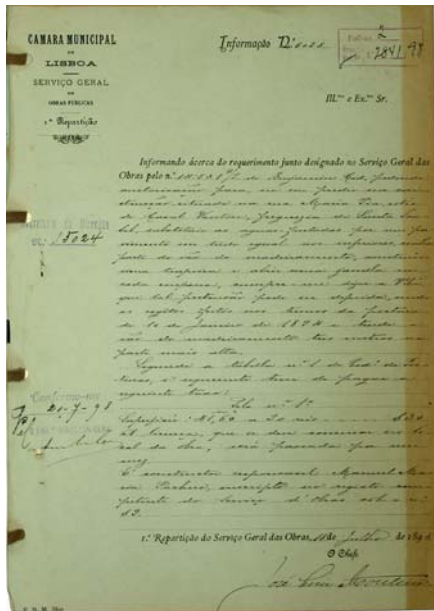


Figura 8. Exemplo de um dos pedidos de construção/alteração entregue por Benjamin Cid à CML.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Arco do Cego.

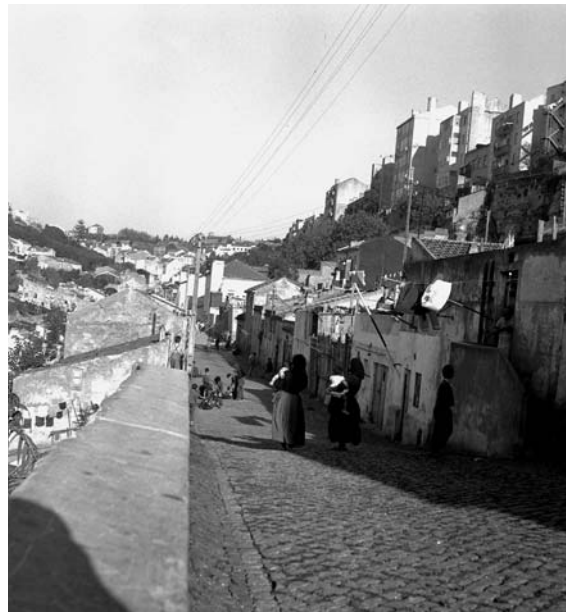


Figura 9. Casal Ventoso, junto à Rua Guilherme Anjos (1961).

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Fotográfico. Fotografia de Artur João Goulart.

que se concretizava aquém e além da estrada. Mais tarde, porém, as construções de Benjamim Cid passaram a ser incluídas no Casal Ventoso, enquanto as que se situavam no lado oposto da Rua Maria Pia já não se inscreviam no Bairro.

Do primeiro conjunto de edificações do Casal Ventoso que se encontrava já construído no dealbar do século XX, consta a Vila Cid, um conjunto de casas que descia a encosta a partir dessa vila em direção à Ribeira de Alcântara e alguns edifícios que chegavam ao Largo da Meia-Laranja. Toda esta mancha pertencia ao Casal Ventoso de Baixo. Quase no mesmo momento, construíram-se edifícios mais acima na encosta, na direção de Campolide, aproveitando um caminho onde seria posteriormente construída a Rua do Arco do Carvalhão. Estes deram origem ao edificado do Casal Ventoso de Cima. Por fim, reconhecia-se uma última mancha erguida ao longo de uma via que serviria a posterior abertura da Rua Guilherme Anjos (cf. Figura 5).

A restante encosta, ou seja, a maioria da área, encontrava-se despida, não comportando ainda qualquer edificação. Acreditamos que tal se ficava a dever a três particularidades que tornavam a construção problemática. A primeira tinha a ver com a existência de túneis naturais subterrâneos, declive acentuado e perigo constante de aluimentos. A segunda, com a utilização da encosta pela população das imediações, possivelmente incrementada a partir deste período, como vazadouro de lixo; esse vazadouro continuou a existir durante várias décadas, a ponto de, no momento da demolição, o Bairro integrar ainda na sua toponímia uma zona designada Rampa do Vazadouro, embora já não desempenhasse essa função. A terceira dificuldade resultava da ausência de acessos e de infraestruturas pedonais mínimas.

Apesar destes obstáculos, o proprietário Cid não desistiu da possibilidade de estender o edificado ao centro do Casal Ventoso, isto é, ao núcleo da encosta, criando assim um complexo habitacional dentro da sua propriedade. Para o concretizar, pretendia construir uma via de circulação ligando o Casal Ventoso de Cima e de Baixo. Cedeu

para isso, gratuitamente, uma parte do terreno à Câmara Municipal, destinando-o, justamente, à construção do arruamento. Estamos em crer que o objetivo seria não só o de proporcionar a edificação de habitações operárias, mas também o de facilitar a venda e aumentar o valor dos terrenos que viessem a transacionar-se nesse espaço.

Em ata da Câmara datada de 2 de maio de 1901, pode ler-se:

“[...] Benjamim Cid, alegando que não pode resolver dois proprietários dos terrenos contíguos ao seu Casal Ventoso, a abrirem cada qual um lanço de rua em continuação do que elle pretende abrir no seu, pede que se lhe permita abrir e construir desde já só este lanço da dita rua, dando-lhe serventia para a estrada da circunvalação por um caminho que já alli existe e conduzindo os exgotos do dito lanço para uma fossa geral construída no seu próprio terreno ou no de um seu vizinho, até à Ribeira de Alcântara.” (Cit. em Chaves, 1999, p. 53)

É muito possível que, antes mesmo da construção daquele lanço de rua (a que Cid pretendia dar dez metros de largura), já se tivesse procedido ao loteamento de diversos terrenos a que a Câmara concedera licença de edificação, como parece depreender-se de uma ata de uma sessão camarária um pouco mais tardia (30 de outubro de 1902), na qual se escreve:

“Deliberou-se submeter à aprovação superior, o alinhamento proposto pela repartição e bem assim pedir autorização para adquirir, pelo preço constante da informação, os terrenos a que a mesma se refere. [...] De diversos donos dos terrenos que compraram a Benjamim Cid, proprietário do Casal Ventoso pretendendo ali edificar, pedem à comissão administrativa que tome conta do terreno destinado para uma rua, visto o dito proprietário se prontificar a cedel-o gratuitamente à Câmara e lhes conceda a necessária licença para edificarem”. (Cit. em Chaves, 1999, p. 53)

Planta junta ao offico de 12.



Figura 10. Planta do Casal Ventoso apresentada por Benjamin Cid à CML, com a identificação dos edifícios construídos até 1910.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Arco do Cego.

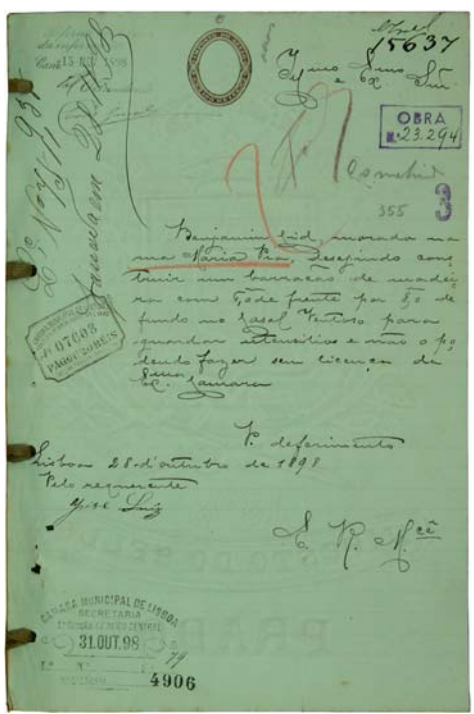


Figura 11. Pedido de licença para a construção de um barracão destinado a guardar utensílios de obra, apresentado por Benjamin Cid à CML.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/ Arco do Cego.

O protagonismo do antigo proprietário ter-se-á resumido ao que acima foi dito, isto é, à edificação de uma zona de construção licenciada, ao loteamento de alguns terrenos numa área central da encosta, junto à margem de um arruamento projetado, e à venda dos referidos terrenos. Sobre o processo de construção do dito arruamento que irá ligar o Casal Ventoso de Cima ao Casal Ventoso de Baixo, e que se tornará a artéria central do Bairro, com o nome de Rua Costa Pimenta, apenas voltamos a encontrar documentação datada de 1911. A construção surge aí batizada de Plano de Melhoramentos do Casal Ventoso. Tudo indica que seja essa a proposta de viabilização para o Bairro, cuja responsabilidade coube ao arquiteto vereador Ventura Terra e que aparece citada numa ata de uma sessão da CML de 1910 como “um exemplo a seguir” (CML, 1989).



Figura 12. Secção de Planta de Lisboa (1904-1911).
Casal Ventoso, incluindo Rua Guilherme Anjos
e primeiro conjunto de edifícios do Casal Ventoso de Cima.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Arco do Cego.

Na passagem para o segundo decénio do século XX, encontramos também no limiar da edificação do Casal Ventoso enquanto processo legal. A partir daí, a situação começará a ser caracterizada, maioritariamente, pela construção clandestina.

Quando, em 1915, ou seja, após alguns anos de interregno, se procede finalmente à execução do Plano de Melhoramentos, tentando viabilizar a construção da anunciada estrada, a Câmara irá deparar com novos edifícios que prejudicam o alinhamento estudado, nomeadamente com prédios e barracas construídos sem licença e possuindo anexos clandestinos, sustentados em alvenaria. Para além de se encontrarem habitadas, alguns desses edifícios tinham já sido submetidos a arrendamento ou venda.



Figura 13. Secção de Planta de Lisboa (1904-1911). Casal Ventoso, incluindo Rua Maria Pia, Meia-Laranja, Vila Cid e primeiro conjunto de edifícios do Casal Ventoso de Baixo.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Arco do Cego.

A rua entretanto construída não possuía condições mínimas de trânsito para veículos e até pelo menos à década de 1960 havia de converter-se num caminho de lama que, no inverno, se tornava praticamente intransitável. Tal não obstou a que tenha sido a partir da sua margem que o edificado do Casal Ventoso se expandiu, preenchendo toda a encosta.

O estilhaçamento da propriedade acabou por fazer desaparecer o antigo proprietário Cid, trazendo à cena pequenos especuladores imobiliários que, logo a partir de 1913, começaram a desenvolver intensa atividade de construção clandestina. Esta atividade não foi uniforme, envolvendo agentes com motivações diversas. Entre os pequenos proprietários que emergiram dos primeiros loteamentos, vislumbravam-se dois tipos particulares de apelo à construção. Em primeiro lugar, reconhecem-se aqueles que possuíam interesses simplesmente comerciais, ou seja, que participavam no mercado clandestino mas que continuavam a residir no exterior. O melhor exemplo parece ser o do *patrão Amorim*, proprietário de casas, nomeadamente da Vila Amorim, e também de um forno de cal existente no Casal Ventoso. Amorim morava na Rua Manuel da Maia, alguns metros acima na encosta, mas já claramente em Campo de Ourique. É provável que alguns dos arrendatários das suas casas fossem também operários do forno, embora alguns trabalhassem noutros locais. Depois do falecimento de Amorim, quer a vila com o seu nome, quer uma parte das casas junto à Rua Maria Pia, passaram a ser propriedade da Viúva Teles, nome pelo qual passou a ser designada uma zona do Casal Ventoso que lhe pertencia maioritariamente: o Casal Viúva Teles.

Um segundo tipo de proprietários utilizou o seu pequeno lote para construir edifícios ou vilas, mas ficou a residir no local. Estes últimos, com menos recursos financeiros e menores competências na gestão do investimento, terão promovido a construção por etapas, provavelmente reinvestindo rendimentos provenientes das rendas. Este processo, em que a posse legal do lote se associou à ilegalidade da construção,

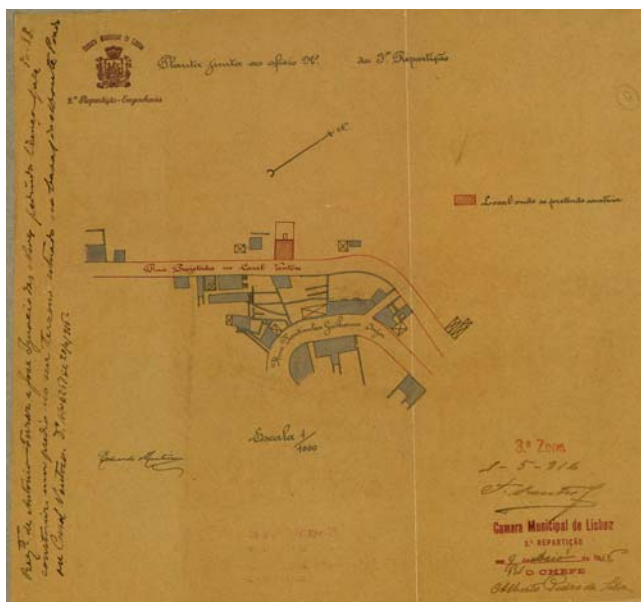


Figura 14. Pedido de licença para construção de prédio, localizado junto à Rua Projetada no Casal Ventoso, futura Rua Costa Pimenta.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/ Arco do Cego.

irá tornar-se responsável pela expansão da maior parte do Bairro. A sua importância é pois decisiva em termos de edificação, a partir do momento em que Benjamin Cid desaparece de cena.

Por sua vez, o período entre 1919 e 1945, findo o qual o Bairro ficou praticamente concluído, foi sobretudo caracterizado por uma atividade de construção orientada apenas para a edificação da própria casa. Esta autoconstrução foi de dois tipos. Num primeiro, a construção foi antecedida da aquisição do respetivo lote não urbanizado, tendo o processo incluído dinâmicas de contratação informais (Guerra e Matias, 1989, p. 107). A relação com o loteador desenvolveu-se de uma forma personalizada, diluindo-se a noção de especulação e emergindo, por vezes, a ideia de que o loteador consistia numa espécie de “benfeitor”. Estas representações do vendedor do terreno terão adquirido especial importância a partir do momento em que os lotes se foram

Figura 15. Barracas situadas na zona inferior da encosta, junto ao Campo da Lixívia (1964).

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Fotográfico. Fotografia de Artur João Goulart.



desmembrando em parcelas cada vez menores, votadas às atividades de autoconstrução. Na segunda situação, a construção não se baseou já na aquisição de lotes não urbanizados, mas antes na apropriação direta de terrenos abandonados, onde a edificação parecia impossível. Tal processo de ocupação correspondeu às formas de construção menos valorizadas, dando origem sobretudo a barracas relegadas para a parte inferior da encosta.

Em qualquer dos casos, ambos fazendo diretamente apelo aos engenhos da autoconstrução e da gestão direta, o princípio de mobilização de um quadro informal de solidariedades parece ter sido ativado na própria execução do “desenho” da casa, bem como no levantamento da construção.

E que dizer, por sua vez, da complexa problemática das lutas urbanas que se travaram para “fazer existir” o Bairro enquanto edificação sustentada sobre princípios de ilegalidade, nomeadamente na

constituição de um mercado negro da habitação e em dispositivos de evasão fiscal¹?

Creemos que a resposta se coloca de forma diferenciada em dois períodos. O primeiro estende-se desde o aparecimento das primeiras edificações até à década de 1930, marcado por um menor controlo do clandestino. Um segundo desenrola-se desde essa década até 1945, ano em que o Bairro se encontra, na sua grande maioria, já edificado. Neste segundo período, a vigilância exercida sobre o clandestino intensifica-se.

O menor controlo do clandestino verificado nas primeiras três décadas do século XX fica a dever-se, a nosso ver, a quatro fatores. Em primeiro lugar, no período inicial de edificação dos bairros clandestinos, o Estado e a Câmara Municipal de Lisboa não tinham ainda desenvolvido dispositivos legais eficazes para gerir um “problema novo” em espaço urbano português, do qual o Casal Ventoso representou um dos primeiros exemplos. Em segundo lugar, como já foi referido, construir naquela encosta do Vale de Alcântara não era tarefa fácil, o que tornava a zona pouco atrativa para investimentos habitacionais. Em terceiro, salientamos que do triângulo conflitual que, em várias situações de apropriação clandestina, envolve proprietários, moradores e Estado (Santos, 1983), o primeiro dos vértices não existia no caso do Casal Ventoso. Aqui a ocupação não tinha sido consumada à revelia dos proprietários. Pelo contrário, realizara-se através de processos iniciais de loteamento. Ora, excluindo-se assim um dos vértices do triângulo, esbate-se o problema da ilegalidade da ocupação, ficando por resolver o problema da ilegalidade da construção. Por último, tudo indica que do próprio Estado emanava fortemente a noção de que os estrangulamentos da oferta habitacional, sobretudo para as camadas

1 A título de exemplo, parte dos proprietários registava as casas de habitação como cocheiras, reduzindo assim a tributação às Finanças, o que não obsta a que, de facto, existisse um número considerável de cocheiras no Casal Ventoso.

com baixos níveis de solvência, eram tão profundos, que seria difícil não tolerar ou mesmo não institucionalizar um modo alternativo de produção do espaço urbanizado. Reconheceu-se, no fundo, que a construção clandestina traduzia as potencialidades económicas e as próprias aspirações à habitação daquele tipo de populações. Se a construção fosse legalizada, o loteador teria incluído os custos da urbanização no preço dos lotes, “o morador tê-los-ia pago e a via da valorização do património seria legal, isto é, a da especulação institucionalizada a que só alguns chegam” (Guerra e Matias, 1989, p. 114).

No segundo período, iniciado na década de 1930, a tolerância relativa que o Estado demonstrara para com a construção clandestina diminuiu. Algumas das informações referem-se, precisamente, às

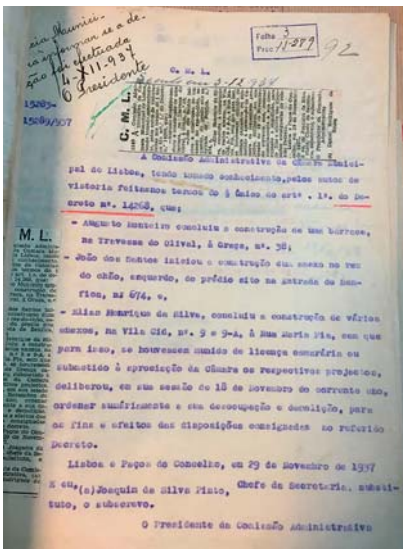


Figura 16. Decisão de desocupação e demolição de anexos construídos sem licença no Casal Ventoso (1937).

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Arco do Cego.

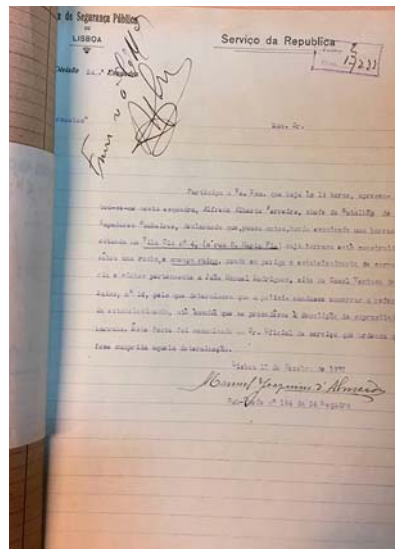


Figura 17. Determinação de demolição de barraca construída sem licença no Casal Ventoso (1937).

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Arco do Cego.

estratégias utilizadas pelos novos construtores para ultrapassarem os dispositivos de controlo. Como nos referiu um informante tendo em mente os procedimentos usados nas décadas de 40 e 50:

Andava aí um António Bigodes que... ao sábado a Polícia da Câmara andava sempre até às 12 horas, como só vinha depois, na segunda-feira de manhã, os proprietários contratavam esse pedreiro. Esse pedreiro das barracas fazia casas de tijolo, e punha lá um divã. Quando passava a Câmara, via uma barraca que já não era uma barraca, era de tijolo... e como já tinha uma cama com uma pessoa a dormir já não deitavam abaixo. (Cit em Chaves, 1999, p. 57)

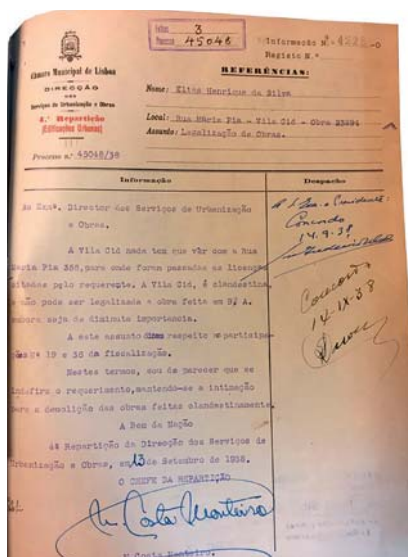


Figura 18. Manutenção de ordem para a demolição de obras realizadas clandestinamente (1938).

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Arco do Cego.

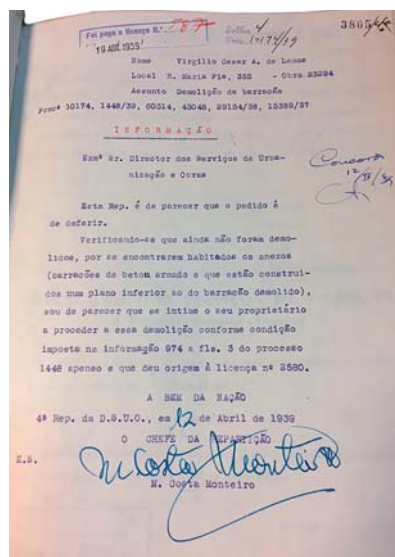


Figura 19. Deferimento de pedido de demolição de edifícios construídos no Casal Ventoso (1939).

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Arco do Cego.

Neste depoimento, salientam-se a rapidez da edificação e a utilização dos períodos de paragem nas atividades de controlo do Estado, nomeadamente os fins de semana. Na segunda-feira, perante um facto consumado, as leis da construção protegiam já os interesses do construtor (Santos, 1983). Esta modalidade de construção clandestina correspondia ao que Guerra e Matias (1989, p. 89) designam “fase heróica”. Tratava-se de uma fase de construção muito acelerada, em que a casa era construída e habitada em 12 horas, e veio suceder a um período em que, como vimos, se assistia a um processo de “quase legalização do clandestino”.

No final de todo este processo (final da década de 1940), o Casal Ventoso apresentava-se já muito semelhante à forma que havia assumido antes da demolição. Nas décadas posteriores, o crescimento do edificado foi residual.

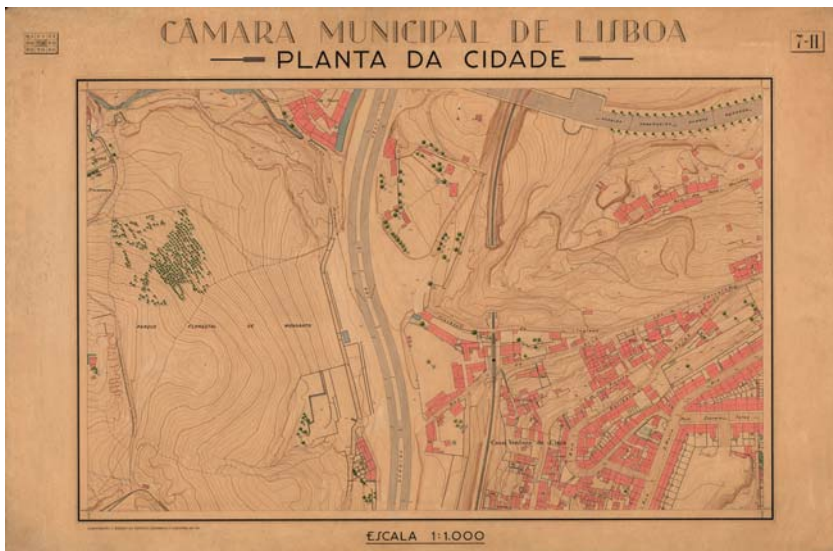


Figura 20 A. Planta do Instituto Geográfico Cadastral de 1950 – Bairro do Casal Ventoso praticamente concluído. Escala de 1:1000.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Bairro Arco do Cego.

Por outro lado, não temos dados que nos permitam descrever o tipo de acompanhamento infraestrutural protagonizado pelo poder autárquico no Casal Ventoso durante a existência do Bairro. Sabemos que nas décadas de 1980 e 90 as vias viárias internas encontravam-se asfaltadas e iluminadas, não obstante o seu estado de degradação, ao contrário do que havia sucedido em períodos anteriores. Além disso, a CML construiu nesse período um campo de futebol de salão e alguns balneários desportivos num local próximo da Avenida de Ceuta onde anteriormente se localizava o Campo da Lixívia, campo de futebol de 11 utilizado, durante décadas, pelos moradores e coletividades do Bairro para a prática da modalidade (cf. Figura 10).

Por fim, a Junta de Freguesia de Santo Condestável fornecia materiais a algumas pessoas que o solicitavam com o objetivo de promover melhoramentos nas suas próprias casas.



Figura 20 B. Planta do Instituto Geográfico Cadastral de 1950 – Bairro do Casal Ventoso praticamente concluído. Escala de 1:1000.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Bairro Arco do Cego.

3. UMA HISTÓRIA DE EXCLUSÃO SOCIAL COMO FORMA DE INSERÇÃO PRECÁRIA NO MUNDO DO TRABALHO

A EXCLUSÃO ENQUANTO TERMO E ENQUANTO REALIDADE

Quando procuram em duas ou três palavras descrever e caracterizar o bairro do Casal Ventoso, várias pessoas, nomeadamente moradores, recorrem ao termo *exclusão social*. Em seu entender, o Casal Ventoso teria sido um bairro marcado pela *exclusão* – um bairro excluído. A utilização desta noção é a nosso ver adequada. Exclusão é sinónimo de afastamento, de privação, em alguns casos relativa, noutros quase absoluta, de bens e recursos que constitucionalmente se entende deverem estar ao alcance de todos de forma equitativa, pois são necessários ao acesso e exercício de uma cidadania plena – o trabalho, a educação, a habitação, a saúde. Adicionamos a estes aspetos um outro menos referido: a privação de reconhecimento social ou, se se preferir, de respeito dos concidadãos.

Quando aplicado ao Casal Ventoso, o termo *exclusão* carrega, porém, dois riscos de mal-entendidos. Convém identificá-los antes de prosseguirmos, uma vez que surgem com inopinada frequência. O primeiro é o de que existiria dentro do Bairro, há largas décadas, uma “cultura própria”, que conteria no seu seio uma desvalorização do “trabalho legal” e, inversamente, o enaltecimento das atividades ilegais, a ponto de estas passarem a ser consideradas normais, ou mesmo virtuosas, e objeto de transmissão de pais para filhos. Por outras palavras, o Casal Ventoso constituiria uma espécie de “ilha cultural delinquente”, que cavaria voluntariamente o seu afastamento face ao mundo-lá-fora,

ou seja, à sociedade no seu todo. Ora, embora pudéssemos detetar um conjunto de especificidades socioculturais em segmentos claramente minoritários internos do Bairro, como referimos em textos anteriores, esta ideia de isolamento ou de autoexclusão cultural, quando aplicada ao Bairro no seu conjunto, ou à maioria dos seus moradores, serve mais para esconder do que para revelar. Retomaremos esta ideia no final do capítulo.

Um segundo problema é o de que o termo *exclusão* se apresenta várias vezes como uma espécie de “saco preto”. Ou seja, quando é empregue, nem sempre se clarifica de que aspetos em concreto uma dada entidade está excluída; se essa exclusão tem apenas uma ou várias facetas; de que facetas se trata; como é que essas facetas se relacionam entre si e, sobretudo, quais as que mais contribuem para explicar a exclusão no seu conjunto. Isto é importante quando procurarmos aprofundar o nosso conhecimento de uma determinada realidade “excluída”, mas também quando nela procurarmos intervir no sentido de atenuar ou dirimir a dita exclusão.

No Casal Ventoso a exclusão foi sempre multidimensional. Mas o elemento inaugural desse processo de exclusão, aquele que, em nosso entender, teve um efeito de ricochete, desencadeador dos demais, corresponde à exclusão face ao trabalho. Com esta expressão queremos referir-nos às múltiplas situações de desemprego crónico, mas também à vasta quantidade de habitantes em situação precária que não conseguiam obter um lugar relativamente estável no mercado de trabalho, nem um salário minimamente seguro e previsível.

Se quiséssemos classificar sociologicamente os moradores do Bairro, diríamos que, com exceções de que falaremos adiante, estes se situavam entre o operariado muito pouco qualificado, que era dispensado em momentos de retração económica, e o subproletariado¹.

1 Uma população que se situa num lugar de exército de mão-de-obra de reserva, que serve ciclicamente os propósitos de rentabilização do capital, saindo ou entrando

Consistia, portanto, numa população que não reunia os atributos do núcleo central da classe operária: emprego minimamente seguro, remuneração fixa (mesmo que reduzida), alguma qualificação profissional, possibilidade de construir uma identidade no seio do grupo operário, ou mesmo uma identidade inequívoca enquanto trabalhador. Ao contrário, tratava-se de uma população com uma situação frágil e periférica no sistema produtivo, que ia lançando mão de várias atividades de recurso, no sentido de garantir diariamente a subsistência. Encontrava-se, portanto, próxima daquilo a que, em inglês, se convencionou designar por *breadline* (“linha-do-pão”). A condição desta população face ao trabalho manteve-se, no essencial, idêntica ao longo de todo o século XX, ou seja, durante todo o tempo em que o Bairro existiu.

No Casal Ventoso, a manutenção da exclusão face ao trabalho andou sempre a par da exclusão escolar. Ambas as exclusões se alimentavam mutuamente, pois o abandono da escola antes da conclusão do ensino obrigatório, que foi sempre maciço no Casal Ventoso, bloqueava, na raiz, as possibilidades de alteração da condição laboral do grosso desta população em termos intergeracionais.



Figura 21. Criança do Casal Ventoso “vai ao quadro”.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

no mercado de trabalho em função da “procura”, isto é, das “necessidades conjunturais da economia”.

Não está no âmbito deste livro propor uma análise do abandono escolar precoce no Casal Ventoso. Parece-nos, no entanto, útil conjugar algumas indicações que avançámos acerca do abandono escolar no Bairro (Chaves, 1999) com outras que têm vindo a ser produzidas acerca deste assunto, em termos gerais, no sentido de condensar esquematicamente um conjunto de elementos explicativos. No essencial, a deserção da escola pode ser entendida como o resultado de um fosso entre, por um lado, os estudantes, as famílias e a própria população do Casal Ventoso e, por outro, a instituição educativa. Excepcionalmente, por imperativos de síntese, estes elementos explicativos serão apresentados sob a forma de alíneas.

Do lado dos estudantes e das famílias, deparamos com os seguintes aspetos facilitadores do abandono: a) menor valorização da escola e dos conhecimentos escolares do que a valorização que é possível encontrar noutros meios sociais (nomeadamente entre as classes médias); b) menor reconhecimento da relevância destes aspetos enquanto canal de mobilidade social; c) pouca perceção do modo de organização e funcionamento da instituição escolar (era muito frequente, por exemplo, encontrar indivíduos de diferentes faixas etárias que desconheciam o número de anos necessário para completar o ensino pré-universitário); d) desfasamento entre o tipo de conhecimentos, competências e habilidades possuídas pelos estudantes e famílias do Bairro e as requeridas e valorizadas pelos currículos escolares; e) tendência para a obtenção de baixos resultados escolares e para o absentismo, que se repercutiam num número elevado de reprovações; f) existência de uma crença partilhada entre os progenitores e os seus filhos-estudantes de que estes últimos não tinham inteligência ou apetência suficiente para a escola (crença bem expressa numa frase que circulava abundantemente no interior do Bairro para explicar o abandono escolar precoce: “Eu não tinha cabeça para a escola” ou “O meu filho não tinha cabeça para a escola”). A estes aspetos somavam-se outros, de cariz material e logístico, como: g) ausência de meios económicos

que facilitassem a libertação da potencial mão-de-obra infantil para a “aventura escolar”; h) e total inadaptação do espaço doméstico para a realização de trabalho escolar, como veremos adiante. Em períodos mais recuados, em especial antes do 25 de Abril de 1974, os efeitos das carências materiais referidos nos dois últimos pontos eram particularmente gritantes.

Do lado da instituição escolar, destacamos como fatores responsáveis pelo abandono: a) a profunda carência (ou eventual inexistência) de medidas que obrigassem ao cumprimento da Lei da escolaridade obrigatória (mesmo quando esta não ultrapassava o 9.º ano); b) a falta de apoios educativos, pedagógicos, ou de outra natureza, que intensificassem o valor conferido à instituição escolar e que permitissem ultrapassar os défices de aprendizagem; c) o pré-conceito comum entre os agentes educativos de que as crianças do Casal Ventoso constituíam previsíveis “falhados da escola” (ideia que qualquer sinal transmitido – reprovação, absentismo, mau comportamento em sala de aula – se encarregava de reforçar); d) a ideia partilhada pelos estudantes do Casal Ventoso de que a instituição escolar e os seus agentes desenvolviam formas de desinvestimento e de segregação relativamente a eles.

Esta espécie de divórcio entre o Bairro e a Escola tornava-se desde logo patente na Escola primária n.º 6, que, desde sempre, acolheu praticamente todos os alunos do Casal Ventoso que frequentavam o 1.º Ciclo.

Por fim, gostaríamos de introduzir um comentário acerca da relação entre o comércio de drogas e o abandono escolar, pois cremos que algumas ilações que se produzem acerca deste assunto contribuem, involuntariamente, para ocultar as razões centrais do referido abandono. Com efeito, muitas vezes o narcotráfico era (e continua a ser) apontado como a razão principal para a saída precoce do sistema educativo. Algumas pessoas do exterior, mas também moradores, declararam ter escutado frases proferidas por jovens em idade escolar com os seguintes contornos: “Para que é que eu preciso de ir à escola, se ganho tanto dinheiro (ou dinheiro suficiente) com o tráfico?”. Com a revelação

desses eventuais depoimentos, procurava-se sugerir que o narcotráfico ocuparia tanto a vida dos jovens e oferecer-lhes-ia tantas promessas de subsistência e de enriquecimento ilícito que a frequência da escola passaria a ser vista como desnecessária. Ora, estamos em crer que, se a expectativa de participação no narcotráfico poderá ter sido, em alguns casos individuais, um dos fatores explicativos do abandono escolar, a somar-se àqueles que acabámos de referir, o seu alcance explicativo será, porém, reduzido se o propósito for o de entender as elevadas taxas de abandono consideradas na sua globalidade, isto é, a maioria das situações de rutura com a escola. As atividades de narcotráfico só surgiram em escala considerável a partir da segunda metade da década de 1980, quando já antes os níveis de abandono da escola eram avassaladores; além disso, tudo aponta para que os níveis de escolaridade se tenham elevado no Casal Ventoso nesta década e na seguinte (justamente aquelas em que o narcotráfico proliferou), embora seja certo que tal aumento não se verificou com a intensidade desejada.

Mas voltemos de novo à questão do trabalho, assinalando, em concreto, que atividades laborais eram essas em que se inscreveu a população do Casal Ventoso durante a sua existência.

OS CINCO MUNDOS DO TRABALHO ATÉ À DÉCADA DE 1980

Como já referimos, a posição ocupada pela população do Casal Ventoso na estrutura produtiva não se alterou de forma relevante, pelo menos até final da década de 1980, momento em que, em resultado do comércio de drogas, um número de habitantes impossível de contabilizar, mas muito provavelmente significativo, deixou de depender tanto ou totalmente do mercado de trabalho legal.

Os trabalhadores do Bairro tenderam sempre a repartir-se por duas categorias: a dos “assalariados não declarados” e a dos “trabalhadores

por conta própria em certos sectores de atividade”. Os “assalariados não declarados” são trabalhadores que se distribuem “por várias indústrias transformadoras, pela construção civil, pelos serviços pessoais domésticos e por algumas faixas de comércio. A sua situação revela-se altamente instável, sendo marcada pelo trabalho a prazo, à tarefa, em tempo parcial ou pelo subemprego, sem quaisquer garantias de continuidade”. Entre os “trabalhadores por conta própria”, contam-se aqueles que “têm como única fonte de recursos uma multiplicidade de frágeis atividades económicas designadamente no comércio ambulante, nas reparações ao domicílio ou em pequenos serviços de construção. Esta categoria conhece dos mais baixos padrões de escolarização, onde o analfabetismo, tal como para os agricultores de baixos rendimentos, é traço saliente” (Ferreira de Almeida *et al.*, 1992, pp. 74-75).

Procurando agora ser mais detalhados, podemos afirmar que os habitantes do Casal Ventoso se distribuíam por cinco mundos do trabalho: o mundo do operariado qualificado; do operariado desqualificado; da venda ambulante, do trabalho doméstico remunerado e das limpezas; da gandaia; e da pequena ilegalidade. Na realidade, mais correto será afirmar que, grande parte das vezes, essa população transitava entre esses mundos numa lógica de impermanência, de vai-vém entre diferentes atividades, obedecendo, por assim dizer, a uma racionalidade do *desenrasca*. Os depoimentos seguintes servem como bons exemplos destas deambulações entre um conjunto de atividades, por vezes, tenuemente definidas, a que se lançava mão.

O meu pai trabalhou na Colmetra, na Rua do Século, era operário metalúrgico e a minha mãe trabalhava como cozinheira na Sevilhana. Aos dez anos comecei a trabalhar, numa sapataria, na Dona Rosa em Campo de Ourique, para ajudar a minha mãe. Na sapataria ganhava uma ninharia, mas tinha muitas gorjetas. Naquele tempo saía de um trabalho de um lado e entrava noutra. De modo que, trabalhei numa sapataria, no pátio

Junção na Fonte Santa em que fazia armários para a tropa; dali saí para a Cepa, em Cabo Ruivo, e depois para a fábrica de vidros, atual Almeida e Sousa, na Amadora, onde estive a trabalhar durante 38 anos. Depois vim reformado, não fiquei muito prejudicado porque já tinha muitos anos de descontos. (Entrevista coletiva 3)

O meu pai era soldador e a minha mãe doméstica. Os meus avós maternos são do Minho, o meu avô paterno é daqui e a minha avó da Cascalheira. Trabalhei no Hospital São José como auxiliar de ação médica. Já trabalhei num café, nas limpezas, num táxi, mas não era trabalho para mim. O meu marido foi durante alguns anos taxista e condutor da Carris, trabalha neste momento na junta de Alcântara. (Entrevista coletiva 6)

[Estudei] Até ao 8.º ano, fui mãe e depois fui trabalhar como empregada de balcão e limpezas. Trabalhei num café de família e, mais recentemente, encontrei trabalho no Hotel Pestana. (Entrevista coletiva 7)

A volatilidade ocupacional torna-se também notória em episódios curiosos de debate ocorridos nas entrevistas coletivas, como o que se apresenta de seguida. Um entrevistado procurava descrever as várias atividades profissionais a que o seu pai se foi dedicando ao longo da vida, mas, ao fazê-lo na presença de uma vizinha próxima que conhecia bem a vida da sua família, acabava por suscitar objeções.

ENTREVISTADOR: O que fazia o seu pai?

ENTREVISTADO 1: O meu pai trabalhava numa fábrica de peixe.

ENTREVISTADA 2: Mas o teu pai não era bananeiro?

ENTREVISTADO 1: Isso foi antes de eu nascer. Também teve uma banca de jornais. (Entrevista coletiva 6)

O MUNDO DO OPERARIADO QUALIFICADO

Um primeiro mundo do trabalho, menos característico do Casal Ventoso do que das áreas operárias que o circundavam (pátios da Rua Maria e segmentos operários de Campo de Ourique, Alcântara e Campolide), englobava atividades e funções que exigiam alguma qualificação e especialização profissional numa determinada área do sector industrial – aquilo que muitos apelidavam de “ofícios” ou, para utilizar uma expressão frequente no Bairro, *trabalhos bonitos* (Chaves, 1999, pp. 136-139).

Apenas uma minoria de habitantes do Bairro envolvida nesse mundo podia ser inscrita, inequivocamente, no âmbito do operariado industrial, beneficiando de alguma segurança do posto de trabalho e da proteção prevista em contrato laboral. Encontrámos várias atividades representadas neste patamar, sobretudo reservadas à mão-de-obra masculina – estofadores, torneiros, caldeireiros, marceneiros, eletricitas, canalizadores –, mas também profissões feminizadas, como, por exemplo, maleiras e costureiras.

Não dispomos de dados que nos permitam saber se a população operária qualificada do Casal Ventoso foi aumentando ou diminuindo ao longo das décadas. Cremos, contudo, que as tendências registadas no Bairro não se terão distinguido das que acompanharam a restante população operária lisboeta.

É certo que a desagregação das indústrias fixadas em Alcântara, ocorrida com especial intensidade a partir da década de 1950, poderá ter afetado mais os operários residentes no Casal Ventoso ou nas imediações, tese que não desconhecemos. No entanto, os dados existentes não nos permitem afirmar que esse efeito tenha sido intenso, menos ainda catastrófico. Muitos operários qualificados do Casal Ventoso poderão ter começado a dirigir-se diária e pendularmente para outras áreas industriais emergentes ou consolidadas, como Cabo Ruivo ou o Barreiro. Pelo menos, sabemos da existência de diversas situações desse género.

A primeira tendência evolutiva a registar no mundo do operariado qualificado, tanto no Casal Ventoso como fora dele, diz respeito à substituição dos ofícios existentes, em resultado de transformações tecnológicas e das fontes de energia ocorridas ao longo do século XX. Algumas atividades caminharam para a extinção (por exemplo, a dos caldeireiros), outras viram diminuir o seu número de efetivos (como os serralheiros), outras ainda, pelo contrário, sofreram incremento assinalável, como as profissões mais qualificadas associadas à construção civil ou às reparações domésticas (eletricistas, canalizadores ou pintores, reparadores de aparelhos domésticos). Também a oferta de emprego nas oficinas de automóveis, como mecânico, bate-chapas ou pintor, se foi progressivamente intensificando e consolidando.

Uma outra tendência acompanhou os ciclos económicos. Ao longo dos “trinta anos gloriosos do pós-guerra” verificou-se em Portugal, e também no resto da Europa, um processo de crescimento elevado que se traduziu num aumento constante das taxas de atividade nos setores secundário e terciário e em melhorias dos salários, da segurança e da qualidade dos vínculos laborais. Nestes dois últimos aspetos – remuneratório e contratual – a situação melhorou imediatamente após o 25 de Abril de 1974. Além de um aumento médio das remunerações, criaram-se novos dispositivos nos domínios da legislação do trabalho que, coadjuvados pelas nacionalizações, estabilizaram o emprego. Esta situação veio beneficiar muitos dos operários qualificados, que viram os seus direitos e salários aumentar de uma forma muito rápida.

O quadro, no entanto, havia de se alterar pouco depois. A década de 1970 foi marcada por um cenário de crise internacional, que ditou a interrupção do crescimento praticamente incessante registado nas três décadas anteriores. Essa conjuntura conduziu à repentina inflexão descendente dos salários reais, à institucionalização da figura jurídica dos contratos a prazo, à falência de múltiplas empresas e ao aumento dos salários em atraso, situações que se agravaram na década de 1980, embora tal agravamento tenha sido dispar consoante os sectores

produtivos e as empresas (Ferrão, 1985, p. 583). Por exemplo, as indústrias de base trouxeram vantagens salariais para os seus trabalhadores, imputáveis sobretudo às nacionalizações, mas os operários da construção civil, com capacidade negocial reduzida, mantiveram baixos salários e instabilidade dos vínculos laborais. Por sua vez, a construção e a reparação naval, sectores onde exerciam atividade vários trabalhadores do Bairro (nomeadamente na Lisnave), sofreu uma oscilação rápida e notória num breve período, pois se não se ressentiu tanto com a crise perolífera, beneficiando claramente os seus operários, viu, logo a seguir, inverter-se a sua tendência de crescimento.

No cômputo global, há porém fortes razões para acreditar que a população operária do Casal Ventoso viu a sua situação profissional degradar-se durante os anos 1980 (pelo menos na primeira metade da década), em linha com a tendência observada junto dos trabalhadores assalariados, a nível nacional. Essa conjuntura de crise traduziu-se na criação de postos de trabalho sob formas precárias, legais ou clandestinas, de modo a contornar os imperativos legais quanto a despedimentos, segurança social, greve, salário mínimo e atualizações salariais (Ferreira de Almeida *et al.*, 1992).



Figura 22. Cartão sindical de habitante do Casal Ventoso, em 1946.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

Figura 23. Formas para fabrico e reparação de sapatos.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



O contraste entre os dados dos censos de 1981 e os recolhidos pela Hidrotécnica Portuguesa em 1993 é sugestivo da deterioração da situação que se verificou na década de 1980, não obstante a comparação ter de ser cautelosa em virtude de os dois inquéritos terem adotado métodos de recolha e classificações distintos. Se em 1981 a taxa de desemprego no Casal Ventoso era de 4,2%, em 1993 ascendia já a 24%.

O MUNDO DO OPERARIADO DESQUALIFICADO

O degrau abaixo do dos operários qualificados era composto por trabalhadores operários que não dispunham de qualquer qualificação profissional ou competência especializada. A relação com o trabalho era precária, muitas vezes sem contrato, pautada pela intermitência do emprego e especialmente afetada por vagas de desemprego cíclicas, que se agravaram com a desindustrialização do concelho de Lisboa. Sociologicamente, tratava-se de uma população classificável algures entre o operariado desqualificado e o subproletariado. Cremos ser útil imaginá-la como se girasse no interior um triângulo que balizava uma série de atividades de recurso, esmagadoramente masculinas.

No primeiro vértice desse triângulo deparávamos, de novo, com trabalhadores fabris. Ao contrário, no entanto, dos operários do

primeiro grupo, estes possuíam uma identidade profissional menos marcada e desempenhavam tarefas com um conteúdo menos diferenciado e definido. Por outras palavras, a sua identidade profissional era volátil, timidamente produzida já não em torno de uma dada atividade e dos seus saberes concretos, mas em torno da matéria-prima e dos produtos gerados pelas empresas onde prestavam serviços. Vejam-se algumas afirmações proferidas durante as entrevistas que expressam ligações deste género ao mundo do trabalho: “O meu pai trabalhava nos vidros em São Bento”, ou “Eu trabalhei nas embalagens de plástico”, ou ainda “O meu pai trabalhou nisto de pentes [indústria de produção de pentes]”.

O segundo vértice do triângulo corresponde às atividades da construção civil. Os trabalhadores deste ramo constituíam uma das categorias com situação laboral mais precária e menor capacidade negocial. Para se ter ideia do seu peso na população do Bairro durante a década de 1990, vale a pena mencionar de novo o inquérito da Hidrotécnica Portuguesa (1993) – a percentagem de trabalhadores do Bairro empregados na construção civil era, em janeiro de 1993, de 39,4%.

No último vértice do triângulo deparamos com a estiva. A estiva era uma ocupação fundamental, sobretudo para a mão-de-obra sem qualquer qualificação, pois era a única a que muitos dos trabalhadores nessas condições podiam aspirar, funcionando muitas vezes como um recurso para aqueles que tinham ficado desempregados das fábricas.

A importância da estiva para os habitantes do Casal Ventoso transparece, não só nas referências às atividades em que os indivíduos ou os seus ascendentes estiveram envolvidos, como também em declarações sintéticas que procuram equacionar o passado ocupacional do Bairro, no seu conjunto. É o caso de uma afirmação proferida por um indivíduo nascido já na segunda metade da década de 1970: *No tempo da nossa infância eram todos estivadores* (entrevista coletiva 6).

Muitas vezes designada como *descarga de mar e terra*, ou *trabalhar na praia*, a estiva era uma ocupação portuária que, para os homens



Figura 25. Greve dos Estivadores (1912).

Fonte: Arquivo Municipal/Fotográfico. Fotografia de Joshua Benoliel.

do Casal Ventoso, tinha lugar sobretudo nas docas de Alcântara e de Santos. É particularmente mencionada a doca do Pinho, cuja designação se deve precisamente à descarga desta mercadoria, uma das mais importantes em termos de quantidades descarregadas, antes da II Guerra Mundial.

Pelo menos até à década de 1960, além de mal remunerada e fisicamente desgastante, a estiva gerava forte ansiedade. O salário não era fixo, mas sim pago à jorna. Acresce que nem sempre os indivíduos eram contratados, ou porque o volume de trabalho não o justificava, ou porque aparentavam não ter condições físicas ou de saúde, ou ainda porque não tinham uma boa relação com o indivíduo encarregado de proceder à seleção dos trabalhadores. Uma vez que dessa



Figura 26. Estivadores fazendo a descarga de um barco (1959).

Fonte: Arquivo Municipal/Fotográfico. Fotografia de Artur João Goulart.

atividade dependia a subsistência de agregados inteiros, a seleção dos trabalhadores a recrutar, que tinha lugar às primeiras horas da manhã, revestia-se de assinaláveis níveis de tensão e de carga dramática para os envolvidos, colocados, inadvertidamente, numa situação de concorrência.

Uma mulher com idade superior a 60 anos descreve a situação de estivador do marido, em tudo idêntica à do seu próprio pai: *Ele só ganhava quando trabalhava. Às vezes trabalhava e não ganhava. Só no tempo do Marcelo Caetano é que a situação melhorou e os trabalhadores começaram a ganhar ordenados fixos* (entrevista coletiva 2). O mesmo nos foi dito por um outro entrevistado, que é, no momento presente, reformado da estiva.

Antes de ser estivador 100%, ia lá no mês tal e trabalhava só quatro ou cinco dias. Antigamente tinha que ir para a estiva cedo à procura da chapa, e se não apanhava a chapa... havia aquelas amizadas. Os encarregados só davam chapas a quem eles queriam e lhes apetecia... assim como em todo o lado só dão emprego a quem quer e lhes apetece. Às vezes tínhamos que comer e íamos pedir fiado, como muita gente tem de certeza. Ia-se pedir fiado e depois pagava-se. Depois passei a efetivo, já o ordenado estava sempre batido, houvesse trabalho ou não houvesse. (Cit. em Chaves, 1999, p. 75)

Estas condições negativas não significam que, em alguns casos, não se atribuísem à estiva certos benefícios, em especial alimentares. Desde logo, a atividade facilitava, por vezes, o acesso direto a géneros. Como nos narrou, novamente, a entrevistada, mulher e filha de estivador, a que acima fizemos referência: *No Natal estávamos sempre ansiosas com a chegada dos navios. No Funchalense vinha as bananas e os ananases, do Corvo, o Queijo da Ilha, leite em pó, manteiga pura e queijo flamengo...* (entrevista coletiva 2)

Não conseguimos apurar quais as estratégias utilizadas pela família desta entrevistada para aceder aos produtos transportados pelos navios, quer dizer, se esse acesso resultava de aquisição de bens a preços reduzidos, da cedência ou de furto. No entanto, temos conhecimento de que a estiva facultava a alguns estivadores a possibilidade de subtraírem produtos que eram depois consumidos pelas suas famílias ou vendidos no Bairro. Era, por exemplo, frequente que os descarregadores de paletes de peixe “reservassem” algumas para si, ou que alguns trabalhadores dos portos furtassem garrafas ou produtos alimentares. Sabemos inclusive de casos de despedimento por terem sido descobertas ocorrências deste tipo.

Em termos de vínculos laborais, a partir da década de 1960, a estiva sofreu algumas transformações, com o estabelecimento de contratos e de um salário mensal fixo para uma percentagem considerável dos

estivadores, a ponto de em certos casos passar a ser considerada um “bom trabalho” para a mão-de-obra desqualificada. Vários homens procuraram então tornar-se estivadores por opção, ou seja, escolhendo a estiva em detrimento de atividades fabris, por exemplo.

É curioso que à melhoria da qualidade do vínculo e das garantias contratuais da estiva tenha sucedido um período marcado por alterações tecnológicas que, a par da conjuntura de crise da década de 1980, levaram à dispensa de muitos estivadores. Grande parte destes foi dispensada, outra foi abrangida por acordos de rescisão ou reformas antecipadas. As indenizações acordadas foram consideradas vantajosas por vários ex-estivadores e por indivíduos que assistiram ao processo.

Alguns dos dispensados da estiva obtiveram um novo emprego na indústria ou foram fazendo “biscates”, como empregados de mesa, etc. Todavia, parte deles ficou desempregada por muito tempo e a idade avançada de alguns não lhes permitiu voltar a trabalhar.

É fundamental referir que o estreitamento das oportunidades de trabalho na estiva não levou a que esta, assim como outros trabalhos de descarga dos portos, tivesse deixado de ser uma atividade muito relevante no Casal Ventoso durante as décadas de 1970 e 80. Mesmo em 1993, momento em que um dos autores deste livro se encontrava a desenvolver trabalho no projeto de intervenção social *Amanhã*, referenciado no primeiro capítulo, seis dos dezasseis jovens do sexo masculino que o frequentavam, todos com menos de 18 anos, trabalhavam, com maiores ou menores períodos de intermitência, na Docapesca de Algés, descarregando paletes de peixe.

OS MUNDOS DA VENDA AMBULANTE, DO TRABALHO DOMÉSTICO E DAS LIMPEZAS

Uma outra esfera ocupacional era formada por três atividades: a venda ambulante, os serviços domésticos em casas particulares e as limpezas. Estas atividades eram realizadas algumas vezes autonomamente, outras em conjugação. Qualquer delas era predominantemente feminina e realizada “por conta própria”, embora na primeira se pudessem encontrar homens e nas limpezas deparássemos com algumas mulheres contratadas por empresas do ramo.

A venda ambulante decorria geralmente no mercado de Campo de Ourique, mas estendia-se também a mercados distantes, disseminados pela cidade. Conhecemos casos de vendedoras que montaram banca, por exemplo, no Mercado da Figueira, destacando-se a venda do peixe, do marmelo, da castanha e de produtos hortícolas. Por vezes, a venda era realizada na rua, mas este último formato começou a enfrentar limitações legais e a suscitar controlo policial cada vez mais intenso, de tal forma que, quando ocorria, tinha lugar essencialmente no próprio Casal Ventoso. Alguns produtos comercializados eram produzidos no próprio Bairro, nomeadamente aves, que aí eram criadas em aviário.

Ambos os depoimentos que se seguem foram produzidos por entrevistadas que se referiam à atividade profissional das suas mães. No primeiro testemunhamos o caso de uma vendedora ambulante que circulou em vários lugares da cidade; no segundo, deparamos com um exemplo de como a venda ambulante surgia, muitas vezes, na sequência de outras ocupações, nomeadamente das fabris.

A minha mãe era vendedora ambulante em São Bento, no Poço dos Negros, e posteriormente começou a vender à frente da nossa casa, no Casal Ventoso. O meu pai fazia armários de ferro numa fábrica onde trabalhou. (Entrevista coletiva 3)



Figura 27. Venda ambulante nas imediações do Bairro, junto à Meia-Laranja.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Figura 29. Venda Ambulante numa das entradas do Bairro – Casal Viúva Teles (1968).

Arquivo Municipal de Lisboa/Fotográfico. Fotografia de João Hermes Cordeiro Goulart.

O meu padraço trabalhava na fábrica das Gaivotas, a minha mãe trabalhou muitos anos na Aveirense, na Rua de Sol ao Rato, e na confeitaria da Pampulha, e foi peixeira. Nos últimos anos vendia defronte ao Museu de Arte Antiga. (Entrevista coletiva 3)

Sem nunca ter desaparecido, a venda ambulante foi perdendo importância à medida que se estreitou o lugar do pequeno comércio retalhista, no decurso dos anos 1980 e 90. Inversamente, tudo indica que o serviço doméstico realizado em casas tenha vindo a aumentar nessas duas décadas. O número de mulheres que nos referiram “andar” ou “ter andado a dias” e que declararam ter sido também essa a atividade a que se dedicaram as mães ou outras mulheres da família, foi muito expressivo.

O influxo de trabalhadoras domésticas, mas também de trabalhadoras que realizavam limpezas em prédios, escritórios ou empresas dos mais diversos géneros deve ser um dos fortes responsáveis pelo facto de o peso das atividades do setor terciário ser já dominante no Casal Ventoso, em 1981. Os dados do Censo realizado nesse ano são reveladores: 60,2% da população do Bairro encontravam-se empregados no sector terciário e já só 39,6% no secundário. Se fizermos apelo aos dados do Censo de 2011, referentes à Quinta do Cabrinha e ao Bairro do Loureiro, considerados em conjunto, verificamos que a percentagem de trabalhadores do setor terciário havia atingido já 86,8%.

A título de curiosidade, a proporção de população empregada no setor primário era residual já em 1981. Ainda assim, é interessante registar a manutenção de pequenas hortas, a grande quantidade de animais de capoeira e algumas atividades ligadas ao setor primário que conferiam ao Bairro uma curiosa feição rural na fase terminal da encosta, junto à Ribeira de Alcântara e mais tarde à Avenida de Ceuta. Tivemos oportunidade de entrevistar uma mulher com idade superior a 50 anos, filha de um dos indivíduos que, no seio do Casal Ventoso, se dedicava a atividades agrícolas, sendo proprietário de um número considerável de animais de pastoreio.

ENTREVISTADOR: Mas o seu pai comercializava o leite?

ENTREVISTADA: Leite puro.

ENTREVISTADOR: Quais eram os animais?

ENTREVISTADA: Tinha vacas, ovelhas, cabras. O meu pai tinha um rebanho de trezentas e tal cabras e ovelhas, porcos que volta e meia eram mortos, ficava a porca para parir, e quatro vacas. Mas ali toda a gente tinha um quintal com couvezinhas e criação.

ENTREVISTADOR: O que faziam com as cabras e vacas?

ENTREVISTADA: A minha mãe fazia de tudo, desde queijo até manteiga. Quando o leite puro fervia ficava uma nata grossa, era tudo mais saudável. O queijo vendia, e a manteiga fazia para consumo próprio. O meu pai vendia a criação, tinha um senhor do talho que vinha buscar a carne. Vendia o esterco, fazia um monte. O meu pai não ajudava a minha mãe, era galdério, para ele os filhos só serviam para trabalhar. Ele achava que era à bruta que funcionava, pois foi assim que aprendeu. Nunca me calei com o meu pai, não ficava com nada engasgado. (Entrevista coletiva 4)

O serviço doméstico era, como facilmente se pode imaginar, esmagadoramente prestado no bairro de Campo de Ourique, pelo que a informação proferida por uma mulher na casa dos 40 anos foi por nós escutada inúmeras vezes, formulada nestes termos ou noutros, idênticos: *A minha mãe trabalhava a dias, nas casas das senhoras em Campo de Ourique* (entrevista coletiva 6).

O trabalho serviçal desenvolvido no bairro vizinho, situado apenas algumas dezenas de metros acima na encosta, representava, em certos casos, a duração de toda uma vida, feita da circulação entre casas e entre diversas patroas, assim como nos cuidados prestados aos filhos destas. É o que nos relata, referindo-se à sua mãe, um dos raros indivíduos com educação superior que reside hoje nos novos bairros de realojamento:

A minha mãe era uma mulher protetora, cheia de referências de Campo de Ourique, trabalhou durante 55 anos: 37 numa casa, 42 anos noutra casa e 37 na última casa, portanto tinha três patroas. Depois levava os miúdos à escola e andou nesta correria durante décadas. (Entrevista coletiva 5)

As memórias do “trabalho a dias” são variadas quanto ao seu grau de aspereza. Este dependia sobretudo da idiosincrasia dos patrões, melhor dizendo das patroas, já que a gestão da “coisa doméstica” era um assunto esmagadoramente feminino. Desde as “boas patroas”, portadoras de bom trato e até de apoio, sob a forma, por exemplo, da oferta de roupas usadas, ou de amparo por ocasião do Natal, até às que, no polo oposto, compendiavam formas de exploração, ou mesmo de humilhação, era possível encontrar todo um rol de situações intermédias.

Alguns relatos de insensibilidade não deixam de perturbar. A título de exemplo, o mesmo entrevistado que acima nos narrava a experiência do “serviço a dias” prestado pela mãe revelou-nos que uma das mulheres para quem trabalhava a impedia de utilizar a água da casa para fins pessoais, nomeadamente para beber. Impunha-lhe além disso a interdição, certamente mais frequente, de utilizar a casa de banho comum.

A minha mãe saía de casa com um garrafão de 5 litros porque naquela altura os patrões exigiam que as empregadas levassem água para beber [...]. As patroas eram pessoas endinheiradas, mas estavam sempre a discutir com os maridos. A minha mãe respirava fundo e pensava que tinha pintainhos para criar [referindo-se a si e aos irmãos]. (Entrevista coletiva 5)

No essencial, as narrativas do trabalho doméstico que reunimos no Casal Ventoso não serão muito diferentes das que podemos obter noutras zonas da cidade, com uma nuance importante: por razões a que nos referiremos, com abundância, no próximo capítulo, as mulheres

do Bairro eram muitas vezes alvo de especial desconfiança, o que lhes dificultava a obtenção de emprego doméstico e as sujeitava a escrutínios especialmente rigorosos para arranjar trabalho. A declaração seguinte é ilustrativa dessa experiência partilhada: *Primeiro a senhora, quando soube que era do Casal Ventoso, fez assim uma cara... Não queria aceitar. Mas depois viu que eu fazia o trabalho, se calhar melhor que as outras, e foi-se acostumando, até se tornar minha amiga* (entrevista coletiva 3).

O MUNDO DA GANDAIA

Não obstante a importância das atividades anteriores, cremos que aquela que distinguiu com maior clareza o Casal Ventoso de outros bairros populares da cidade foi a gandaia. Este é o nome dado à atividade de apanha, seleção e venda de lixos, essencialmente trapos e cartão. A expressão maciça e o significado da gandaia na subsistência local foram de tal modo profundos, pelo menos até ao início da década de 1970, que praticamente todas as pessoas com idades superiores a 40 anos que entrevistámos na primeira metade da década de 1990 tinham andado à gandaia, referindo, além disso, que os pais ou os avós também tinham estado envolvidos nessa prática. Mesmo aqueles que nunca *tinham andado ao lixo* faziam questão de afirmar essa não participação de forma espontânea, sem serem questionados a esse respeito – *Eu nunca cheguei a andar à gandaia* ou *Nunca precisei de andar à gandaia* –, como que demonstrando, pela negativa, a importância que esta atividade assumiu para a população no seu conjunto.

Em 2019, vinte anos depois do fim do Bairro, os relatos já não são abundantes, a não ser junto da população idosa, ou pelo menos com idade superior a 60 anos, pelo que as reminiscências dessa ocupação se apagarão em breve, deixando de ser possível captá-las por intermédio de registos de história oral.

Duas narrações que subsistem foram-nos precisamente transmitidas por duas mulheres com idades superiores a 70 anos que haviam entrado na gandaia por questões de subsistência, e que nela se mantiveram durante muitos anos.

Não havia trabalho. Andei na gandaia porque não havia trabalho. Parecia uma bruxa, com um lenço atado e um avental até aos pés para não me sujar... Quando chegava a casa, desinfetava-me e lavava-me toda. (Entrevista coletiva 1)

Quando fiz 14 anos, a minha mãe tirou-me da escola e pôs-me a trabalhar. Adorei viver ali, éramos pobres, éramos três irmãos e os meus pais. Vivíamos numa casa pequenina, mas muito sérios. Antes disso, andei à gandaia em Campo de Ourique, levantava-me às seis da manhã para ir trabalhar. Quando éramos miúdas, e mesmo mulheres, podíamos andar na rua à vontade e ter as portas abertas pois não havia roubos. Um dia, andava à gandaia e apareceu-me um polícia, que me puxou pelo braço e disse para ir com ele até à esquadra. Então disse-lhe: não me leve presa, não volto a fazê-lo. Quando ele foi-se embora continuei [risos]. Não tenho vergonha de ter andado à gandaia, era um trabalho honesto, apanhávamos tudo – papel, ossos... Também trabalhei num cemitério, trazia o dinheiro e entregava ao meu pai. Namorei, casei, tive filhos, quatro filhos, quero dizer, tive e tenho, graças a Deus. Foi uma mocidade pobre mas honesta. O meu pai trabalhava na fábrica dos vidros em São Bento, de onde saiu reformado. Nos últimos dez anos queria sair para a rua e não conseguia, só via polícias. Quando me deram a casa adorei vir para aqui, mas agora estamos abandonados. (Entrevista coletiva 1)

Menos frequente é o depoimento de uma mulher mais jovem que se envolveu na gandaia, uma vez que esse envolvimento ocorreu já na década de 1980, período em que *a apanha e seleção de lixos* se encontrava muito menos presente no quotidiano do Bairro. Isso não

impediu, mesmo assim, que tivesse conseguido cativar outras pessoas, de entre um conjunto de amigas, para participarem consigo na atividade, alegadamente por falta de emprego.

ENTREVISTADOR: E como foi a experiência de trabalho [na gandaia]?

ENTREVISTADA: Foi boa, tinha as minhas amigas, saíamos à tarde. Depois comecei a levar as minhas amigas para trabalhar comigo, porque ninguém dava trabalho. (Entrevista coletiva 6)

Se recuarmos 50 anos, verificamos que um número muito vasto, possivelmente maioritário, de mulheres e crianças do Casal Ventoso, e também alguns adultos do sexo masculino, andou à gandaia por períodos de duração variável. E sabemos também de casos, mais atípicos, de indivíduos que *andaram a apanhar papelão* em fases tardias da sua vida, nomeadamente depois da reforma.

O envolvimento na gandaia ocorria, regra geral, devido às dificuldades de se encontrar emprego ou em conjunturas particularmente recessivas nas quais se verificavam muitos despedimentos. As pessoas andavam à gandaia até conseguirem uma nova fonte de rendimento, o que podia corresponder a um período bastante prolongado. No entanto, em algumas situações, a gandaia constituía também uma opção voluntária. Com efeito, os rendimentos obtidos das outras atividades disponíveis eram tão baixos que esta ocupação chegava a propiciar modestas vantagens financeiras, tanto por via dos montantes auferidos, como pela redução de custos de transporte para os locais de trabalho. Às mulheres, a gandaia conferia adicionalmente a possibilidade de se manterem próximas de casa, realizando trabalhos domésticos, sem o espartilho do horário rígido imposto por outras atividades, entre as quais as fabris. A permanência nas imediações do Casal Ventoso enquanto se realizava a atividade de apanha do lixo era facilitada por existirem no Bairro, como já se disse, duas “rampas do vazadouro”. E mesmo nas proximidades de Campo de Ourique era

possível encontrar “lixo lucrativo”. Isto não impediu várias pessoas de peregrinar até áreas bem distantes, nomeadamente exteriores ao concelho de Lisboa, por terem identificado algues fontes valiosas de detritos. Duas gandaeiras, por exemplo, afirmaram-nos que, por essa razão, se deslocavam com frequência a concelhos da margem sul.

A gandaia não pode, contudo, ser reduzida a mera atividade económica. O mundo do lixo configurava todo um vasto repertório de referências, formado por conhecimentos, técnicas, formas de relacionamento social e um léxico próprio que permeava o imaginário local.

A título de exemplo, refiram-se duas designações – *fregueses* e *industriais* –, pois ambas são evocativas dos diversos atores que faziam parte deste universo ocupacional.

Fregueses era o termo que os gandaeiros conferiam a pessoas relativamente fixas de quem recebiam lixo e com as quais estabeleciam uma relação de relativa exclusividade. Eram escolhidas e preservadas por gerarem desperdícios particularmente preciosos. Acerca dos *fregueses* contam-se histórias e, provavelmente, elaboram-se lendas. Por exemplo, depois de ter vindo residir para o Casal Ventoso, a mãe de uma mulher com quem contactámos em meados da década de 1990, e que hoje teria já uma idade superior a 100 anos, narrou-nos o seguinte acerca de um dos *fregueses* de sua mãe, a quem a família atribuíra a alcunha de *O Cagão*.

[A minha mãe] Tinha fregueses certos e ia despejar os caixotes desses fregueses. Havia um que era O Cagão, que limpava o cu às moedas e às notas. Quando ela ia lá despejar os caixotes, era depois lá tudo em casa a arear a merda. Naquela altura era milionário 20 vezes e depois, como era muito porco e não tinha ninguém que lhe fizesse nada, tudo quanto apanhava varria e mandava para o caixote. A minha mãe é que ia despejar o caixote dele... Já era certo, e depois trazia o lixo todo para casa e nós escolhíamos. Para além do dinheiro que trazia, trazia também ratos mortos e tal. E nós cá é que escolhíamos. O que era bom íamos vender

aos ferros-velhos, que compravam trapos, papel, garrafas... (Cit. em Chaves, 1999, p. 70)

Por seu turno, o termo *industriais* dizia respeito a uma figura fraudulenta de ladrões e açambarcadores de lixo, existente no seio dos próprios apanhadores. Foram-nos definidos por um homem com cerca de 50 anos, da seguinte forma:

Havia já nessa altura os “industriais”. Chamavam-se “industriais” que era assim: andavam as pessoas ao papel com sacos pequenos, depois havia uma saca maior que enchiam. Depois haviam os “industriais”, que eram os tipos que sabiam onde é que estava a saca e iam lá roubá-la quando ela estava cheia. Estava um desgraçado a encher a saca e eles abriam a porta e tiravam a saca do vão da escada... (Cit. em Chaves, 1999, p. 69)

O processo da apanha dos lixos culminava no momento em que se procedia à seleção. Separava-se, por exemplo, o trapo do cartão e dos ossos, que consistiam na mercadoria mais cara devido à sua utilização como carvão animal e, por vezes, como matéria-prima na indústria dos pentes. Transportava-se depois a mercadoria para os ferros-velhos, como nos narrou o mesmo habitante do Casal Ventoso que antes nos apresentou uma definição de *industriais*.

Muitas vezes o papel, como era mais leve, o que é que se fazia? Envolviam-se pedras à volta dos papéis e dos cartuchos pequenos para pesarem mais. E aqui o [ferro-velho] “Avante” dedicava-se ao papel e comprava. O ferro-velho era o “Avante” porque o homem era comunista... esteve preso muitas vezes e... pronto, dedicava-se ao papel. (Cit. em Chaves, 1999, p. 69)

Como se vê, mesmo na fase que é marcada pelo encontro entre o apanhador e o comprador de lixo, a gandaia continua a sugerir enredos notáveis, que nos chamam a atenção para o potencial narrativo e até

de inspiração ficcional contido nesta antiga prática, transversalmente disseminada.

O MUNDO DA PEQUENA ILEGALIDADE

A par destas atividades, todas legais, começou a surgir, a partir da segunda metade do século XX, uma série de práticas ilegais, desenvolvidas por uma minoria de habitantes do Casal Ventoso.

Parte dessas atividades ilícitas encontrava-se ligada à subsistência, permitindo alcançar a linha-do-pão, que os baixos rendimentos muitas das vezes não asseguravam. São exemplo disso o roubo de produtos alimentares em mercearias e em camionetas de abastecimento, ou então de galinhas e coelhos em quintas próximas. Outras práticas ilegais exigiam maior perícia e garantiam o acesso a dinheiro. É o caso do roubo de carteiras a transeuntes que se deslocavam nas ruas, ou da recetação e transformação de automóveis roubados. No entanto, há uma ideia fundamental a reter, ideia que decorre das informações que recolhemos neste estudo, mas fundamentalmente em textos anteriores (Chaves, 1999): até meados da década de 1980 só uma clara minoria da população do Bairro se encontrava associada à prática da ilegalidade. A partir da segunda metade dessa década, o panorama começou a alterar-se em virtude do surgimento da venda de drogas.

O TRABALHO COMO ESPOLETADOR DOS MODOS DE VIDA DO BAIRRO E DAS SUAS DIFERENCIAÇÕES INTERNAS

Como sucedeu em outros bairros populares, a população do Casal Ventoso foi sempre alvo de visões homogeneizadoras a partir do exterior, ou seja, de visões que faziam equivaler todos os seus habitantes,

como se pouco ou nada os diferenciasses entre si, a não ser o facto de praticarem ou não atividades ilegais. Este olhar externo preconizava, portanto, a existência de uma diferenciação de cariz moral, bem expressa na afirmação corrente que continuamos a escutar presentemente: *No Casal Ventoso havia gente boa e gente má* ou, simplesmente, *Também havia gente boa*. Com tais afirmações pretendia-se igualmente sugerir que a maioria sempre havia estado associada a atividades ilegais, presunção que, como referimos antes, não é correta.

Ora, se é sempre possível encontrar condições de existência e traços culturais similares entre indivíduos que se encontram numa situação semelhante na estrutura social, como era o caso da população do Casal Ventoso, não podemos deixar de reconhecer que tal população era heterogénea. Esta diversidade não passou, de resto, despercebida a alguns habitantes, como se depreende da afirmação de uma mulher com cerca de 50 anos que sempre viveu no Casal Ventoso e que se vem afirmando hoje em dia, em certos aspetos, como líder local: *No Casal Ventoso havia pessoas com mais dificuldades e outras com menos dificuldades. Sei bem que fui uma privilegiada, e aquilo que os outros não tiveram... fui para a escola e não me preocupei com lápis nem canetas, tomava banho em casa e não precisava de ir ao balneário* (entrevista coletiva 4).

Mas a estas diferenças que diziam respeito a aspetos materiais, e que estavam portanto diretamente associadas aos níveis de rendimento, outras se adicionavam. As famílias do Casal Ventoso distinguiam-se também pelos seus estilos de vida, ou seja, pela forma como organizavam a sua vida familiar, pelas suas aspirações, pelo tipo de investimento futuro que faziam nos seus descendentes.

Creemos que um fator nuclear e espoletador dessas diferenças de estilos de vida prende-se com a relação, mais ou menos precária, que os progenitores estabeleciam com os mundos laborais que descrevemos atrás, em especial com a posição em que neles se encontrava o homem que desempenhava o papel de pai.

Com efeito, uma relação precária desse homem com o mercado de trabalho refletia-se sobre a família de duas formas. Uma primeira, que é a mais óbvia, dizia respeito ao facto de esta ver as suas fontes de rendimento fortemente afetadas, pois ficava privada da remuneração desse elemento adulto. A segunda dizia respeito à tendência para se verificar uma deterioração da imagem desse homem, aos olhos dos familiares, mas também de si próprio, em virtude da impossibilidade de corresponder às expectativas que sobre ele pendiam de que assumisse as funções de principal provedor económico da casa.

Os impactos dessa degradação de imagem podiam ser maiores ou menores, mas, por razões que explicaremos adiante, tinha frequentemente como resultado o desinvestimento do homem na vida laboral e doméstica, facto que reforçava ainda mais a escassez de rendimentos. Nos casos em que esse desinvestimento paterno ocorria, o estilo de vida do agregado passava a depender da capacidade da mulher, muito menos “autorizada” a abandonar a esfera doméstica e a relação com os filhos, para suprir a falha de rendimentos masculinos, intensificando o seu esforço laboral no exterior, somando-o ao encargo do trabalho doméstico e ao acompanhamento dos descendentes, por vezes partilhado com as filhas mais velhas.

Encontramos no Casal Ventoso muitas casas que ficaram marcadas pela ausência total ou parcial da figura paterna. Em algumas delas, verificou-se um esforço suplementar da figura da mãe, em termos que, pela energia despendida e pela capacidade de privação pessoal, poderíamos intitular de “heroicos”. Nos casos em que a mulher não supria esse défice, duplicando o seu esforço e expandindo o seu papel, o núcleo familiar tendia a caminhar para uma situação de quase-desagregação.

No que respeita aos estilos de vida internos, os dados agora obtidos reforçam os que havíamos recolhido ainda durante o período em que o Casal Ventoso existia, e levam-nos a considerar que, para uma perceção mais sistemática das diferenças desses modos de vida, é útil estabelecer dois polos: um primeiro, que designámos de “estilo de

vida estável”, e um outro, que apelidamos de “instável”. Entre cada um desses extremos podemos, na realidade, encontrar uma série de situações intermédias.

O ESTILO DE VIDA ESTÁVEL

O estilo de vida estável era caracterizado, antes de mais, pelo facto de o agregado possuir níveis de rendimento que, sendo sempre baixos, lhe permitiam ultrapassar a linha da subsistência alimentar e realizar despesas mínimas de habitação, vestuário, ou outras, extraordinárias, como as que dizem respeito à aquisição de material escolar.

A relação que se estabelecia entre este estilo de vida e o facto de o homem que desempenhava o papel de pai possuir um ofício era estreita. Com um ofício, os homens dispunham de um salário mais elevado, maior estabilidade no mercado de trabalho (ou mesmo na empresa onde trabalhavam) e maior previsibilidade financeira. Usufruíam também, por essa via, de melhores condições para se ajustarem às expectativas que sobre eles recaíam de que se tornassem os principais “provedores financeiros da casa” e “chefes de família”.

Dispondo de um ofício, era também bastante mais simples para esses indivíduos assumirem uma identidade profissional ou tão-só uma identidade enquanto trabalhadores, facto cuja importância simbólica não deve ser menosprezada. Na fase em que o tráfico de drogas



Figura 30. Família do Casal Ventoso na década de 1940.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

se foi tornando presente no quotidiano, a carteira profissional era exibida com orgulho por alguns habitantes, em vários momentos, em especial quando eram intercetados por polícias na rua.

Do ponto de vista das relações interpessoais, o quadro de vida estável aproximava-se do que Ray Birdwhistell (1966), num texto clássico, designava como “modelo sentimental”. Tratava-se de um modelo que fixava uma espécie de quadro ideal de vida familiar, segundo o qual as pessoas entendiam que deveriam procurar estruturar a vida em conjunto, de forma não dissolúvel, emocionalmente exclusiva e coletivamente concertada no sentido de alcançarem finalidades comuns.

A finalidade central da vida familiar passava por melhorar as condições de vida material, com base na promoção de uma forte ética de trabalho esforçado. Procurava-se também, em certos casos, apostar em formas de ascensão social intergeracional.

A mobilidade social obrigava a um investimento na escolaridade dos filhos, baseado na pressão para a frequência da escola, assim como no controlo das rotinas diárias. Mas este investimento tendia a ocorrer apenas se os membros do agregado acreditassem que a sua condição social poderia, de facto, melhorar, em resultado de situações de vida mais estáveis, nomeadamente financeiras. Tudo se passava, no fundo, como se se gerasse uma dinâmica circular em que melhores condições económicas num dado momento se repercutiam em melhores condições no futuro.

As condições materiais dos agregados com modo de vida estável refletiam-se também nas casas. A área habitável ampliava-se, o que permitia que os membros permanecessem mais tempo no interior da habitação. Observava-se também alguma separação de espaços públicos e privados, construindo-se quartos individuais, sobretudo quando o número de filhos era muito reduzido. Conhecemos casos de habitações com estas características em zonas específicas do Bairro, onde provavelmente a presença de agregados com um estilo de vida

estável era mais frequente: o Casal Viúva Teles, a Rua Guilherme Anjos e alguns acessos à Rua do Arco do Carvalhão.

A solidez do modo de vida estável intensificava-se ainda mais quando a mãe se encontrava conectada com o mundo profissional de uma forma clara. Nesses casos, a família tendia a tornar-se abastada para o contexto local. Foi justamente o que sucedeu com uma mulher de idade superior a 60 anos, costureira. No depoimento que se segue, esta narrou-nos, sinteticamente, o modo como entrou na atividade da costura e como nela foi progredindo ao longo do tempo. Manifestou, além disso, um *ethos* de trabalho, que opôs à ociosidade, traço destrutivo que, no seu entender, caracterizaria os jovens do Casal Ventoso do momento atual.

Fui trabalhar para uma confeção de homens para a secção de corte. As confeções de homens eram de primeira ou segunda categoria, dependia da carteira de clientes e da qualidade das roupas. A confeção onde trabalhava era de primeira categoria. Saí da Manau e fui para a Sincope na Rua de Campo de Ourique. Entrávamos como aprendizes, ajudante de costureira, meia-costureira e depois costureira. Hoje gostava de ir a um curso de formação de costura, sei mais do que as formadoras. Cada uma tinha o seu posto de trabalho, ninguém estava ali a apanhar alfinetes. Quando comecei a trabalhar, tiveram de fazer um estrado e de me comprar um ferro de engomar mais pequeno. O facto de hoje os meninos fazerem disparates é porque têm muito tempo livre. (Entrevista coletiva 3)

Se o propósito for o de gizir formas de intervenção social com o propósito de facilitar a ultrapassagem das situações de pobreza intergeracional abundantes no Casal Ventoso seria importante investigar em profundidade os aspetos e dinâmicas que conduziram certos homens e mulheres do Bairro a este patamar no mundo das ocupações – o dos trabalhadores com ofício – pedra de toque no desenvolvimento do estilo de vida estável.



Figura 31. Mulher com criança no Casal Ventoso.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

Em relação a este aspeto, o papel da família de origem terá sido certamente relevante. A ascensão ao patamar profissional de oficial, que poderá, mais tarde, guindar ao de mestre, obriga sempre a um regime de aprendizagem prévio, seja este desenvolvido em contexto laboral ou em ensino profissional. Para tal, é fundamental a pressão exercida pelos progenitores, assim como a disponibilidade destes para aceitarem uma situação mais prolongada de ausência de rendimentos dos filhos, em lugar de procurarem rentabilizar rapidamente a sua força de trabalho,

alstando-os em atividades mais rendíveis no imediato mas menos promissoras futuramente. Talvez seja desnecessário acrescentar que será tanto mais provável uma família prescindir e adiar a rentabilização da sua mão-de-obra juvenil, quanto menos estiver refém de contingências imediatas e alarmantes ligadas à subsistência. As pessoas que possuíam ofícios não deixavam, muitas vezes, de reconhecer o papel fundamental dos ascendentes na situação profissional benigna de que usufruíam quando se comparavam com os demais, como se demonstra através do depoimento de um marceneiro que entrevistámos na década de 1990, ou da fala de uma outra costureira, que entrevistámos durante o presente estudo.

A malta não tinha ofício porque não tinha aprendido quando era mais novo. Eu tive sorte, aprendi para marceneiro, mas também andei a

trabalhar em loiças de alumínio, primeiro foi em loiças de alumínio. Não tinha sapatos e ia para Sacavém às 5.30. Sacrifiquei 40 escudos e fui ganhar 7,50 escudos para aprender o ofício de marceneiro. E depois, mais tarde, ainda fiquei nos 15 escudos. Em compensação, se lá tivesse ficado, agora não fazia nada. Tinha ficado no desemprego. A minha mãe era viúva, mas mesmo assim tirou-me. Assim é que se vê o valor de uma mãe. Houve uma data de gente que não aprendeu nenhum ofício e isso é que foi o pior. (Cit. em Chaves, 1999, p. 137)



Figura 32. Pai com os filhos em pátio do Casal Ventoso, tendo várias capoeiras como cenário de fundo.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

Com 13 anos fui aprender costura. Só há pouco tempo deixei de trabalhar em ateliês. Nunca andei na gandaia... (Entrevista coletiva 1)

Embora nunca nos tenha sido possível reunir dados totalmente rigorosos a este respeito, tudo o que atrás foi dito leva a supor que a proporção de agregados com um modo de vida estável era menor no Casal Ventoso do que em outras áreas de residência de classes populares, situadas nas imediações. Nada disso é estranho, pois, por um lado, a proporção de operários qualificados era menor no Casal Ventoso do que nessas outras áreas; por outro lado, quando reuniam os atributos deste estilo de vida, em especial uma maior disponibilidade financeira, os habitantes tendiam a deixar o Bairro, rumando a outras zonas da cidade.

Figura 33. Jovens à porta de um café na Rua Costa Pimenta.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Isto não impediu algumas famílias, que facilmente diríamos terem um estilo de vida estável, de permanecerem no Bairro, por considerarem ter relações emocionais e afetivas com o espaço ou os vizinhos ou por não quererem perder a sua casa. Mais exatamente, esses agregados consideravam que, em resultado das progressivas melhorias que foram introduzindo na residência, esta havia-se tornado bastante mais confortável do que no passado. Havia, pois, que preservá-la. Mudar de casa levá-los-ia a desperdiçar o investimento financeiro realizado na habitação e, em simultâneo, a pagar rendas muito superiores às que desembolsavam no Casal Ventoso. A elevação da renda *sem necessidade* é um dos lamentos mais frequentes que escutamos hoje em dia a propósito do realojamento.

O ESTILO DE VIDA INSTÁVEL

O estilo de vida instável era caracterizado por níveis de rendimento reduzidos e inconstantes, decorrentes da situação precária dos habitantes face ao mercado de trabalho. Essa fragilidade remuneratória

acabava por ter um efeito de ricochete perturbador, senão demolidor, em outras esferas da existência.

Este era o estilo de vida que imperava no Casal Ventoso, uma vez que a população do Bairro era formada por uma mão-de-obra indiscriminada, descartável, inscrita nos patamares mais periféricos do mercado do trabalho. A sua situação era marcada pela circulação constante entre atividades, nas quais se permanecia mais ou menos tempo, em intermitência com períodos de desemprego, e que permitia apenas “desenrascar” a subsistência e a própria manutenção na cidade.

Os empregos disponíveis para os habitantes do Casal Ventoso – as profissões operárias não especializadas, a estiva e a gandaia –, além de mal remunerados, eram os mais duros, sujos e subvalorizados. Eram também aqueles em que só remotamente se podia ser promovido no quadro de uma determinada carreira profissional, independentemente da perseverança. Parafraseando um belo e antigo texto de Elliot Liebow (1967), o máximo de recompensas que um trabalhador manual não especializado pode retirar da sua atividade são referências elogiosas respeitantes à honestidade e ao esforço por procurar viver a partir dos rendimentos do trabalho, mesmo que a sobrevivência seja difícil de assegurar. Muitos trabalhos baixos ou subalternos não constituem, digamos assim, um trampolim para algo melhor, apenas uma espécie de beco; não prometem nada melhor amanhã ou no próximo ano do que o que já oferecem hoje.

Em nenhuma outra figura a precaridade laboral tinha a mesma ressonância, a mesma repercussão, como na figura adulta masculina. Os rendimentos baixos não lhe permitiam suportar financeiramente o agregado e ajustar-se, por essa via, às expectativas sociais que sobre ele incidiam, expectativas que, como dissemos acima, se expressavam a partir do olhar da mulher e dos filhos, mas também, por vezes, do olhar avaliativo que projetava sobre si próprio.

Ora, a probabilidade de os homens que falham no mercado de trabalho e que, em parte por essa razão, fracassam no confronto com

o papel de “chefe de família” desinvestirem de ambas essas esferas da existência – trabalho e casa – intensifica-se. Defendemos que esse desinvestimento resulta, em larga medida, de um processo de ajustamento das aspirações, que é desenvolvido de forma não consciente nem premeditada, à impossibilidade de estas serem concretizadas. Com efeito, para não se ser confrontado com uma senda de fracassos que promete arrastar-se pela vida fora, a estratégia que se apresenta como psicologicamente menos danosa passa por desinvestir da condição de trabalhador e de provedor da casa, e recorrer a estratégias alternativas. Entre estas encontramos a intensificação da convivência com outros homens que se encontram em situação similar à sua, nos cafés, nas tabernas e na rua, acompanhada, em certos casos, pelo consumo intenso de álcool. A rua, esse contexto onde, como referia o antropólogo Ulf Hannerz, a “masculinidade pode ser celebrada” (1969, p. 127), permite-lhe beneficiar de afeto, de validação, da possibilidade de investir nos domínios em que se consegue expressar com sucesso público: o jogo, a prática e a discussão do futebol, os confrontos verbais com outros homens.

Como veremos no último capítulo, ao dizermos isto, não queremos de modo nenhum sugerir que as ruas do Casal Ventoso não possuíssem um forte carácter atrativo, de luz, cor, movimento, recreação. Pretendemos sim postular que a forte adesão à rua que podíamos encontrar por estas paragens, e que levava muitos homens a permanecer aí durante o dia, não pode ser devidamente entendida se não considerarmos que ela representa também uma espécie de contraponto aos cenários domésticos, onde a figura masculina tinha fortes probabilidades de assistir ao delinear do seu fracasso diariamente confirmado. A rua, em suma, permitia-lhe transformar elementos debilitantes em sucessos relativos.

Além disso, a rua era também um contexto de socialização de crianças e jovens, em especial de rapazes, um espaço que desde um momento precoce gerava uma forte atração, entrando em concorrência



Figura 34. Crianças brincando na rua.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Figura 35. Adolescentes no Casal Ventoso.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

com a escola, sendo esse efeito de disputa tanto maior quanto mais a experiência escolar fosse pontuada por experiências negativas e quanto menos a presença do controlo familiar se fizesse sentir. O magnetismo da rua acentuava-se junto dos jovens do sexo masculino, se considerarmos que ela era também uma fonte importante de indicações acerca de como um “homem deveria ser”, instruções especialmente relevantes nos casos em que a figura paterna se encontrava ausente do contexto doméstico.

Os homens do modo de vida instável eram também aqueles que mais envolvidos estavam em atividades ilegais, antes do surgimento do tráfico, o que é fácil de compreender. As atividades ilegais no Casal Ventoso incidiam, precisamente, na ilegalidade de rua, no pequeno furto, isto é, como referimos atrás, no mais baixo patamar da ilegalidade, atendendo, quer ao espaço em que era praticada, quer aos rendimentos obtidos.

Ora, uma vez que experienciava uma relação débil com o trabalho, o homem de rua necessitava de providenciar fontes alternativas para a obtenção de recursos. Além disso, era bastante comum serem

veiculadas e exacerbadas na rua certas “virtudes”, como por exemplo ser “corajoso”, “forte”, “temerário”, que permitiam atenuar o conteúdo negativo e imoral atribuído às condutas ilegais, facilitando-as. Em certos nichos limitados dentro do Bairro, era possível mesmo que alguns homens que delinquiriam obtivessem reconhecimento social pelo facto de cometerem infrações, uma vez que poderiam assim ser reconhecidos como “poderosos e corajosos”. Mas os casos em que provavelmente os infratores mais beneficiavam de alguma atenuação moral diziam respeito às situações em que as infrações se mesclavam com formas de altruísmo. Em texto anterior (Chaves, 1999) demos inclusive a conhecer o caso de um “delinquente altruísta”, pois operava dentro do que, por facilidade de expressão, designamos de “padrão Robin dos Bosques”. Tratava-se de um morador que, na década de 1970, depois de ter furtado uma encomenda de roupas prestes a ser comercializada, distribuiu algumas peças por pessoas do Bairro. Segundo nos referiu o entrevistado que nos narrou a ocorrência, e que no momento em que esta teve lugar, tinha cerca de 30 anos, a sua casa foi uma das primeiras a que tocou à campainha, chamando a mãe: *Ó Dona Clara, não quer vir aqui buscar alguma coisita para os seus filhos?*

Em certo momento da existência do Casal Ventoso passaram a existir no interior do Bairro um conjunto claramente minoritário de agregados associados entre si, designados pela própria população como *famílias* ou *seitas*. No quadro dos depoimentos recolhidos, situamos a sua origem na década de 1940. Embora tenham tido provavelmente a sua génese no quadro do modo de vida instável, estes conjuntos de agregados começaram a desenvolver uma prática muito mais sistemática de atividades ilegais. Com efeito, enquanto a ilegalidade praticada por membros dos agregados com um modo de vida instável decorria de forma pontual, desorganizada e individual, como se cada membro agisse por conta própria, as *famílias* ou *seitas* haviam-se desvinculado do mercado de trabalho legal, adotando formas de “ilegalidade a tempo inteiro” e organizando-se no sentido de as tornar

exequíveis. Além disso, contrariamente ao estilo de vida instável, estas estruturas assentavam sobre fortes lideranças masculinas, que eram, aliás, essenciais para a sua constituição e subsistência. Os homens das *seitas* marcavam uma autoridade em certa medida carismática no interior das suas famílias e também do Bairro, centrada em algumas qualidades de masculinidade exacerbada, nomeadamente força e destemor. Converteram-se assim numa espécie de “imperadores”, mesmo que discretos, no cenário da rua.

As *famílias* ou *seitas* funcionavam, no fundo, como microestruturas de oportunidades ilegais, isto é, como estruturas coletivamente organizadas para o cometimento de atividades ilegais, no seio das quais se transmitiam conhecimentos e técnicas que tornavam essas atividades possíveis, permitindo, simultaneamente, expandi-las e sofisticá-las.

Segundo conseguimos apurar, durante a história do Bairro, existiram três seitas que se reproduziram no plano intergeracional, mas que se sucederam em termos de importância ao longo do tempo: os *Padeirinhos*, os *Dragões* e os *Praganas*.



Figura 36. Rua Costa Pimenta no interior do Casal Ventoso, fotografada na direção do Casal Ventoso de Cima.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

A ÚLTIMA DÉCADA DE UM BAIRRO SECULAR: O ADVENTO DAS DROGAS

Nas últimas décadas do século XX, o número de consumidores de drogas, com destaque para os utilizadores de heroína e de cocaína, começou a crescer muito em Portugal e na Europa. Embora a percentagem daqueles que já tinham experimentado alguma vez heroína não ultrapassasse, a nível nacional, 1% do total da população (Balsa *et al.*, 2017), sendo menor ainda a percentagem de toxicodependentes, o número absoluto de consumidores diários ascendia, só em Lisboa, às dezenas de milhares, de tal forma que a sua presença se começou a tornar muito notória. Indivíduos tipificáveis como toxicodependentes circulavam pelas ruas, nomeadamente pelas artérias principais da cidade, pedindo dinheiro, praticando pequenos furtos ou arrumando carros a troco de dinheiro, atividade em que se especializaram.

O aumento do consumo não passou despercebido a um número reduzido de habitantes do Casal Ventoso que, antes do surgimento do comércio de drogas no Bairro, já se encontrava envolvido em atividades ilegais. Em resultado desse envolvimento, estes habitantes conheciam indivíduos que conseguiam ter acesso a droga recém-chegada a Portugal, provindo sobretudo da Ásia ou da América do Sul. Ao adquirirem pequenas quantidades e ao introduzirem-nas no Bairro, converteram-se nos protagonistas do comércio de drogas, a nível local. Vale a pena referir que a droga nunca chegou ao Casal Ventoso em grandes quantidades, nem tal era necessário. Duzentos ou trezentos gramas de heroína podem ser transformados em dois quilos e meio de “cavalo” (ou “castanha”). “Cavalo” é o nome dado em Portugal à heroína após ser “cortada”, isto é, misturada com substâncias inertes, pois a heroína nunca pode ser consumida pura. Nessa mistura, a heroína ocupa uma proporção reduzida, não indo geralmente além dos 7%. Mesmo no Casal Ventoso, onde o “cavalo” era considerado de grande qualidade e pureza, a percentagem de heroína



Figura 37. Casal Ventoso, com grande concentração de pessoas, em parte toxicodependentes, na fase de demolição do Bairro, com o edifício do Centro Social do Casal Ventoso ainda intacto (1999).

Fonte: Arquivo Municipal/Fotográfico.

Fotografia: Carlos Gil, *Casal Ventoso, toxicodependência*.

nele incluída permitia converter 200 gramas de heroína em milhares de doses individuais.

O aumento incessante da procura, a fama que a qualidade da substância do Casal Ventoso começou a granjear entre os utilizadores e o facto de os toxicodependentes poderem fumar ou injetar drogas de forma relativamente segura dentro do Bairro, ou nas imediações, aumentaram muito o afluxo de consumidores e, concomitantemente, o número de indivíduos envolvidos em atividades ligadas ao comércio das drogas, nos seus diversos patamares: transportadores, misturadores, produtores de embalagens, armazenistas de droga ou de dinheiro, vendedores de rua ou vigias. Calcula-se que o número de

consumidores que circulavam no Bairro tenha atingido, em meados da década de 1990, os cinco milhares, diariamente.

Em 1989 o Bairro foi cercado, numa megaoperação policial, intitulada “Primavera adiada”. Tanto os comerciantes que tinham acesso a droga no exterior como alguns vendedores que atuavam no Bairro foram detidos e condenados ao cumprimento de penas. Este acontecimento constituiu um rude golpe no comércio de drogas, mas foi apenas pontual. O tráfico acabou por ressurgir, em certa medida revigorado e potenciado, uma vez que, ironicamente, a permanência em estabelecimentos prisionais permitiu que vários *dealers* estabelecessem relações em meio prisional com traficantes estrangeiros, de nacionalidade turca, brasileira e colombiana. O número de habitantes que podiam ter acesso direto a fontes exteriores ao Bairro era agora muito superior.

Além de ter aumentado a droga em circulação, e reduzido os preços, este fenómeno provocou alterações estruturais no comércio. De duas a três estruturas, centralizadas, verticalizadas e extensas, transitou-se para um conjunto de estruturas menores, mais flexíveis e menos hierarquizadas. Assim, alguém que pudesse estar associado a um *dealer* num determinado período poderia juntar-se a outro num momento subsequente; alguém que tivesse trabalhado como vendedor de rua assalariado poderia, no episódio seguinte, passar a abastecer o indivíduo que antes o havia contratado.

A reorganização que marcou o comércio de drogas no Casal Ventoso teve uma importante consequência interna – ofereceu oportunidades de trabalho ilegal a um número crescente de indivíduos que nele estavam dispostos a entrar. Aderiram assim ao comércio de drogas cada vez mais habitantes, que, na sua maioria, nunca haviam estado envolvidos em quaisquer atividades ilegais em momentos anteriores. No auge da atividade, altura em que o número de consumidores em trânsito fazia com que a Rua Costa Pimenta se assemelhasse a uma artéria do centro da cidade em hora de ponta, tudo indica que um

número significativo de agregados domésticos tinha alguém relacionado com o tráfico, desenvolvendo tarefas em algum dos seus diversos patamares.

Em suma, durante a última década do século XX tinha-se constituído no Bairro uma estrutura de oportunidades ilegais, quer isto dizer, uma estrutura que oferecia possibilidades de entrada e de enquadramento aos indivíduos que nele estivessem dispostos a participar. É essencial, porém, não esquecer três aspetos. Muitas das pessoas envolvidas no comércio de drogas nunca tinham participado em quaisquer atividades ilegais anteriormente. Em segundo lugar, não obstante a espetacularidade, o comércio de drogas no Casal Ventoso era um comércio retalhista, de venda direta ao consumidor individual. Congregava, portanto, as atividades menos lucrativas e mais arriscadas do mundo das drogas. Por fim, poucos ou nenhuns *dealers* do Bairro fizeram fortuna; quando muito, alguns conseguiram comprar um apartamento, um automóvel ou objetos de consumo relativamente habituais. E mesmo quando acumulavam algum dinheiro, este acabava frequentemente por desaparecer. No momento em que eram detidos, a atividade era, várias vezes, interrompida e tinham de gastar somas avultadas com as custas dos processos judiciais, sobretudo com montantes onerosos pagos a advogados.

4. CHEGANDO À RUA MARIA, PARECE QUE ESTAMOS NA FAIXA DE GAZA: DA POBREZA E DO ESTIGMA ANCESTRAIS

A estigmatização do Casal Ventoso não se iniciou com a ideia de que aqui proliferavam atividades marginais e criminosas, pré-conceito que se tornou aos poucos generalizado e indiscutido, muito menos principiou com o comércio de drogas. O estigma do Casal Ventoso esteve presente desde as suas origens, assumindo, pois, uma natureza congénita.

Um dos habitantes entrevistado, sensível à existência dessa marca negativa e à situação de segregação física e simbólica do Bairro, utilizou, inclusive, para os descrever, a metáfora *Faixa de Gaza*, pretendendo com ela referir-se, em especial, ao sobre-escrutínio policial a que este território esteve submetido desde sempre.

Isto está a voltar ao Casal Ventoso antigo. Às vezes, quando me mandam parar, recordo-me do Casal Ventoso, altura em que não podíamos ter nada, que a polícia intercetava-nos. Por isso, adquirei o hábito de andar com as faturas como comprovativo. Com 13 anos, comecei a trabalhar numa padaria, e ao verem um rapaz na rua à meia-noite faziam sempre perguntas. (Entrevista coletiva 7)

Mas a segregação não era, obviamente, apenas produzida pela polícia. Moradores de áreas próximas, taxistas ou agentes educativos participavam também desses exercícios de marginalização, como se torna patente nos trechos de entrevista seguintes, a que muitos outros, de conteúdo idêntico, se poderiam adicionar.

Uma irmã minha namorava com um moço de Campo de Ourique, mas ele deixava-a sempre na Meia-Laranja e depois vinha a pé até ao Casal Ventoso. (Entrevista coletiva 5)

O meu filho faz 37 anos, por isso há 37 anos, estava a minha mãe no hospital, entrei num táxi para me deslocar até ao Casal Ventoso. [O taxista] Levou-me apenas até à Rua Maria Pia, virei-me para ele e disse: o senhor vem comigo até à esquadra explicar porque não me leva até ao Casal Ventoso. (Entrevista coletiva 3)

Andei na Escola 6, Josefa de Óbidos e Manuel da Maia. Os professores olhavam-nos de lado por vivermos no Casal Ventoso. Quando comecei à procura de trabalho, há 36 anos atrás, e chegava a altura de preencher a morada, sentia-me discriminada por viver no Casal Ventoso. O Casal Ventoso sempre foi conotado como um bairro de ladrões, muito antes da droga. O que não quer dizer que todos fossem ladrões. (Entrevista coletiva 5)

Além disso, o estigma do Bairro não se circunscrevia ao seu espaço físico, pois estendia-se a qualquer dos seus moradores. Aqueles que aí viviam passavam a carregar individualmente o estigma atribuído à região por inteiro, sendo obrigados a gerir este estigma sempre que se confrontavam com indivíduos do exterior, no sentido de demonstrarem, por vezes enfaticamente, que não eram portadores dos males atribuídos ao Bairro no seu conjunto.

Como veremos de seguida, ao longo do século XX, o estigma do Casal Ventoso não teve sempre o mesmo conteúdo, sofreu mutações. Observemos a sua evolução.



Figura 38. Perspetiva do Casal Ventoso (1961).

Fonte: Arquivo Municipal/
Fotográfico.

A EVOLUÇÃO DE UM ESTIGMA MÚLTIPLO E MUTANTE

Numa primeira fase, que se prolongou até aos inícios da década de 1950, o estigma do Casal Ventoso foi erigido sobre o “problema da miséria”. Com efeito, tanto para a edilidade camarária quanto para a generalidade dos lisboetas, tornou-se um exemplo máximo da pobreza na capital. Esta sua imagem depreende-se de artigos jornalísticos publicados durante as primeiras décadas do século XX. Além de extrema, a pobreza do Bairro surge descrita como multidimensional, assumindo facetas económicas, culturais e morais. A título de exemplo, o famoso olisipógrafo Vieira da Silva (s/d, p. 75), logo nessa fase, descrevia o Bairro como um quadro que inspirava uma “visão [...] mais digna de lástima que de repulsa, se considerarmos que os seus habitantes não têm culpa de que a civilização aqui não houvesse chegado”.

Em descrição posterior, publicada em abril de 1934 no *Diário de Notícias*, o Casal Ventoso, nesse momento já vasto e sedimentado, aparecia mencionado como uma “mancha de pobreza vergonhosa”. Com essa expressão pretendia-se porventura sublinhar as características do cenário observado de um ponto cimeiro da encosta: ausência de acessos, rampas de vazadouro, lamaçais, enxurradas, aluimento de terrenos, casas frequentemente alagadas, etc.

Outra boa ilustração de como o Bairro se veio instalar como um paradigma da miséria na cidade pode ser encontrado no espaço peculiar que irá ocupar nas Marchas Populares de Lisboa. Com efeito, embora nunca tivesse tido marcha própria, foi criada e divulgada pela cidade uma letra fictícia de uma inexistente Marcha do Casal Ventoso, cuja autoria e modo de difusão se desconhece. Os dois primeiros versos, de natureza satírica, são elucidativos do lugar que o Bairro ocupava na mitologia urbana: “Lá vai a marcha do Casal Ventoso, / panelinha ao ombro à sopinha do Barroso...”.

A condição simbólica assumida pelo Casal Ventoso é ainda mais nítida se tivermos presente que a letra imaginária circulava sobretudo entre marchantes de outros bairros populares, indivíduos que, em vários casos, se encontravam também envolvidos em práticas de sobrevivência não muito distintas das que tinham lugar no Bairro, nomeadamente o recurso à propalada “sopinha do Barroso”. Também este dado indicia que, mesmo para os indivíduos de extração popular, o Casal Ventoso constituía o símbolo e a materialização da pobreza no seu máximo esplendor. A questão da Marcha do Casal Ventoso será retomada no próximo capítulo, onde a letra surgirá por inteiro, mas aí nos moldes em que foi rescrita por indivíduos residentes.

Em 1948, uma estudante da Escola Superior de Serviço Social (Alves, 1948) produziu aquele que, provavelmente, foi o primeiro estudo realizado acerca do Casal Ventoso, e que permaneceu o único até ao relatório de Marluci Menezes *et al.*, publicado em 1992. A primeira monografia, significativamente intitulada *Casal Ventoso: um*

bairro à parte, é atravessada por duas ideias. Por um lado, defendia-se que o Bairro estava envolto numa pobreza extrema (apontando-se, como traços dominantes, o mau estado das habitações e o recurso frequente à gandaia e à esmola); por outro, que a grande maioria dos seus pobres era merecedora de ajuda e, portanto, da atenção do serviço social.

Maria Alves não deixava, todavia, de referir a existência de “maus pobres”, com os quais não era possível condescender. Das suas palavras deduzimos a presença de uma “pobreza preguiçosa e ociosa”, reconhecível em afirmações como: “Há aqueles e aquelas que nada fazem senão ‘dar à língua’, beber e zaragatear [...] e que depois se vão arrastando molemente durante o dia, contraindo vícios e tornando-se preguiçosos” (Alves, 1948, pp. 44-45). A autora sublinhava ainda a presença de uma “pobreza moral e espiritual”, patente, quer na referência ao facto de as raparigas na puberdade se encontrarem rodeadas de constante excitação sexual, sobretudo as que trabalhavam em fábricas (sendo pois atreitas à promiscuidade), quer na menção a baixos índices de frequência dos cultos católicos e de devoção religiosa. Estes aspetos levavam a autora a recomendar a construção de uma capela no Bairro.

Por fim, identificava-se a presença de uma pobreza “insubordinada” (classificação nossa), isto é, de pobres que se deixavam atrair pela subversão política, em resultado da contaminação de ideias que circulavam nos contextos fabris. A estas influências eram os homens que se encontravam especialmente atreitos.

A seguinte afirmação ilustra bem os problemas da subversão política e da falta de religiosidade, que a autora conjuga numa mesma lógica:

“O Casal Ventoso é o mais descristianizado possível [...]. Devia haver uma capela no bairro. Os homens mais influenciados pelas ideias e palavras que, no dia a dia do seu trabalho, ouvem, são duma maneira geral contrários à religião e em especial à católica [...]. São os homens, como se pode calcular, que manifestam as suas ideias políticas. [...] Como na

sua maioria são operários, muitos da CUF, apresentam-se com ideias muito avançadas, não deixando por vezes de falar, pretendendo não ‘ter medo’. [...] Vindos das fábricas, onde ouvem constantemente falar do comunismo e de proletariado, julgam que uma vez no seu bairro – pobre de tudo, até de opiniões e ideias – são os ‘grandes conhecedores’ e que só eles têm razão. Não são todos, é certo, mas não podemos deixar de dizer que a maioria assim procede. E se não, lembremo-nos de, quando das greves do ano passado, as tabernas, as portas e ruas do Casal Ventoso, estavam cheias de operários que foram os primeiros a aceitar a greve. Sentados às portas, ou bebendo nas tabernas, aí passaram os dias da greve com uma cara alegre, e satisfeitos por tal façanha! [...] Houve [...] muitos que foram presos, sofrendo com isso mais as mulheres e os filhos que eles próprios, que chegaram a orgulhar-se, diziam.” (Alves, 1948, p. 86)

É curioso registar como este tipo de referências ao “problema da intensa mobilização e empenhamento político” entra em contradição com outras representações, igualmente estigmatizantes, mas de sinal político contrário. Com efeito, para outras pessoas, críticas do Estado Novo, a população do Bairro surge caracterizada como uma “mole politicamente desmobilizada”. Descrições desse teor foram obtidas durante o trabalho de campo que realizámos na década de 1990 e, portanto, largos anos após o 25 de Abril (Chaves, 1999).

Do estudo de Maria Alves (1948) importa também sublinhar uma ideia que consideramos de capital importância: não se faz aí qualquer referência, nem direta nem indireta, à problemática da delinquência. Ora, a conjugação deste dado com a ausência de menções a delitos na produção jornalística que conseguimos reunir acerca do Casal Ventoso leva-nos a colocar a hipótese de que o “problema do crime” esteve longe de definir o conteúdo do estigma do Bairro durante largas décadas, pelo menos até aos anos 1940.

A partir das décadas de 1950 e 60 a situação alterou-se, porém. A presença do elemento “delinquência” no estigma do Casal Ventoso

intensificou-se de tal modo que se generalizou a convicção de que o crime (roubo, transformação de veículos, recetação de produtos furtados) e a violência (extorsão e agressão) eram elementos congénitos da população que habitava aquele território. Ou seja, de um estigma baseado na *miséria material e moral* transitou-se progressivamente para um estigma dominado pela ideia de *delinquência*.

Não é simples identificar as razões para esta alteração de imagem. É possível que o número de ilícitos cometidos por indivíduos do Bairro tenha, de facto, aumentado, uma vez que, como referimos no capítulo anterior, existiam já nessa fase as *famílias-seitas*, que, embora congregassem uma franja muito minoritária daquela população, reuniam algumas dezenas de membros. Mas não é de descartar também a hipótese de que as imagens do Casal Ventoso como um “bairro de delinquência” tenham sido construídas, não com base na evidência empírica de que a sua população estivesse muito associada a atos desse género, mas apenas a partir de episódios de delinquência pontuais cuja ressonância foi muito amplificada. A acontecer assim, tal situação não seria inédita. É bem conhecida a situação de disparidade que se verifica, muitas vezes, entre o “sentimento de insegurança” e a “criminalidade real”, pois o aumento do primeiro pode afinal não corresponder a um aumento da segunda, podendo mesmo coincidir com o seu recuo (Lourenço e Lisboa, 1992).

O que podemos afirmar com confiança, em resultado dos dados recolhidos na década de 1990 (Chaves, 1999), é que a substituição de um estigma baseado na *miséria material e moral* por outro baseado na *delinquência* não teve lugar com a mesma intensidade junto das diferentes populações exteriores, designadamente entre as populações operárias e os residentes de Campo de Ourique. Para os habitantes dos pátios e das zonas operárias das imediações, a população do Casal Ventoso continuou, até inícios de 1980, a representar fundamentalmente um espaço de miséria exacerbada, de zaragatas e de “maus comportamentos”, como o alcoolismo, não se descortinando

tanto informações acerca da delinquência. Era também frequente nesses meios populares a utilização de expressões como: “És do Casal Ventoso” ou “Parece que vieste do Casal Ventoso” para caracterizar o “mau comportamento” de alguém. Segundo referiu um habitante de um pátio do Campo de Ourique, que tem neste momento cerca de 80 anos, e que frequentou regularmente diversas coletividades do Casal Ventoso, até inícios da década de 1970: *A malta como eu sabe que no Casal Ventoso havia nesse tempo, e há, muitos desordeiros e ordinários... É o mesmo que nalguns pátios aqui de cima* [refere o nome de alguns dos pátios e distingue-os entre si]. *Mas nunca houve muitos ladrões... Às vezes roubava-se qualquer coisa, isto ou aquilo, e a malta dizia logo: devem ser gajos do Casal Ventoso que roubaram isto* (cit. em Chaves, 1999).

Estas ideias não impediam que algumas crianças e adultos dos pátios operários próximos descessem com frequência ao Bairro e mantivessem contacto com os seus habitantes. Obtivemos, por exemplo, descrições de batalhas campais nas quais se utilizavam pedras entre crianças de pátios circundantes e alguns pátios do Casal Ventoso. Estes acontecimentos eram semelhantes aos que ocorriam noutras zonas de Lisboa, onde as vivências infantis tinham, essencialmente, a rua como cenário quotidiano. Acreditamos que traduzem mais a existência de processos de intercâmbio e de proximidade (evidenciados na própria forma como os episódios são narrados, empregando-se termos como *brincadeira* ou *mania de crianças*) do que processos de segregação. Numa palavra, além de não se referirem à delinquência como característica nuclear do Casal Ventoso, os habitantes dessas áreas populares não pareciam ser nitidamente afastados pela iminência de assaltos ou agressões físicas.

Pelo contrário, nas áreas burguesas de Campo de Ourique, para além de “malcomportada”, a população do Casal Ventoso era muito associada a atividades ilegais. O Bairro foi considerado, nesse período, lugar de delinquência e responsabilizado por variadas formas de ameaça à ordem pública. A mais referida consistia no roubo de bicicletas. Parte

das crianças de Campo de Ourique era desaconselhada ou proibida pelos pais de descer às ruas mais próximas do Casal Ventoso. Por sua vez, alguns habitantes de longa data de Campo de Ourique referem-se ao receio que tinham, durante a infância, de se aproximar do Bairro, por exemplo, para apanhar um transporte público na Rua Maria Pia.

Em suma, como os dados nos parecem indicar, o Casal Ventoso comportou até ao final da década de 1980 um estigma conhecido pela generalidade dos lisboetas. Os problemas que simbolizava foram, contudo, diversos, tanto no que respeita ao tempo, como no que se refere às diferentes classes sociais e zonas de habitat.

Ora, a partir da década de 1980, e de forma ainda mais intensa na década seguinte, teve lugar uma forte alteração e intensificação do processo de estigmatização do Casal Ventoso. Esta alteração deveu-se a três aspetos. O primeiro, e mais óbvio, correspondeu ao surgimento e grande crescimento do comércio de drogas. O segundo, à conversão do “problema da droga” numa questão crucial da sociedade portuguesa. Na verdade, em resultado da convergência de agentes políticos, dos média, do campo médico e da opinião pública, a “droga” passou a ser eleita como o problema nacional mais grave. Em terceiro lugar, destacamos a conversão do Casal Ventoso em objeto mediático de capital importância. Com efeito, os canais televisivos tornaram a existência do Bairro conhecida à escala nacional. Grande parte dos portugueses, independentemente de nunca o ter visto, passou a elaborar acerca dele uma imagem mental, por mais ténue que fosse. Criaram-se, além disso, expressões poderosas que se tornaram reconhecidamente sinónimos de Casal Ventoso, entre os telespectadores. Um bom exemplo foi a de “hipermercado das drogas”.

As reportagens jornalísticas realizadas tendo por mote o Bairro começaram a suceder-se. Numa primeira fase eram produzidas por jornalistas que, mesmo atemorizados, entravam sem proteção. Numa segunda fase, incluíam já escolta policial. Algumas reportagens assumiram contornos bastante sensacionalistas, pouco comuns para os

padrões nacionais. Algumas equipas de jornalistas acompanhavam contingentes policiais em rusgas, e os indivíduos detidos, mesmo sem culpa formada, eram filmados no rosto. Numa das reportagens foi mostrada a face de uma mulher de cerca de 70 anos que uma brigada de polícia deteve sob suspeita. Filmou-se também o interior da sua casa, bem como o diálogo entre a mulher, que procurava justificar a origem do dinheiro que tinha na carteira, e o agente da brigada, que ironizava acerca das respostas que eram dadas.

O material de filmagens obtido no Casal Ventoso não foi apenas utilizado no momento em que se falava do Bairro. Começou a servir de suporte visual para notícias nas quais se abordava genericamente o “problema da droga”, a ponto de entre *droga* e *Casal Ventoso* se terem estabelecido profundas equivalências semânticas.

Assim, no momento do realojamento, o Casal Ventoso era conhecido em todo o país, assumindo um lugar de destaque naquilo que poderíamos designar como “geografia imaginária do mal”. É possível que, para parte do auditório mediático, o Bairro tivesse deixado de ser concebido como fazendo parte do “problema da droga em Portugal” para passar a ser entendido como o “problema da droga” em si mesmo.

Dentro do Bairro, a indignação perante o *modus operandi* jornalístico tornou-se frequente, mesmo por parte de residentes que não tinham qualquer relação com o comércio de drogas. Os habitantes alegavam que a imagem difundida nos média estaria sobreorientada para o Casal Ventoso, menorizando a “responsabilidade” que deveria ser atribuída a outros “espaços da droga” espalhados por Lisboa, como se torna patente nesta declaração de um homem proferida em 1996:

É sempre o Casal Ventoso isto, o Casal Ventoso aquilo, passam a vida a dizer alhos e bugalhos, e os outros? Quando é que se ouve falar dos outros? De quando em vez lá se vem dizer que há droga noutros bairros. Mas o Casal Ventoso é sempre: droga. Ouve-se falar de droga... é sempre

o Casal ventoso. E a Buraca? E Chelas? E as Galinheiras?... Vive lá um tio meu, eu sei bem o que é aquilo. (Cit. em Chaves, 1999, p. 257)

Nessa ocasião, um outro habitante sublinhou o mesmo problema, mas acrescentou uma explicação para o que considerava ter-se tornado a “obsessão mediática” com o local:

Não sei ainda porque é que andam sempre a dar em cima do Casal e não doutros bairros onde há a mesma coisa: o que se passa para eles andarem sempre em cima do Casal a filmarem, sabe o que é? É que as pessoas do Casal Ventoso não são como noutros sítios que põem os drogados a andar, deixam-nos ficar por aí, e já viu bem a quantidade de drogados que há. (Cit. em Chaves, 1999, p. 117)

Outro motivo de contestação frequente das reportagens televisivas, entre os residentes, dizia respeito à ocultação daqueles que os residentes afirmavam ser corresponsáveis pelo tráfico, nomeadamente políticos e agentes policiais, e à putativa omissão da violência empregada pelos contingentes policiais quando intervinham no Bairro. Este juízo encontra-se bem expresso numa frase proferida por uma mulher durante uma rusga e detenção de vários indivíduos no interior de uma casa: *Chamem a SIC! Pois a SIC não vem cá filmar isto, mas vem cá filmar os traficantes, isso é que vem, agora a porrada que eles dão, o que eles fazem, não. Anda toda a gente a comer à conta disto, dentro e fora do Casal Ventoso, e eles só vêm filmar é os traficantes.* A frase foi rapidamente difundida e o argumento foi assimilado internamente. Descrevemos este episódio em detalhe noutro momento (Chaves, 1999, pp. 249-251).

Os jornalistas, em especial os televisivos, tornaram-se assim *personae non gratae*. O processo de deterioração da imagem destes profissionais no interior do Bairro foi bastante rápido. Se em programas televisivos acerca do Casal Ventoso, realizados em 1993, foi possível assistir à presença de muitas pessoas na rua, que aceitavam ser filmadas

e participar ativamente nas reportagens, em 1995 as reações oscilavam já entre o evitamento total e a ameaça de agressão (Chaves, 1999).

É forçoso acrescentar que as referidas indignações perante a estigmatização do Bairro apenas tinham lugar entre os próprios habitantes. Cremos que fora do local a opinião era, regra geral, a de que praticamente todos os seus moradores eram *dealers* ou cúmplices e, portanto, mereciam todo o tipo de tratamento negativo. Como referia um conhecido criminalista português: “Se atendêssemos às posições mais radicais sobre a situação social do Casal Ventoso, valia a pena murá-lo, deixar-lhe sentinelas pelos cantos e definitivamente integrá-lo no parque prisional português” (Flores, 1995).

O lugar demonizado que o Casal Ventoso passou a assumir em Portugal e a nível internacional – o jornal *The Guardian*, por exemplo, referenciava-o, recentemente, como “o maior mercado de drogas a céu aberto da Europa” (Ferreira, 2017) – foi um dos aspetos principais a contribuir para que fosse aprovado e realizado um plano de demolição total e de realojamento da população. O plano teve grande aceitação nacional e foi financiando ao abrigo do Programa URBAN da União Europeia, vocacionado para a promoção de um desenvolvimento equilibrado, sustentável e integrado de regiões urbanas.

Alegadamente, as reações contra a cobertura jornalística por parte da população do Casal Ventoso prendiam-se com uma vontade de defesa da imagem do Bairro, mas também a uma perceção dos efeitos nefastos que a estigmatização territorial implicava para a sua vida pessoal. De entre essas formas de prejuízo, as que eram referidas com mais insistência diziam respeito ao confronto com o mercado de trabalho. Por exemplo, uma mulher que vivia na Rua Maria Pia, e que trabalhara numa fábrica de malas, contou o seguinte acerca do recrutamento dos trabalhadores: *Algumas pessoas do Casal Ventoso tinham lá ido e eles durante muito tempo queriam toda a gente menos do Casal Ventoso. Mas houve lá duas que eram do Casal Ventoso e que tinham dado moradas falsas fora do Bairro... as moradas existiam, elas é que não viviam lá.*

Depois veio a saber-se, mas nessa altura viram que elas trabalhavam bem e não houve problema (cit. em Chaves, 1999, p. 117). No mesmo sentido, um adolescente, nessa altura com 16 anos, contou-nos que tinha trabalhado numa oficina de reparação de automóveis durante seis meses sem que tivesse revelado, por precaução, a sua morada: *Eu fui lá e a minha mãe tinha dito para eu dar a morada da minha tia de Campo de Ourique. Depois o meu patrão acabou por saber... alguém lhe disse ou então não sei... mas ele afinal não se chateou nada, até reinava comigo e dizia assim aos colegas: cuidado que o gajo é um perigo, é do Casal Ventoso, escondam-se...* (cit. em Chaves, 1999, p. 117).

Longe de ter cessado, este género de depoimentos continua a encontrar-se hoje em dia, com abundância, entre os moradores, quer quando estes relembrem a sua experiência pessoal, quer quando falam da situação dos habitantes na globalidade, como se torna patente nas afirmações seguintes:

Tive muitas dificuldades em arranjar trabalho por viver no Casal Ventoso. (Entrevista coletiva 6)

Quem vivia no Casal Ventoso tinha dificuldades em empregar-se. De forma geral, associavam sempre o Casal Ventoso a marginais. (Entrevista coletiva 7)

Persistem também, hoje em dia, as referências a situações de ocultação do lugar de residência para não criar resistência ou mal-estar no interlocutor, que é também, por vezes, o potencial empregador, como a que nos foi transmitida por uma mulher com idade superior a 40 anos.

Nunca tive problemas de dizer qual a minha origem. Toda a gente sabe a minha vida, de onde venho. Houve pessoas que chegavam a dar uma morada errada devido a esse estigma, ou seja, omitia-se certas situações para conseguir trabalho. (Entrevista coletiva 7)

A POBREZA SUPERLATIVA E AS FORMAS DE COM ELA CONVIVER

Como acabámos de demonstrar, a pobreza acarretava prejuízos simbólicos. Mas refletia-se, antes do mais, na falta de bens e recursos materiais, penúria que impunha permanentes reptos e exigia constantes estratégias de resposta aos que a enfrentavam no quotidiano.

O primeiro desafio era colocado pela escassez de dinheiro, decorrente dos rendimentos baixos e instáveis ou mesmo pela sua ausência. Na verdade, foi este género de escassez que ditou a própria fixação no Casal Ventoso de pessoas provenientes de meios rurais, ou de outras áreas da cidade, onde não se tinham conseguido fixar por limitações orçamentais. Veja-se, já de seguida, o exemplo de uma família que, devido ao desinvestimento laboral do pai, da dependência quase absoluta do esforço e do salário da mãe e de um número elevado de filhos se transferiu da Rua Ferreira Borges, em Campo de Ourique, para o Casal Ventoso, descendo a encosta e, em simultâneo, o elevador social.

A minha mãe tinha um marido que era uma desgraçada, a antítese dela. O meu pai levantava-se e rua: às 7h o mata-bicho era jeropiga e bagaço, às 12h estava bêbado, às 14h bêbado, à noite chegava de rastos. Todos os dias o meu pai estava bêbado, a minha mãe é que dava. Ele arrancava os filhos da cama de 5, 6, 7, 10, 14 anos para saber quem tinha partido o bico do pião [refere-se ao pião de jogar]. Quando estava sóbrio era respeitado e visto como o melhor amigo, quando estava bêbado esperava que o correio chegasse com os subsídios dos filhos. Naquela altura, não estava perante um doente meu, era o meu pai e eu uma criança. A minha mãe nunca teve a vida facilitada, tinha um marido que ao invés de ajudar desajudava. [...] A minha mãe mais ou menos com a minha idade, com 45 anos, ficou viúva e com sete filhos. A minha mãe é de uma família alargada do Norte que foi a única que veio para Lisboa e, por isso, ficou desenraizada e sem referências e contactos. A minha mãe conhecia Campo de Ourique como

ninguém, morava na Ferreira Borges, numa casa arrendada, e a senhoria sinalizou o agregado. Portanto, com dois filhos, foi ao Casal Ventoso ver casas. (Entrevista coletiva 5)

A penúria económica é narrada por várias pessoas que, por causa dela, se viam impossibilitadas de realizar múltiplas despesas, nomeadamente a compra de utensílios domésticos. Os lençóis, por exemplo, eram por vezes produzidos a partir de sacos de serapilheira, e as roupas, e também os sapatos, eram com frequência autoconfeccionadas. A impossibilidade de adquirir sapatos era, aliás, muito referida pela população mais velha, pois gerava alterações com a polícia e surgia como um dos motivos para se abandonar a escola. Também os brinquedos infantis estavam muito longe de constituir bens de consumo corrente, requerendo o esforço e o engenho da autoprodução. Este diálogo entre três mulheres acerca da confeção de vestuário permite identificar qualquer uma destas dificuldades.

ENTREVISTADA 1: A minha avó era pobre mas muito asseada: lavava a roupa à noite e vestia de manhã. Os lençóis eram feitos de sacas de açúcar....

ENTREVISTADA 2: Era o pano-cru. Eu tinha um vestido que parecia o vira do Minho.

ENTREVISTADA 3: As pessoas costuravam muito para elas, tinham de se desenrascar com as matérias que tinham. O meu tio, com os restos dos outros sapatos, fazia as chamadas alpercatas. Eram essas alpercatas que levávamos para a escola. (Entrevista coletiva 2)

No Casal Ventoso, a escassez de dinheiro impedia também que se realizassem despesas essenciais, incontornáveis. Desde logo as que se prendiam diretamente com a vida e a morte. Vejamos, em sequência, as que diziam respeito à alimentação, as relacionadas com os óbitos e, por fim, a problemática habitacional.

As carências alimentares foram abundantemente mencionadas, assumindo por vezes contornos dramáticos. Algumas pessoas declararam que, enquanto crianças, tinham ido para a cama com fome, ou então que só não tinham sofrido essa experiência porque os progenitores preferiam subtrair os seus próprios alimentos no sentido de as protegerem dessa privação básica e superlativa. *A minha mãe tirava da boca dela para nos dar a nós* (entrevista coletiva 5), é uma expressão referida em vários momentos.

A fome era também um elemento perturbador para algumas crianças, durante as manhãs na escola, como ilustra este diálogo travado entre duas mulheres na faixa dos 60 anos, que partilharam entre si reminiscências acerca da falta de alimentos, aqui conjugadas com a memória da omnipresença do óleo de fígado de bacalhau.

ENTREVISTADA 1: Só entrávamos na Escola 6 com as batas brancas.

ENTREVISTADA 2: Comíamos a sopa com o óleo de fígado de bacalhau.

Comíamos pão com açúcar e azeite.

ENTREVISTADA 1: E com manteiga Vaqueiro.

ENTREVISTADOR: Ir à escola era uma espécie de sofrimento?

ENTREVISTADA 2: Sim, sem dúvida. Às vezes íamos para a escola sem comer, com o estômago às voltas. Por vezes, davam-nos uma colher de óleo de fígado de bacalhau e aquilo caía para dentro da sopa.

(Entrevista coletiva 2)

Os défices alimentares eram supridos ou atenuados lançando mão de vários expedientes. O mais referido era a “sopa do Barroso”, também chamada “sopa dos pobres” ou “sopa do Sidónio” (designação que se deve ao facto de a sua doação ter sido instituída durante a presidência de Sidónio Pais, alcançando grande adesão, em resultado da profunda privação alimentar que grassava em Portugal no início da década de 1920).

A par da gandaia, a sopa dos pobres foi de tal modo importante que preenche parte significativa das reminiscências de infância dos

habitantes do Casal Ventoso, em particular dos mais velhos. Uma das atividades infantis comuns, entre a população com mais de 60 anos, consistia em ir ao rancho do Quartel da Marinha, ao rancho da Cova da Moura ou a outros locais de doação para obter alimentos para os pais e irmãos. São comuns histórias e recordações, com algum pormenor, de como se entornara a sopa ou de como fora benevolente a distribuidora das sopas num determinado dia por ter providenciado maior quantidade de sopa do que era normal.

Outra forma de suprir as carências de sustento consistia no recurso ao bem conhecido *fiado*. Este funcionava como uma forma de crédito a que a população recorria habitualmente, e que era facilitado pela existência de um número expressivo de 26 mercearias-tabernas no interior do Casal Ventoso. Embora não possuíssem uma grande importância na criação de emprego, estes estabelecimentos desempenhavam um importante papel ao nível da subsistência alimentar dos habitantes, e do consumo em geral, já que, justamente, favoreciam o adiamento ou o pagamento a prestações. Por sua vez, este adiamento só era possível devido a uma dinâmica de conhecimento próximo entre vendedor e comprador, na qual o interesse comercial se mesclava com formas internas de altruísmo.

Em sentido idêntico surgia o expediente das *tecas* ou, para sermos rigorosos, da *venda a tecas*. As *tecas* correspondiam a pedaços, ainda comestíveis, de frutas ou legumes que eram extraídos de verduras inutilizadas por se encontrarem danificadas ou em fim de prazo, mas que eram transacionadas no interior do bairro por vendedoras ambulantes que aí residiam, e que desenvolviam o seu comércio em mercados exteriores. Tratava-se, no fundo, de vender aos vizinhos restos de produtos que já não eram comercializáveis nesses mercados, por um preço bastante inferior ao que aí era praticado.

Uma mulher que, na infância, beneficiara frequentemente de produtos aos quais o pai, estivador de profissão, conseguia ter acesso foi quem nos falou pela primeira vez das *tecas*, pelo que aqui reproduzimos

o seu depoimento, reiterado mais tarde por outros habitantes de diversas faixas etárias.

A fruta, especialmente as bananas, eram vendidas às tecas. A fruta que estava tocada, com pequenas mossas e ninguém comprava, era cortada e vendida mais barata. O meu pai trabalhava na estiva e, como não era um trabalho fixo, se houvesse trabalho trabalhavam, caso contrário, não trabalhavam. No Natal era um regalo, tínhamos o ananás, as bananas, o célebre peru, a boneca de papelão e as espingardas de madeira. À noite punha a fruta no tanque e pão com manteiga para os desgraçados comerem. (Entrevista coletiva 2)

Uma outra entrevistada narrou-nos a experiência da avó, vendedora ambulante, que, além de vender *tecas*, cedia produtos de forma graciosa a habitantes especialmente carenciados, a ponto de arrastar consigo a população infantil, em termos que fazem lembrar o celebrado conto do flautista de Hamelin.

À medida que as pessoas foram crescendo, começaram a trabalhar e a contribuir para as despesas familiares. Nos anos trinta quase toda a gente vendia e trabalhava nas fábricas. Recordo-me da minha mãe contar dessa miséria: as vizinhas, quando sabiam que outras passavam dificuldades, faziam comida a mais e ajudavam. A minha avó vendia cebolas e alhos e levava os miúdos todos atrás. O arroz de cabidela, ao invés da cabidela, levava chouriço de sangue para dar a cor. (Entrevista coletiva 2)

Por fim, contribuía também para a atenuação dos problemas alimentares a autoprodução de alimentos, pois, como refere uma mulher, tendo em mente o seu antigo pátio: *Ali toda a gente tinha um quintal com couvezinhas e criação* (entrevista coletiva 5).

É certo que a subnutrição terá sido mais dura em períodos recuados da vida do Bairro do que no momento do realojamento. No entanto,

mesmo nessa fase final, não deixava de estar presente. A detecção de episódios desse género levou, inclusive, o Gabinete de Reversão do Casal Ventoso a incluir fornecimento de refeições aos alunos da Escola Primária n.º 6, no âmbito do Plano de Compensação Sócio-Educativa que aí teve lugar, e que mencionámos no primeiro capítulo.

Diversas outras despesas relacionadas com a vida, além das alimentares, mereceriam referência. Abordemos, porém, os gastos que se relacionam com os funerais e os enterros, pois, inesperadamente, foram referidos de forma mais espontânea do que os referentes, por exemplo, às despesas de saúde.

Além de serem relativamente onerosas, a ponto de exigirem apoios solidários ou caritativos, as despesas com a morte surgiam de forma imprevista, mas com frequência. A elevada quantidade de nascimentos e a elevada mortalidade infantil tornaram a presença do enterro de crianças muito habitual no Casal Ventoso, à semelhança do que sucedia noutros contextos populares. A descrição dos enterros dos *anjinhos* nos seus caixões brancos rumo ao Cemitério dos Prazeres era uma memória tanto mais recorrente quanto mais recuamos no tempo.

Este género de dificuldades, associado ao elemento de intensidade trágica que rodeia estes episódios, justifica que as despesas com a morte tivessem sido várias vezes referidas, e com algum pormenor, nomeadamente as diligências desenvolvidas para garantir os velórios e a decoração fúnebre da casa para recolhimento dos padecentes, além da recolha de dinheiro que tornava a cerimónia possível.

No espaço de quinze dias havia sempre três pessoas que morriam. As pessoas não eram veladas na igreja, eram veladas nas próprias casas. Mesmo quem não tivesse casa, havia sempre quem dispunha a sua casa e lá vinha o senhor Miguel da Agência Barata e forrava as coisas de preto. Naquele tempo, como quase ninguém tinha mesa de casa de jantar, ele trazia uma bancada para pôr o caixão. Como muita gente não tinha recursos para pagar o funeral, havia sempre umas quantas mulheres que

se encarregavam de recolher dinheiro. O dinheiro era suficiente para pagar o funeral e as flores. Vocês não calculam as pessoas tuberculosas que havia no bairro, principalmente homens que tinham mais propensão para a doença, e iam para o Caramulo. Os vizinhos uniam-se todos para angariar dinheiro para as esposas irem visitar os maridos. (Entrevista coletiva 3)

Outro desafio imposto pela pobreza dizia respeito às condições habitacionais. Nas primeiras quatro décadas do século XX, que poderiam ser consideradas heroicas no desenvolvimento do Bairro, a luta foi essencialmente travada para manter a própria existência das casas, nomeadamente da morada familiar.

Em resultado do intenso declive, dos reduzidos apoios sólidos onde fundear as estacas ou das intempéries, as barracas, ou mesmo



Figura 39. Criança observando a área com maior número de construções de madeira do Casal Ventoso, a partir da Rua Guilherme Anjos (1966).

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Fotográfico.
Fotografia de Artur João Goulart.



Figura 40. Construções abarracadas em madeira.

Fonte: Arquivo Municipal/Fotográfico.

alguns edifícios mais sólidos, estavam sujeitas a desmoronamentos. As descrições de casas que derrocaram datam sobretudo dessas décadas inaugurais. Era frequente a aplicação do método de tentativa-erro aplicado ao domínio construtivo, embora seja sempre surpreendente a capacidade demonstrada pela arquitetura vernacular para assegurar, sem auxílio de profissionais qualificados, a construção e manutenção de um tecido residencial tão extenso.

Após a edificação do Bairro, as casas começaram a colocar novos problemas e renovados desafios, agora mais no sentido da expansão e beneficiação, a começar pela impermeabilização.

Estava a dormir com o meu mais novo e começava a chover dentro de casa. (Entrevista coletiva 2)



Figura 41. Panorâmica de Alcântara vendo-se várias barracas e terrenos junto à Avenida de Ceuta (década de 1950). Um elevado número de construções abarracadas, situadas na zona inferior da encosta, foi demolido no momento de construção da Avenida de Ceuta.

Fonte: Arquivo Municipal/ Fotográfico. Fotografia de Artur João Goulart.

A expansão da moradia destinou-se, por seu turno, a albergar membros da família que, entretanto, haviam constituído o seu próprio agregado. Erigir um novo piso que passava a constituir a casa dos filhos e netos era uma solução muito comum no acolhimento das novas gerações. Mas a ampliação da habitação decorria também no seu interior, através da construção progressiva de mais divisões, embora sempre com dimensões reduzidas e em número escasso.

As melhores casas passaram igualmente a contar com recheio de mobiliário e de eletrodomésticos. Estas novas condições foram-se contrapondo às situações, cada vez menos frequentes, narradas por habitantes mais velhos, nas quais a ausência de mobiliário era compensada pelo aproveitamento engenhoso de material de desperdício reciclado. Uma mulher com mais de 60 anos, por exemplo, revelou-nos que o chão da sua casa era preenchido por ripas de madeira enceradas retiradas de caixas usadas para o transporte de peixe.

A minha casa era de madeira, parecia aquele filme “Sete Noivas para Sete irmãos”. Como não tinha cama para a minha filha, ao lado da minha cama, punha dois bancos e uma banheira. O meu chão era constituído por caixas do peixe de madeira, tirava-se as ripas de madeira e encerava-as. A casa foi construída no terreno onde a minha mãe morava. (Entrevista coletiva 5)

O alargamento da área da casa permitiu, em alguns casos, construir quartos individuais ou partilhados apenas por irmãos, que permitiam uma diferenciação mínima entre as zonas comuns e as individuais, no interior do alojamento. Antes disso, apenas existia uma sala ou um quarto que albergava toda a família. Tornava-se assim muito difícil a permanência no interior da habitação, que era reservada apenas para os momentos das refeições e para o recolhimento noturno. Os trechos seguintes são disso ilustrativos, à semelhança de outros que apresentamos no capítulo seguinte.

ENTREVISTADOR: Como era a habitação?

ENTREVISTADA 1: A melhor coisa que me foi dada foi a minha casa. A casa tinha dois quartos, a sala juntamente com a cozinha. Tínhamos um balde que íamos despejar ao quintal.

ENTREVISTADA 2: A casa da minha mãe tinha um quarto e uma cozinha. Quando me casei, a minha casa era praticamente igual à anterior: um quarto, com um divã para a minha filha, e uma cozinha. (Entrevista coletiva 3)

As pessoas mudaram muito... Só estou contente por ter uma casa. Anteriormente, a minha filha dormia comigo e com o meu marido aos pés da cama, e o meu filho foi dormir para casa da minha mãe, na Rua Maria Pia, porque não tinha sítio para o deitar. Atualmente a minha filha tem a sua casa e eu tenho a minha. (Entrevista coletiva 2)

Quando mandaram as casas abaixo, nunca pensaram que houvesse tanta gente a morar dentro do bairro, porque as casas eram pequenas e pareciam capoeiras, até ficaram malucos depois de fazerem o resumo das casas. Havia pessoas que tinham 7 ou 8 filhos. Algumas pessoas apanhavam um bocado de terreno e construía outra divisão. Algumas casas tinham rochas autênticas. (Entrevista coletiva 2)

Tínhamos uma casa de bonecas com uma salinha e a cozinha. O meu pai construiu um sótão e dividiu-o em quartos para os sete filhos. Nós estamos aqui à mesa e estabelecemos limites uns para os outros. Recordo-me de estudar de joelhos em cima da minha cama, com o postigo da janela para respirar. Por isso, mais importante do que ter mestrado ou ter pós-graduação é ter conseguido lá chegar. (Entrevista coletiva 5)

A grande e maior conquista parece, porém, ter consistido na construção de casas de banho. Antes disso era necessário utilizar baldes que eram depois despejados. Quando existia quintal, construía-se por

vezes pias. A higiene pessoal dependia da utilização de bacias, pois a ausência de água canalizada, de espaço e muitas vezes de condições financeiras não permitia, na grande maioria dos casos, a construção de casas de banho nas habitações. Algumas coletividades, nomeadamente o *Lisboa F. C.* e o *Unidos* funcionavam como balneário público, mediante pagamento módico, como veremos mais à frente.

ENTREVISTADA 2: Quando fui para casa do meu sogro, dávamos água a três vizinhos. A casa de banho era cá fora, feita de tijolo.

ENTREVISTADA 1: Nós íamos ao balneário tomar banho. O meu primeiro banho de água quente foi aqui. Tomávamos banho num balneário comunitário.

ENTREVISTADA 1: Tomávamos banho nas coletividades, mas tínhamos de pagar. (Entrevista coletiva 5)

ENTREVISTADO 1: Falo por mim, ia tomar banho ao Lisboa, já não me recordo quanto é que pagava.

ENTREVISTADA 2: Eu ia ao Unidos, tinha de atravessar o pátio para ir à casa de banho. Quando vim para cá, tive de mudar as fichas todas, foi tudo feito à pressa, mas as condições são agradáveis. Há pessoas que já tiraram a banheira e puseram polibã. No nosso prédio, não são os moradores que lá vivem que estragam. Às vezes as pessoas culpam as crianças, mas não são os miúdos que partem os vidros e estragam os elevadores. Tem de se dizer a verdade. Onde se admite os senhores arranjam o elevador e passados três dias estão novamente avariados? (Entrevista coletiva 7)

De toda a gente que está aqui, sou a mais antiga do Casal Ventoso. Quando era nova, passei um bocadinho mal, toda a gente sabe. Eu, as minhas irmãs e a minha mãe sofremos muito devido ao seu problema de alcoolismo [problema de alcoolismo do pai]. Andei na escola da Câmara até à 3.^a classe, mas depois tive de ir trabalhar porque a minha

mãe não tinha dinheiro. Estive a servir em casa de uma senhora. A camisa do Eusébio do Benfica foi feita por mim. Na minha juventude, conheci o meu marido, namorei e depois casei-me. Fiz a 4.^a classe na obra das mães já quando estava casada, porque queria tirar a carta e não tinha a 4.^a classe. Na obra das mães havia uma escola, tirei a carta aos 40 e tal anos, já tinha os meus dois filhos. Havia a procissão da Nossa Senhora de Fátima, as cegadas pelo Carnaval. Íamos pelas escadinhas do Vazadouro, por detrás da Rua Guilherme dos Anjos, comprar bolos a uma padaria à meia-noite. De maneira que só tenho a dizer bem do Casal Ventoso, éramos muito unidos, não podia estar ninguém doente que ajudávamo-nos uns aos outros. Só depois de me casar, casei aos 29 anos, é que passei a ter eletricidade e água. Só mais tarde é que tive uma vida melhor e todos pusemos água. Só havia uma pessoa no Casal Ventoso que tinha televisão. Adorei o Casal Ventoso, tenho ideias muito bonitas do Casal Ventoso. As amizades aqui já não são como eram lá. (Entrevista coletiva 1)

Fosse para assegurar a subsistência alimentar, melhorar as condições habitacionais ou permitir quaisquer outras despesas, os desafios colocados pela carência de dinheiro desencadearam quatro estratégias, mais frequentes no Casal Ventoso do que em outros lugares de Lisboa.

A primeira consistia no recurso a familiares – avós, tios ou primos – no sentido de acolherem parte da progenitura, repartindo, no fundo, os filhos por várias casas, dentro ou fora do Bairro.

Uma segunda estratégia passava pelo emprego precoce das crianças e jovens, pois era imperioso maximizar as fontes de rendimento. Até à década de 1970, manter filhos na escola durante largos períodos era, para grande parte da população, impensável. Com efeito, os indivíduos que nessa altura se encontravam em idade escolar, de forma praticamente unânime, justificaram os seus baixos níveis de instrução afirmando que os pais não tinham tido condições para os manter a estudar. Mais tarde, com o alargamento da escolaridade obrigatória

até ao 9.º ano, e uma maior presença do ideal da escolarização entre as classes populares, o abandono escolar deixou de ser tão prematuro, mas ocorria com celeridade. Verificava-se assim que havia repetências ou faltas às aulas: manter um filho com maus resultados ou contrariado na escola apresentava-se como algo ilógico face às necessidades económicas prementes.

Os depoimentos que atribuem o abandono da escola às necessidades de aumentar o rendimento familiar surgem bem ilustrados nesta afirmação de uma mulher, com idade inferior a 50 anos, que, na primeira metade da década de 1980, abandonou a Escola Manuel da Maia depois de concluído o 6.º ano, à semelhança do que sucedia com a esmagadora maioria de jovens do Bairro.

O meu tio trabalhava nas linhas dos comboios. Andei na escola até ao 6.º, mas tive de desistir para ajudar os meus pais. [...] O meu primeiro emprego foi em Campo de Ourique com 14 anos. Entretanto a minha mãe trabalhava nas limpezas e pediu ao encarregado para eu ir trabalhar para a fábrica da Pierre Cardin no desterro e depois para a Dali. (Entrevista coletiva 6)

Era também habitual atribuir o abandono escolar às despesas de aquisição dos manuais escolares. Esta foi a razão apontada por vários indivíduos, entre os quais um homem e uma mulher na faixa dos 50 anos, que abandonaram a escola na década de 1970 logo depois de se terem matriculado no 2.º Ciclo (antigo Ciclo Preparatório).

A minha mãe nunca deixou que passássemos fome, mas não tinha dinheiro para os livros. (Entrevista coletiva 4)

Tirei a 4.ª classe e a minha mãe disse para ir trabalhar, porque não havia dinheiro. Os meus pais sempre me deram tudo, mas com dificuldade. Não fui mais para a escola porque a minha mãe não tinha dinheiro para os livros. (Entrevista coletiva 5)

Os pais que pretendiam manter os filhos na escola eram obrigados a desenvolver esforços intensos para comprar os manuais, quer poupando recursos financeiros para o efeito, quer identificando eventuais alternativas de apoio social, cuja existência nem sempre era conhecida nem fácil de acionar. A título de exemplo, a mãe de um indivíduo que acabou por realizar uma carreira escolar invulgarmente longa no contexto do Casal Ventoso recorreu à Segurança Social, acabando por ser bem-sucedida.

Na Escola Manuel da Maia, não davam os livros, a minha mãe teve de ir à Segurança Social para que eu pudesse ter acesso aos livros. A minha mãe foi à procura de apoios, temos de dar para ter algo em troca. Tenho um irmão com 47 anos com uma deficiência mental, que foi diagnosticado aos 5 anos, e era superprotegido pela minha mãe devido aos seus handicaps. A minha mãe trabalhava, dava-nos roupa e comida, recordo-me de ir ao Hospital Militar buscar comida, as sobras, para o jantar. (Entrevista coletiva 5)

A terceira estratégia para fazer face à fragilidade económica correspondia à venda ou hipoteca de bens que pudessem ter algum valor. Referimo-nos ao célebre “prego”, expediente a que se recorria amiúde, aproveitando bens que tinham muitas vezes um valor irrisório, como por exemplo guarda-chuvas. As lojas de penhores – existia pelo menos uma na Rua Maria Pia – eram a forma rápida, e não condicionada por expedientes burocráticos, de se conseguir um empréstimo a juros, por vezes destinado simplesmente a liquidar a renda da casa ou gastos de mercearia. O dispositivo do “prego” associava-se estreitamente ao recurso ao “fiado”. Na verdade, a associação gandaia-prego-fiado-sopa do Barroso constituía uma espécie de tetralogia da subsistência na periferia da estrutura social, que resumia muito do quotidiano juvenil, mas também da vivência de muitos adultos, no Casal Ventoso, até à década de 1970, como se depreende dos próximos depoimentos.

Casei-me aos 19 anos, fui parar ao Arco do Carvalhão e só depois fui para o Casal Ventoso, onde vivi durante dois anos. Quando me casei fui viver para um quarto, mas, como era muito caro, às vezes tinha de ir ao prego empenhar algumas coisas, na Rua Maria Pia. Fui viver para a casa da minha sogra. Quando um filho tinha 17 meses, já estava grávida de outro. [...] Com 42 anos fiquei viúva com três filhos e tive de ir trabalhar para as limpezas. Antes disso à gandaia, apanhava tudo, até colocava pedras para as sacas de papel pesarem mais. Depois do Casal Ventoso fui morar para o Arco do Carvalhão, para casa de um tio meu. (Entrevista coletiva 1)

Eu passei, fui criada com a sopa do Barroso. Tinha dias em que passávamos fome, quem tinha alguma coisa ia empenhar ao prego. A minha sogra ia empenhar o chapéu-de-chuva do marido na segunda e ia buscá-lo ao sábado. Mas o dinheiro era outro, rendia mais do que rende hoje. (Entrevista coletiva 2)

Por fim, a última estratégia a que aqui fazemos referência, orientada para minorar a privação de recursos, consistia na mobilização da solidariedade interna. A maior parte desses dispositivos de solidariedade era espontânea e encontrava-se disseminada no quotidiano. Tinham lugar, sobretudo, na microescala dos pátios, e eram acionados para socorrer vizinhos em apuros, como sugere uma mulher que viveu a sua infância na década de 1950:

[...] dávamo-nos todos bem, apesar de uma coisa ou outra. Éramos uma família, gostávamos todos uns dos outros e apoiávamo-nos em caso de aflição. (Entrevista coletiva 2)

Outros dispositivos solidários assumiam um maior porte e eram mais organizados. Várias calamidades ao longo da história do bairro desencadearam iniciativas deste género, com destaque para duas

situações de incêndio, bem conhecidas internamente. Uma delas surge referenciada de seguida.

No Casal Ventoso houve um incêndio muito grande em que morreu um menino. O meu marido organizou uma festa, na fábrica do açúcar, em benefício do menino que morreu queimado. (Entrevista coletiva 2)

A solidariedade com um formato organizado e planeado tinha lugar quase sempre no âmbito das coletividades e, acima de tudo, a partir dos anos 1980, no Centro Social do Casal Ventoso, exemplo máximo de uma entidade destinada à solidariedade interna, assente no protagonismo de atores do próprio Bairro, em especial da figura de José Luís Coelho, a que nos referimos no início do livro. No Centro Social, a solidariedade encontrava-se organizada, profissionalizada e rotinizada.

Quaisquer das dinâmicas de solidariedade existentes contribuíram em muito para a densificação de laços interpessoais de



Figura 42. José Luís Coelho, Diretor do Centro Social do Casal Ventoso.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Figura 43. José Luís Coelho dialogando com funcionárias da Misericórdia de Lisboa, em frente do Centro Social do Casal Ventoso.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

carácter emocional, assim como para a criação de um sistema de direitos e obrigações no interior do Bairro; no fundo, para a criação e densificação dos aspetos que nos permitem designar o Casal Ventoso como “comunidade”. Traços basilares desta intensa vida comunitária serão dados a conhecer já de seguida.

5. *AQUILO ERA UMA BARBEARIA, MAS PARECIA UM CINEMA.* LUGARES E SOCIABILIDADES DO CASAL VENTOSO

As memórias e reflexões que os antigos moradores partilharam conosco acerca das relações de vizinhança e das práticas de lazer que tinham lugar no Casal Ventoso incidiram em diferentes épocas da vida do Bairro. As mais longínquas coincidem com a primeira metade século XX, época de urbanização e de grande crescimento da população urbano-metropolitana de Lisboa, bem como de consolidação do Bairro; as mais recentes, com o período em que o Bairro acabou por assumir o cognome de “maior hipermercado da droga do país” nos meios de comunicação social.

As descrições que reunimos levam-nos a concluir que as sociabilidades do Bairro eram muito marcadas por uma conceção de vizinhança entendida como família alargada, por um quadro de solidariedades locais encarado como sistema de direitos e obrigações e pelo investimento contínuo no espaço da rua – intensamente utilizada como prolongamento da casa e vivida coletivamente. Os pátios, por sua vez, são descritos como lugares de relacionamento intenso entre familiares e vizinhos, ao passo que as associações, as lojas ou os cafés polarizavam outros tipos de sociabilidades, muitas vezes organizadas por género.

O Casal Ventoso era, portanto, um elemento central das relações sociais, das interações e das sociabilidades que abrigava, condicionando-as, ao mesmo tempo que ia sendo produzido por elas. O Bairro configurava-se de acordo com os atributos sociais, as trajetórias e os modos de vida das populações que o habitavam, mas também de

acordo com os efeitos combinados da sua localização e características físicas, das formas como os moradores interagiam e dos significados que partilhavam.

Neste capítulo, procuraremos dar conta de alguns dos significados partilhados, assim como da forma que tomam as sociabilidades no Casal Ventoso, relacionando-as sempre com a própria configuração física e social do Bairro. Revelaremos também um conjunto de noções, expressões e personagens que remetem para experiências e significados relativos ao Bairro, partilhados por moradores e moradoras, mas desconhecidos no exterior. Esse universo de referências locais, autocontido e específico do Casal Ventoso, tal como recordado pelos seus moradores, constitui um património próprio e compartilhado que a demolição do Bairro descontextualizou ou até mesmo extinguiu. Sem o referente espacial e material, grande parte desses significados e experiências perdeu a sua concretude.

Para além das entrevistas, recolheram-se também fotografias, vídeos e objetos que contribuem para reconstruir as memórias das vivências quotidianas e das sociabilidades no antigo Casal Ventoso. O visionamento dos materiais que se encontram na página de *Facebook* do projeto Memórias do Casal Ventoso constitui um complemento importante à leitura do capítulo¹.

SOLIDARIEDADE E RELAÇÕES DE VIZINHANÇA E PARENTESCO

O Casal Ventoso, tal como emerge das memórias dos nossos entrevistados, afasta-se, em parte, das representações negativas que geralmente lhe são associadas a partir do exterior, remetendo antes para a figura de *aldeia urbana*. A família alargada constituía a base da matriz

1 <https://www.facebook.com/memoriascalventoso/>.

social, e as redes de solidariedade locais eram instrumentos centrais de sobrevivência. Por sua vez, os sentimentos de pertença formavam-se por relação a uma comunidade de vizinhos associada ao lugar e à sua história. A construção desses sentimentos de pertença era favorecida por três fatores: a composição social relativamente homogênea dos habitantes, o tecido habitacional do Bairro que o diferenciava das áreas adjacentes e o facto de o Casal Ventoso ter sido alvo de uma constante atribuição de características negativas imputadas do exterior, que afetavam a totalidade dos seus habitantes, como referimos no capítulo anterior.

O que mais sobressai das entrevistas é a forma como as sociabilidades foram construídas a partir do interconhecimento de longa duração – muitas vezes intergeracional –, da proximidade física, mas também da proximidade social. Destaca-se também o cruzamento entre as redes familiares e as redes de vizinhança, ou seja, o facto de os familiares serem muitas vezes os vizinhos.

As memórias narradas, sobretudo as que remetem para momentos anteriores à intensificação do consumo e tráfico de droga, são fortemente marcadas por um elemento comum: a solidariedade associada às estreitas relações vicinais. Uma mulher de 86 anos falou-nos da união entre vizinhos que partilhavam uma mesma condição de pobreza, condição sobre a qual nos debruçámos algumas páginas atrás. Essa união exprimia-se no apoio quotidiano, nomeadamente alimentar, na ajuda perante situações de doença que fragilizavam ainda mais as famílias, ou ainda na partilha de bens que aos poucos foram adquirindo um estatuto incontornável na vida quotidiana, como a televisão.

A união, a solidariedade e a entreaajuda surgem nos relatos como elementos fundacionais do Casal Ventoso, a base da organização social do Bairro. Ou seja, havia a expectativa de que as pessoas se ajudariam mutuamente nos momentos de necessidade, que eram muitos devido às condições estruturais de pobreza, ou miséria, como os próprios

referem. Essa realidade foi verbalizada frequentemente nas entrevistas. Uma mulher, hoje com 80 anos, descreve a pobreza da sua infância, salientando o apoio diário prestado por mulheres mais velhas a outras que trabalhavam e tinham filhos ainda dependentes. Aquelas olhavam pelas crianças e ofereciam-lhes um pouco da sua própria comida enquanto esperavam que as mães regressassem do trabalho:

Havia uma senhora que era muito amiga da gente, ajudava-nos quando a minha mãe chegava tarde do trabalho: dava-nos uma buchinha e uma caneca de café. Sempre fomos pobres e passámos bastantes dificuldades. A gente saía daí para a Pimenteira, lavávamos a roupa, andávamos descalças, era uma miséria extrema. Mas noto que éramos muito amigas umas das outras, as velhotas que viviam ali eram amigas de nos darem um bocadinho de pão, o que pudessem, coitadinhas, até as nossas mães virem do trabalho. Naquela altura as mulheres trabalhavam na fábrica do gesso, que havia ali, umas a dias, outras iam para a ribeira perto daqui. (Entrevista individual 9)

A estrutura social do Casal Ventoso era composta por um conjunto de redes sociais fundadas sobre o parentesco, a coresidenciaisidade, a vizinhança e as relações de amizade que estavam em constante redefinição. Tal configuração não era específica do Bairro, nem da cidade de Lisboa. Young e Wilmott (2011) sublinharam, já no final dos anos 1950, a importância que a família alargada assumia nos bairros de classes trabalhadoras. A partir do estudo da população operária de Bethnal Green em Londres, os autores mostraram que a forte ligação da população local ao Bairro se devia à combinação entre antiguidade residencial e existência de uma rede de parentesco centrada sobretudo nas relações entre mulheres de diferentes gerações (Cotelette, 2011; Young & Wilmott, 2011).

Associado ao entrecruzar das redes familiares e de vizinhança, desenvolve-se o sentimento de que o conjunto dos vizinhos constitui

uma família. Uma mulher e um homem, respetivamente na casa dos 60 e dos 70 anos, exprimiram enfaticamente esta ideia. A primeira referiu que gostava muito de viver no Casal Ventoso, onde havia sido feliz apesar da miséria. Além da recreação festiva, destacou as qualidades *familiares* da vizinhança: o afeto – *o darem-se todos bem, o gostarem muito uns dos outros* – e a entreatajuda – *o apoio em caso de aflição* –, como se pode ler abaixo.

Lembro-me da minha juventude. Nasci no Casal Ventoso e, apesar de tudo, gostava muito de lá viver. O Casal Ventoso tinha de tudo um pouco: sapateiro, padeiro, doces, peixeiro, senhor da hortaliça e da fruta... enfim, tínhamos de tudo e, apesar da miséria que havia, não nos faltava nada. E brincávamos muito, éramos felizes, na altura em que começámos a desembruxar e a ter noção da vida. Por altura do Carnaval e dos Santos Populares, brincávamos muito e dávamo-nos todos bem, apesar de uma coisa ou outra. Éramos uma família: gostávamos todos uns dos outros e apoiávamo-nos em caso de aflição. (Entrevista coletiva 2)

O seu vizinho refere igualmente os moradores do Bairro como família, estabelecendo o mesmo vínculo entre pobreza e solidariedade. Alude ainda à questão da segurança: todas as pessoas do Casal Ventoso eram pessoas de bem, a ponto de ser possível dormir na rua sem receios, prática muito frequente no verão. Esta ideia sugere que o Bairro era, de certa forma, autocontido, não se correndo o risco de aparecerem pessoas de fora com intenções ameaçadoras.

Fui nascido e criado no Arco de Carvalhão. Antes de ir para a tropa, conheci o Casal Ventoso. Éramos gente simples, humilde e de coração aberto para toda a gente. As pessoas entravam e saíam e ninguém fazia mal a ninguém. A gente dormia com as portas abertas. Éramos uma família: se alguém falecesse, alguém que não tivesse de comer para dar aos filhos, pagavam-se os funerais e ainda se dava dinheiro para as pessoas

sobreviverem. O que fez do Casal Ventoso um Bairro problemático foi a sociedade em si. (Entrevista coletiva 1)

A última frase proferida – *O que fez do Casal Ventoso um Bairro problemático foi a sociedade em si* – chama-nos a atenção para o facto de parte dos habitantes reconhecer que os problemas do Bairro tinham um conteúdo mais estrutural, que ultrapassava o próprio local, o que se torna evidente nesta declaração de uma mulher de 58 anos:

Sou mais velha do que eles, andei na Escola 6, Josefa de Óbidos e Manuel da Maia. Os professores olhavam-nos de lado por vivermos no Casal Ventoso. Quando comecei à procura de trabalho, há 36 anos atrás, e chegava a altura de preencher a morada, sentia-me discriminada por viver no Casal Ventoso. O Casal Ventoso sempre foi conotado com um Bairro de ladrões, muito antes da droga. O que não quer dizer que todos fossem ladrões. (Entrevista coletiva 5)

No excerto seguinte, uma mulher de 62 anos utiliza a palavra *redoma* para expressar a proteção coletiva associada à pertença ao Bairro, que contribuía para a sobrevivência individual. A este respeito, evoca como exemplo formas de solidariedade que se fizeram notar nas cheias de 1966:

Vocês não se lembram das cheias de 1966, eram as vacas todas a boiarem, na quinta do Cabrinha. Muitas casas ficaram inundadas. Graças a Deus a minha, não. As pessoas eram todas muito unidas, faziam uma redoma e seguiam em frente. (Entrevista coletiva 3)

Os efeitos positivos das relações comunitárias e de vizinhança são os que mais sobressaem destas memórias do Casal Ventoso, sempre que o período evocado é o anterior ao comércio de drogas, o que não impede que aqui e ali surjam reminiscências, mesmo que subtis

e esbatidas, de tensões e conflitualidades que as relações, próximas e intensas, também potenciavam. São exemplo disso as clivagens entre o Casal Ventoso de Cima e o de Baixo, ou uma outra, bastante conhecida localmente, entre as coletividades do Unidos e do Lisboa. Estas clivagens e rivalidades, frequentemente mencionadas como traços salutares e benignos, pois fazem parte do património cultural e identitário, estão patentes no depoimento de um homem de 41 anos:

ENTREVISTADO: Lembro-me de em miúdo brincar na rampa, ao pé do chafariz. Havia tranquilidade porque a droga ainda não tinha chegado ao Bairro. Os rapazes jogavam hóquei, improvisávamos uma baliza e uns *sticks*. Não havia nada do que há hoje, e por isso brincávamos na rua. Havia a separação entre o Casal Ventoso de Cima e o Casal Ventoso de Baixo [...]. Havia também a rivalidade entre os clubes. Depois tínhamos os bailes do União.

ENTREVISTADOR: O que definia a divisão?

ENTREVISTADO: A rampa era a fronteira entre Casal Ventoso de Cima e Casal Ventoso de Baixo.

ENTREVISTADOR: Havia uma diferença entre o Casal Ventoso de Cima e de Baixo?

ENTREVISTADO: Não, porque a dada altura deu-se uma mistura entre Casal Ventoso de Cima e Casal Ventoso de Baixo. Havia, sim, pessoas que se davam bem e menos bem. (Entrevista coletiva 7)

O interconhecimento e a densidade de relações sociais que entrelaçavam famílias e vizinhos manifestavam-se também nas alcunhas e nos processos que levavam à sua atribuição e transmissão. As alcunhas faziam parte do dicionário local, designavam pessoas e remetiam para histórias partilhadas por um conjunto de moradores e difundidas entre os habitantes. Existiam alcunhas individuais e alcunhas familiares. Ainda durante a existência do Bairro, conhecemos várias alcunhas individuais que circulavam entre moradores adultos ou apenas entre adolescentes,

como por exemplo: *Quarenta e Três, Fadocas, Tia Baunilha, Vira Milho, Fagulhas, Assanhado, Pistola, Macaco Australiano* ou *Macaco Soviético*.

Algumas alcunhas perduram no momento presente, a ponto de se terem convertido numa espécie de novo sobrenome. Tal sucede, por exemplo, com Manel das Varandas. Este morador de 81 anos diz-nos que a maioria das pessoas do Bairro não conhece o seu verdadeiro nome de família e revela-nos o pesaroso evento que se encontra na origem da sua alcunha: a morte de uma das suas irmãs.

Mas quantos irmãos [tenho/tive] já não sei. Só sei que morreu-me uma irmã, quando a minha mãe morava ao princípio da rampa do Casal Ventoso, e ela caiu da varanda abaixo e faleceu. E foi aí que a minha mãe ficou com o apelido Maria das Varandas, e eu, como era o mais atrevido, fiquei o Manel das Varandas, até hoje. Eu sou mais conhecido pelo Manel das Varandas do que pelo meu próprio nome. (Entrevista individual 7)

A alcunha de Manuel é, na verdade, uma alcunha familiar. As mais conhecidas eram associadas às *famílias-seitas*, redes de parentes cuja importância no contexto do Bairro se foi sucedendo no tempo, e a que nos referimos no terceiro capítulo. Com efeito, os termos *Padeirinhos, Praganas* ou *Dragões*, qualquer deles identificando uma *família-seita* determinada, constituíram algumas das alcunhas coletivas mais significativas existentes no Casal Ventoso. Estas designações geravam-se muitas vezes a partir da alcunha de um líder que era depois pluralizada; o caso dos *Dragões* é paradigmático. Noutros casos sucedia o inverso: a alcunha era inicialmente atribuída a um coletivo, passando mais tarde a ser utilizada para identificar cada um dos seus membros: o *Padeirinho X* ou *Y*. Era ainda frequente a família não ser designada por uma alcunha coletiva, mas pela alcunha atribuída a uma das suas figuras principais.

Uma outra expressão da densidade relacional que caracterizava o Casal Ventoso é a descrição do Bairro como *aldeia urbana* em alguns

dos testemunhos recolhidos, como o desta mulher de 63 anos que compara o Bairro à *Aldeia da Roupa Branca*, comunidade saloia imaginária retratada no celebrizado filme de Chianca de Garcia, estreado em 1939:

As pessoas eram mais unidas no Casal Ventoso, aqui parece que estamos numa cova. Lá estava sempre tudo limpo e lavado. Era uma aldeia da roupa branca. O dia a dia era espetacular! Lavava muita roupa no Casal Ventoso, era uma mulher muito desenrascada. Trabalhei numa fábrica durante 22 anos, e depois da minha filha adoecer comecei a trabalhar como mulher-a-dias. (Entrevista coletiva 3)

A analogia do Casal Ventoso com a Aldeia da Roupa Branca remete para a ideia de que ali encontraríamos uma vida em comunidade tecida de solidariedades e de relações próximas e informais, vista como típica das aldeias, por oposição a relações distantes e mediadas por instâncias formais, consideradas específicas das cidades. No mesmo sentido, um homem de 41 anos justifica as práticas de vizinhança que vivenciou na sua infância, atribuindo-as à própria origem rural dos moradores mais antigos do Casal Ventoso, que descreve como pessoas que vieram dos campos para a cidade trabalhar nas docas e na indústria. Para este antigo morador, esse tipo de vida de bairro deixou de ser possível devido à droga e porque os vizinhos novos já não tiveram essa experiência de vida aldeã:

O Casal Ventoso foi construído por pessoas que vieram das santas terrinhas para trabalhar em Lisboa. As fábricas de Alcântara e nas docas, toda a parte laboral de Lisboa partia daqui. Todos os moradores se conheciam e brincávamos, quando apareceu a droga, começámos a perder amigos e familiares. [...] Tens de ver que a geração é outra. Quem vinha da terra estava habituado a esse conceito e passaram os valores para ti, que hoje em dia já não consegues passar para os teus filhos. (Entrevista coletiva 7)

Manifestamente, o Casal Ventoso não era uma aldeia, mas uma área urbana que assumia algumas lógicas de funcionamento próximas do ideal-tipo de vida aldeã, combinadas com características próprias da vida na urbe. Esta associação entre, por um lado, comunidade e solidariedade vicinal e, por outro, a figura da aldeia existe com base no pressuposto de que esta última é o único lugar de densas relações sociais baseadas na proximidade física e no interconhecimento de longa duração. Ora, as memórias dos antigos moradores do Casal Ventoso e a literatura científica neste âmbito mostram-nos que também a cidade e os seus bairros podem acolher esse tipo de relacionamentos.

Em *Urban Villagers* (Gans, 1982), por exemplo, descreve-se o quotidiano do West End – bairro de Boston habitado por populações imigrantes em vagas sucessivas e considerado um lugar de miséria e vício – antes da sua total demolição no início dos anos 1960. A obra desconstrói a imagem negativa unívoca que existia sobre o Bairro e sobre a população que ali vivia antes da demolição. Afirma-se que, na mobilidade entre as zonas rurais italianas e a cidade americana, os imigrantes retinham grande parte da sua organização social, porque a sua posição na estrutura social americana era muito semelhante à que ocupavam na sociedade italiana. Nos dois países, o trabalho disponível era não qualificado e mal remunerado e, portanto, a família alargada funcionava como matriz da vida social. A segunda geração de residentes deste bairro parecia demonstrar já pouca vinculação a vários aspetos da cultura italiana preservados pelos progenitores, mas continuava a encontrar na família tradicional e no grupo de pares contextos nucleares de referência. Devido a essa lógica de organização interna, Herbert Gans atribuiu aos residentes do West End o epíteto de aldeões urbanos (*urban villagers*)². Encontramos neste Bairro, também demolido, paralelos com o Casal Ventoso: a origem rural (mais ou

2 O Museu do West End conta a história do Bairro e da posterior demolição através de fotografias e testemunhos (<https://thewestendmuseum.org>).

menos recuada) das famílias residentes, a imagem externa predominantemente negativa, mas também o funcionamento social baseado na família alargada e nas fortes relações de proximidade vicinais a que vimos fazendo referência.

Apesar das diferenças no presente e no passado recente, não deixamos de encontrar esses mesmos aspetos nos bairros ditos *populares* do centro de Lisboa, dos quais nos podemos aproximar através dos relatos de pesquisa contidos em livros como *Sociedade de Bairro*, de António Firmino da Costa (1999), acerca de Alfama, *Um Lugar na Cidade*, de Graça Índias Cordeiro (1997), a propósito da Bica, ou no trabalho de Juan Pujadas, centrado na Madragoa (2008).

Ainda ao longo de todo o século XX, os bairros pobres do centro de Lisboa acolhiam, entre outros aspetos, esse tipo de sociabilidade “de aldeia”, que é a pedra de toque da sua conversão em bairros urbanos “populares”, “típicos”, “autênticos”. Alfama, Bica, Madragoa, bastiões da identidade local lisboeta, portanto cidadina, são exemplos não só dessa modalidade de vida pública local, como também da sua instrumentalização e mercantilização, resultando na cristalização de uma narrativa em torno da identidade local. Estes processos, dos quais fizeram parte a criação e a institucionalização das Festas da Cidade e das Marchas Populares, iniciaram-se no século XX, ainda durante o Estado Novo (Cordeiro, 2003).

Diz-nos Graça Índias Cordeiro (2003, p. 186):

“Tais bairros participam de um complexo processo de construção cultural do popular urbano que teve lugar ao longo do século XX, estabelecendo associações de imagens e significados cruzados entre certos bairros (Alfama, Madragoa, Castelo, Mouraria, Alcântara, Bica, Bairro Alto), certas actividades profissionais (varinas, pescadores, aguadeiros, criadas, lavadeiras, marinheiros, fadistas), certas performances festivas e lúdicas (bailes, arraiais, desfiles, jogos e concursos) e certas sonoridades (fado, marcha, danças). Tais elementos, em conjunto, contribuíram para

a criação de uma visão do mundo peculiar, parte integrante de um certo imaginário urbano, revelador de uma cidade popular e histórica. Entre outras definições possíveis, Lisboa pode, pois, caracterizar-se como uma cidade de bairros. De certos bairros, hoje designados históricos e/ou típicos, que simbolizam a cidade e que se associam, em simbiose, com outros traços distintivos da sua urbanidade: a sua situação ribeirinha, a sua topografia acidentada, o seu hinterland hortícola, as festas de Santo António em Junho, o fado, os tipos populares.”

Mais recentemente, com a intensificação dos processos de mercantilização, essa narrativa é uma das bases da imagem que a cidade procura projetar, no sentido de atrair novas populações urbanas fortemente capitalizadas, atividade turística e, sobretudo, vários tipos de investimento. Cordeiro refere ainda que, apesar de estes elementos serem, no presente, acalentados e reproduzidos com “objectivos turísticos óbvios, não deixam por isso de pertencer a uma história local e a uma cultura urbana particular que ecoa e continua a alimentar a identidade de Lisboa” (2003, p. 186)

Os destinos dos bairros populares de Lisboa, como Alfama ou a Bica, e do Casal Ventoso distanciaram-se a partir do momento em que uns entraram para o imaginário da cidade como sítios de vivência “típica” e “autêntica” e o outro como lugar de irrecuperável “marginalidade”.

CASAL VENTOSO EM FESTA

A par das relações de vizinhança, os momentos festivos são outra das dimensões que contribuiu para a consolidação dos sentimentos de pertença ao Bairro.

Embora nunca tenha sido incluído nas versões oficiais das Festas de Lisboa organizadas pela Câmara Municipal, que, a partir dos anos



Figura 44. Casamento no Casal Ventoso.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Figura 45. Casamento no Casal Ventoso.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Figura 47. Festa de aniversário.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Figura 46. Caracolada num pátio (1963).

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

1930, contribuíram para a afirmação do projeto ideológico do Estado Novo (Cordeiro, 2003) e para o reforço das identidades de carácter bairrista em Lisboa, o Casal Ventoso não deixou de participar nas comemorações. Os Santos Populares, com destaque para o Santo António, eram anualmente festejados no Bairro, de forma expressiva,

ao mesmo tempo que alguns moradores se envolviam em sessões de fado junto da Rua Maria Pia ou em Campo de Ourique. Também no momento mais emblemático das festas, as Marchas Populares, participavam nas marchas de Alcântara ou de Campo de Ourique, uma vez que o Bairro não tinha marcha própria.

É interessante verificar que o Bairro não deixou de estar presente também neste evento através da letra de uma marcha imaginária (pois tal marcha nunca existiu na realidade), que circulava por Lisboa, desde uma fase ainda inicial de institucionalização das festas e das marchas. Também esta contribuía para reforçar, de forma crítica e satírica, o lugar do Bairro na mitologia urbana enquanto zona de miséria por excelência da cidade de Lisboa.

Lá vai a Marcha do Casal Ventoso
Panelinha ao ombro à sopinha do Barroso
Não digas sim, não digas não
A sopa do Barroso também tem feijão.

É significativo o conteúdo da letra, e significativo também que esta “marcha” tenha circulado sobretudo em outros bairros da cidade de Lisboa, cujas populações, como a do Casal Ventoso, recorriam à chamada *sopa dos pobres, do Barroso* ou *do Sidónio*.

No final dos anos 1980, o diretor do Centro Social do Casal Ventoso criou uma marcha popular do Casal Ventoso com o objetivo de participar efetivamente nas Marchas de Lisboa, procurando assim promover uma abertura do Bairro ao exterior e a modificação da sua imagem externa negativa. A marcha contava com uma versão para adultos e uma outra para crianças. A última chegou a ser apresentada em Belém, por altura do desfile infantil, no Santo António de 1987 (Chaves, 1999, pp. 280-281).

“Marcha do Casal Ventoso” (adultos)

Ai venham ver, venham ver
 O que isto é
 É Casal Ventoso
 A dar ao pé;

Da Meia-Laranja
 Ao Arco do Carvalhão
 É tudo Casal Ventoso
 E é a tradição;

E o povo diz, assim
 Vamos ouvir cantar
 A nossa marcha
 Que é dum bairro popular;

Ai venham ver
 Campo d’Ourique
 Pra depois irem dizer
 Como vai a moda chique;

Não tem vaidade, porém
 É mocidade também
 Só tem amor, luz e cor
 E o povo diz, assim
 Vamos ouvir cantar
 A nossa marcha
 Que é dum bairro popular.

“Marcha infantil”

Esta marcha que aqui vai
 Com arquinhos e balões

É a marcha dos miúdos
Que vibrem os corações;

Lá vai a marcha
Mais o seu par
S. João, S. Pedro
Andam sempre a dar, a dar
Não digas sim
Não digas não
Que a marcha do Centro
Faz sempre um vistão;

Ó noites de Santo António
Ó Lisboa a apregoar
Tu fazes um bairro novo
Para a gente morar.

As letras remetem para a ideia de *bairro popular*, tentando aproximar-se dos outros bairros da capital que tinham assento na celebração oficial e procurando associar o Casal Ventoso a ideias positivas como “amor, luz e cor”. A marcha das crianças fala de um Bairro novo para morar, do desejo de dar uma nova vida a este lugar do Vale de Alcântara.

Apesar deste esforço, o Casal Ventoso continuou a não integrar oficialmente as Marchas e, portanto, a não figurar no rol de bairros *típicos* de Lisboa, o que, como se disse, não impedia os seus moradores de comemorarem o Santo António com arraiais e bailes, convertendo estas festividades em importantes momentos de conhecimento interpessoal e de estabelecimento de relações passionais. A título de exemplo do que sucedeu em muitos outros casos, uma mulher de 80 anos contou-nos como conheceu o pai do seu filho mais velho num desses bailes:

Na rua onde estamos, havia uma quinta que se chamava a Quinta do Loureiro. Por detrás desta azinhaga houve um baile de Santo António. A minha mãe deixou-me vir ao baile ver a trupe, porque a gente morava na parte de cima. Vim ao baile e era a rua e o baile, vejo um músico da trupe, comecei a dançar e a falar com ele e propôs-me logo. (Entrevista individual 9)

Uma outra antiga moradora no Bairro, de idade próxima, 78 anos, falou-nos do seu gosto por festas e bailes em geral e da reprovação destas atividades por parte do pai:

Depois, eu gostava muito de dançar nos bailes, mas o meu pai não queria. E uma vez eu disse à minha mãe: “Ó mãe, está a dar um baile tão bonito ali no Casalense, não queres lá ir?” E ela disse-me: “Não vamos nada que o teu pai não deixa”. Mas como era verão, a minha mãe disse ao meu pai: “Ó Armando, deixa ir as miúdas um bocadinho ao baile e eu vou também com elas.” E ele lá disse: “Então vai lá que é dia de festa, vai lá”. Então aí eu fui dançar a valsa da vassoura [...]. (Entrevista individual 3)

Os testemunhos e materiais que recolhemos mostram que o Carnaval era outra das festas apreciadas pela população do Casal Ventoso. As atividades ligadas ao Entrudo – as cegadas e os desfiles – foram várias vezes mencionadas nas entrevistas como momentos de diversão e brincadeira, para as crianças e não só. As matrafonas, ou homens vestidos de mulher, eram presença especialmente assídua nas festas de Carnaval do Casal Ventoso, tal como são ainda hoje figuras importantes em Carnavais de tipo ‘tradicional’, como o de Torres Vedras. Um homem de 64 anos conta-nos as suas preferências neste âmbito:

Gostava muito de andar mascarado, e no Carnaval ia por aí fora brincar aos enfermeiros e matrafonas. (Entrevista coletiva 3)



Figuras 48 e 49. Festejando o Carnaval.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Figuras 50 e 51. Festejando o Carnaval.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

O Carnaval foi também mencionado por uma mulher de 62 anos como um momento em que o Bairro se tornava atrativo para pessoas que ali não residiam:

Na altura do Carnaval vinha muita gente ao Bairro, eram autênticos corsos. (Entrevista coletiva 3)

Mas não era apenas nos Santos Populares e no Carnaval que o Casal Ventoso estava em festa. As vitórias do futebol, as festas dos clubes e associações, algumas das quais tinham finalidades solidárias, fazem igualmente parte das memórias dos antigos residentes. As festas solidárias, organizadas para angariar fundos ou homenagear famílias vizinhas que viviam momentos adversos, eram manifestações concretas da entajuda de que nos falaram vários antigos moradores.

SOCIABILIDADES DE BAIRRO: ESCALAS E LUGARES

A grande intensidade de relações e a sobreposição de redes e interações que temos referido eram favorecidas pelas características físicas do Bairro, organizado em pátios e vilas, e pela sua elevada densidade populacional. As janelas estavam orientadas para o interior dos pátios e grande parte das vias de comunicação – ruas, ruelas e escadarias estreitas, dispostas, por vezes, de forma labiríntica – assumia um carácter quase privado, pelo que apenas as duas ruas principais tinham efetivamente características de espaço público alargado. Estas características, sendo essenciais à manutenção das redes sociais do Bairro, contribuíam para o seu fechamento social e físico (Chaves, 1999; Menezes, 1994).

Neste tipo de contextos, tendiam a estabelecer-se condições especialmente favoráveis ao desenvolvimento de estilos de sociabilidade específicos, focados em grupos de interconhecimento local que, sendo mais alargados que o agregado doméstico, se formavam na proximidade da casa (Costa, 1999, p. 303). Estes grupos, ancorados nas coletividades associativas, partilhavam um conjunto alargado de significados e regras tácitas de interação quotidiana.

As relações sociais em que a população se encontrava envolvida aconteciam em três escalas geográficas principais: a escala de proximidade, que congregava a casa e o pátio; a escala intermédia, que incluía as ruas, os cafés, os comércios e os clubes (no fundo, o próprio Bairro); e, por fim, a escala urbano-metropolitana, mais alargada. Procuremos penetrar em cada uma delas.

MEMÓRIAS DA CASA

Existem diversas fontes que nos permitem conhecer a realidade das condições habitacionais do Casal Ventoso ao longo das suas várias décadas de existência, a que já nos referimos no capítulo anterior. A 23

de março de 1925, podia ler-se no periódico *A Batalha* uma descrição extraordinariamente negativa das casas do Casal Ventoso à época: “[...] aquilo não são casas, não são barracas, é um aglomerado de remendos, de retalhos que nunca estão completos, porque há sempre buracos para tapar, fendas a calafetar” (Antunes, 2017, p. 79). Para a década de 1960, há dados quantitativos que indicam o número de famílias a residir em bairros de habitações precárias em Lisboa. Em 1960 contavam-se 1280 famílias na zona designada como “Casal Ventoso” e 212 em “Casal Ventoso de Baixo”; em 1962-63, foram contabilizadas 1860 famílias na área indicada como “Casal Ventoso e Sete Moinhos” (Antunes, 2017, v. II, pp. 235-37).

Em 1974, após o 25 de Abril, a Associação de Moradores do Casal Ventoso envidou esforços no sentido de levar a cabo uma intervenção a nível habitacional no Bairro, no âmbito do célebre Programa SAAL³. Um total de 3600 famílias seriam afetadas pelo projeto, que não chegou a concretizar-se, apesar de o processo ter sido iniciado (Antunes, 2017). Para tornar possível um projeto SAAL no Casal Ventoso, a Associação de Moradores levou a cabo um levantamento das características sociodemográficas da população residente, assim como das suas condições de saúde e de habitação entre os anos de 1975 e 1977.

Segundo o documento, tratava-se de uma população estável, pois apenas cerca de 25% dos agregados contactados ali viviam há menos

3 De acordo com a legislação, o SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) tinha como objetivo apoiar, “através das Câmaras Municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários” (Despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, DG, I Série, 6 ago. 1974, 182, p. 873). Tratava-se de dar apoio a populações residentes em bairros de habitações precárias, no sentido de acederem ao direito à habitação e ao lugar, através da “promoção de intervenções sócio-urbanísticas que permitissem o realojamento da população, e que este ocorresse preferencialmente nas proximidades do local em que residiam” (Antunes, 2017, Volume I, p. 248).

de dez anos. Quanto às condições de habitabilidade, podemos ler que mais de metade dos agregados habitava em casas de duas a três divisões, incluindo a cozinha, e não possuía água canalizada. A maioria das casas pertencia a senhorios particulares que exploravam “o problema habitacional dos trabalhadores, chegando ao cúmulo de aproveitarem as traseiras das suas próprias habitações, construindo barracas sem as mínimas condições de uma habitação humana” (Resumo do Inquérito em curso no Casal Ventoso, 1977).

Não se tendo concretizado o projeto SAAL, o Bairro manteve-se precário até ao momento da demolição, apesar de muitas famílias terem realizado melhorias nas suas casas ao longo dos anos, sobretudo nas moradias mais próximas da Rua Maria Pia (Vila Amorim e partes do Casal da Viúva Teles). As alterações notavam-se sobretudo no tipo de materiais utilizados (Menezes, 1994). Na década de 90 do século XX, o tecido habitacional era constituído sobretudo por edifícios antigos e frágeis: 55% haviam sido construídos antes de 1919 (com uma segunda vaga de construção entre 1919 e 1945) e 97% não tinham sido edificadas em betão. Por sua vez a sua estrutura e características eram relativamente homogéneas – poucas janelas, portas e terraços camuflados, predomínio de espaços interiores e construção horizontal, com 91% dos edifícios a não superarem os dois pisos.

Nessa mesma década, o Casal Ventoso encontrava-se ainda entre os bairros de habitações precárias de Lisboa que possuíam mais de duzentos alojamentos (Antunes, 2017) e foi designado como Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) no sentido de ser incluído numa candidatura ao Programa *Urban*, que permitiu, posteriormente, levar a cabo a demolição do Bairro e o realojamento dos seus residentes.

As descrições que alguns dos nossos interlocutores, de várias idades, partilharam oferecem um retrato vívido da precariedade habitacional que as fontes acima citadas permitem identificar. Os relatos revelam que a falta de recursos económicos levava as famílias a habitar

espaços demasiado pequenos, atendendo ao número de membros, e a recorrer a expedientes de construção originais, assim como ao uso de objetos e materiais não convencionais para mobilar as casas. Foram os participantes mais velhos, com mais de 60 anos, que mais tempo dedicaram a descrever as suas condições habitacionais, como podemos ler nos excertos abaixo:

A minha casa era de madeira, parecia aquele filme ‘Sete Noivas para Sete irmãos’. Como não tinha cama para a minha filha, ao lado da minha cama, punha dois bancos e uma banheira. O meu chão era constituído por caixas do peixe, de madeira. Tirava-se as ripas de madeira e encerava-as. A casa foi construída no terreno onde a minha mãe morava. (Entrevista coletiva 2)

Eu ganhei-vos porque a minha mãe tinha uma casa abarracada, que não era muito grande, tinha duas paredes de tijolos e outras duas de madeira. Para terem uma noção, cabiam neste espaço [sala do projeto Alkântara no Bairro do Loureiro] quatro casas iguais à da minha mãe. Tínhamos uma pia de primeiro andar em pedra no quintal. Dormia com o meu irmão num divã, aos pés tínhamos uma mesinha de madeira com um candeeiro a petróleo e um fogão. Como não tínhamos janelas, o meu padraço fez uma greta na porta para que o ar circulasse. Só comecei a ter eletricidade aos 13-14 anos, antes disso tínhamos candeeiros a petróleo. (Mulher de 62 anos, entrevista coletiva 3)

Fica claro nestas descrições que, para muitas famílias, houve uma evolução positiva das condições de habitação ao longo das décadas: aumento da área construída, introdução de água canalizada e eletricidade, melhoramentos com materiais mais resistentes.

Figura 53. Interior de uma casa.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Figura 52. Crianças brincando à porta de casa.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Figura 54. À porta de casa.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

Percebemos pelos relatos que era fora de casa que se levavam a cabo muitas das atividades quotidianas, nomeadamente as de lazer: os pátios, as ruas, os comércios locais, os cafés e os clubes eram locais de permanência e vivência desta população.

MICROSSOCIABILIDADES DE PÁTIO

Um pátio pode ser definido como um microterritório habitado no seio de um bairro antigo, afastado da via pública e, portanto, pouco visível. Assume geralmente a forma de um corredor, em linha reta ou em ângulo, com casas de rés-do-chão ou primeiro andar, dispostas em ambos os lados ou apenas em um. Uma das suas características distintivas é a entrada única, assumindo o aspeto de um beco, com apenas um número de polícia para as várias casas que o compõem. Na cidade do Porto, este tipo de habitação é apelidado de *ilha*, em Lisboa pode chamar-se também *vila*.

Como parte do processo de revalorização simbólica que transformou os bairros socialmente estigmatizados do centro de Lisboa, habitados por uma população operária de condição modesta, em bairros *populares* (típicos, históricos), os pátios passaram a ser entendidos como pequenas aldeias de tranquilidade urbana, escondidos dos olhares e agitação externos, que estimulavam a densificação das relações de vizinhança (Cordeiro, 2010). No imaginário popular, *O Pátio das Cantigas* (filme de 1942) faz um retrato dessa mitificada vida de pátio, “baseada num forte controlo social, familiar e de vizinhança” (Cordeiro, 2010, p. 894).

Também no Casal Ventoso, os pátios constituíam um dos suportes das relações de solidariedade e sociabilidade, por abrigarem muitas vezes vários ramos de uma mesma família alargada e representarem o primeiro identificador de pertença local para muitos moradores (Menezes, 1994). Em meados dos anos 1990, estavam contabilizados cerca de 46 pátios e vilas que tornavam apertada a malha urbana do Bairro.

O pátio surge amiúde nos relatos de memória recolhidos no âmbito deste projeto, sendo associado aos temas da vizinhança e da sociabilidade, tal como tinha já sucedido nas entrevistas realizadas por um dos autores do livro nos anos 1990:



Figura 55. Vizinhos convivendo e roupa estendida num pátio do Casal Ventoso.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

De facto, a partir dos depoimentos obtidos e das observações realizadas, cremos que existem fortes razões para acreditar que os habitantes dos pátios estão envolvidos em redes sociais que têm o espaço do pátio e as relações de vizinhança que aí se estabelecem como principal suporte. É por exemplo habitual que, quando são questionados acerca de ‘quem são os seus vizinhos’, os habitantes respondam: *são as pessoas lá do pátio*. (Chaves, 1999, p. 150)

Podemos dizer que os pátios eram, para os seus habitantes, as primeiras instâncias de socialização fora da família nuclear. As pessoas do pátio eram vizinhos, mas muitas vezes eram também a família, visto que, à medida que os filhos nasciam e casavam, se iam acrescentando anexos às casas no interior do pátio, tal como se depreende do depoimento de um antigo residente que tem agora 42 anos.

ENTREVISTADO 3: A minha família vivia toda no Monte Prado, éramos sete irmãos. A minha infância foi boa e a adolescência associada ao tráfico de droga. Íamos para a piscina do Alvito. Íamos roubar papelão... O meu pai começou a apanhar papelão depois da reforma.

ENTREVISTADOR: O que fazia o seu pai?

ENTREVISTADO 3: O meu pai trabalhava numa fábrica de peixe.

[...]

ENTREVISTADOR: E a sua mãe?

ENTREVISTADO 3: A minha mãe trabalhava a dias, nas casas das senhoras em Campo de Ourique.

ENTREVISTADOR: E os seus avós?

ENTREVISTADO 3: Quando nasci, já não conheci os meus avós.

ENTREVISTADOR: Os seus avós também eram do Casal Ventoso?

ENTREVISTADO 3: Não. A minha mãe era de Lamego e o meu pai era do Montijo, mas foi viver para o Casal Ventoso. O pátio onde vivíamos era do meu pai.

ENTREVISTADOR: Como é que eles adquiriram o pátio?

ENTREVISTADO 3: Não faço ideia, só sei que ainda estou à espera de receber o dinheiro.

ENTREVISTADA 4: À medida que casavam, iam construindo anexos.
(Entrevista coletiva 6)



Figura 56. Vizinhos e roupa estendida num pátio do Casal Ventoso.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

O pátio é referido, por oposição ao prédio, como o lugar de relações coesas e conviviais, mas também de solidariedade. Emerge como uma

versão em escala reduzida do bairro-aldeia, a que já nos referimos, mais uma vez ilustrada por este homem de 41 anos:

Recordo-me, no Natal, no pátio onde vivia, fazíamos filhoses e rabanadas. Quando vivemos num pátio há mais convívio, há uma relação mais direta que não existe num prédio. Num pátio dá para perceber se a pessoa está bem ou mal e do que precisa. (Entrevista coletiva 7)

Em *Casal Ventoso. Da Gandaia ao Narcotráfico* (Chaves, 1999) sugerimos que muitas das características dos pátios terão sofrido alterações ao longo dos tempos, nomeadamente verificámos uma redução do número de habitantes, da densidade populacional e do número de crianças. Ao longo desse trabalho, o autor refere não ter observado muitos dos tipos de acontecimentos que os seus informantes lhe garantiam acontecer com frequência no passado, período em que eram jovens. por "Nesse mesmo estudo, não observámos já muitos acontecimentos que os informantes garantiam ter acontecido com frequência no passado, período em que eram jovens. Como referia um morador que em 1996 tinha 50 anos:

"[...], no passado, os pátios consistiam num verdadeiro espectáculo de luzes e cores onde estavam dezenas de crianças a brincar durante o dia nas escadas ou em casa umas das outras, ou seja, um espaço eminentemente infantil. Descrições semelhantes foram realizadas por outras pessoas em diversos grupos etários. Mesmo por habitantes com pouco mais de 20 anos que apontavam para as escadarias dos pátios, descrevendo-as como um território que na sua infância tinham utilizado como prolongamento da casa. Presentemente, tal não acontece." (Chaves, 1999a, p. 151).

Alguns relatos que recolhemos em 2018 vão igualmente no sentido da identificação do pátio como o lugar por excelência das brincadeiras das crianças:

As nossas brincadeiras eram sempre dentro do pátio. (Homem de 50 anos, entrevista coletiva 5)

Antes do 25 de Abril, não saía do Casal Ventoso de Baixo. Eu morava num pátio, na Vila Ruas, e, antes do 25 de Abril, ninguém brincava na rua. (Homem de 50 anos, entrevista coletiva 5)

Em suma, lugar de vivência da família alargada, com laços de consanguinidade ou não, os pátios funcionavam como espaços intermédios, entre a casa e o bairro, entre a família nuclear e a vizinhança mais distante. Eram ‘mundos’ particulares, onde a exiguidade, o fechamento espacial e a corresidencialidade, presentes por todo o Bairro, se acentuavam. Este facto, associado à baixa mobilidade social intergeracional, teve como consequência que cada habitação passasse a ser ocupada por várias gerações de uma mesma família. Esta proximidade física e social prolongada por várias gerações criou as condições para que os laços de vizinhança se tivessem tornado elementos fundamentais para a construção de relacionamentos prioritários, ou seja, para que o pátio se tenha convertido no núcleo das sociabilidades e solidariedades dos seus moradores. Isso não significa que os habitantes dos pátios não se relacionassem com pessoas residentes fora do pátio, no interior do Bairro, mas também noutras áreas da cidade ou, em menor grau, do país.

CLUBES E COLETIVIDADES LOCAIS

Os clubes tinham um lugar de destaque na vida pública do Casal Ventoso. Estas coletividades desportivas, de cultura e recreio eram lugares de lazer e de manutenção de redes e relacionamentos sociais. Para além disso, também providenciavam serviços fundamentais, entre os quais os banhos. Com efeito, durante décadas, muitas das casas não tiveram instalações sanitárias, chuveiros ou banheiras, e as

coletividades foram os locais onde as pessoas podiam suprir necessidades higiénicas, pagando por vezes uma pequena quantia. Foi o que nos contaram vários antigos moradores e moradoras, quer mais velhos, quer mais jovens:

ENTREVISTADA 4: O projeto tem muitas fotografias minhas no chafariz, não tinha água em casa. Até à Pimenteira, na serra, íamos buscar água.

ENTREVISTADOR: Onde tomavam banho?

ENTREVISTADA 4: Tomávamos banho nas coletividades, mas tínhamos de pagar. (Mulher de 69 anos, entrevista coletiva 2)

Eram também lugares de acesso a consumos culturais diversos, como a televisão (quando esta não era ainda presença assídua em todos os lares), jogos de mesa e, mais raramente, teatro e leitura. Além dessas funções ligadas à vida material dos residentes, os clubes faziam parte



Figura 57. Equipa do União D. C.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

da composição identitária de associados e simpatizantes. O emblema de um clube, tal como a sua sede, constituía um elemento tangível que objetivava o sentimento de pertença à associação e, por intermédio desta, ao próprio Bairro. Não restam dúvidas, porém, de que o futebol era a atividade mais importante neste universo. Sendo desportiva e recreativa, contribuía também para a construção da comunidade.

De facto, diversos acontecimentos, particularmente desafios ou torneios de futebol, foram importantes para os habitantes do Casal Ventoso produzirem sentimentos de identificação com o Bairro e, correlativamente, construírem e expressarem formas de oposição relativamente a outras regiões urbanas, ao longo do tempo.

Literatura publicada no final do século XX torna evidente que assim era em todos os bairros lisboetas ditos populares, lugares de residência das classes trabalhadoras de baixo estatuto socioeconómico, tal como Alfama e a Bica, para citar apenas dois exemplos (Cordeiro, 1997;



Figura 58. Equipa do União D. C.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

Costa, 1999). As associações tendiam a constituir-se como “sedes de estruturação e afirmação de grupos locais e redes de amizade, pontos de apoio para modos de vida e estratégias de influência em complementaridade ou rivalidade com outras fontes relacionais de recursos e poderes a nível local: actividades económicas e círculos profissionais, afinidades de origem geográfica e laços de parentesco, organizações políticas e grupos de pares” (Costa, 1999, p. 80).



Figura 59.
Adeptos do
União em jogo
de futebol.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Figura 60.
Convívio de
adeptos do
União.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Figuras 61A e 61B. Jogadores Federados do Lisboa F. C. na década de 1970.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

Em entrevistas filmadas no âmbito do projeto Memórias do Casal Ventoso, disponíveis no *Facebook*, vários antigos moradores falam de forma emocionada sobre os jogos e os clubes⁴. A palavra *família* é mencionada para caracterizar os membros de um mesmo clube, tal como para caracterizar os vizinhos, facto de que demos conta em páginas anteriores.



4 <https://www.facebook.com/pg/memoriascalventoso/videos>.



(Esta página e a anterior.)

Figura 62. Fotografias com futebolistas do Lisboa F. C., em diversos períodos.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Figura 63. Futebolistas do Lisboa F. C. comemorando vitória em 1969.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Figura 65. Notícia da vitória do União Desportivo Clube do Casal Ventoso na final do Campeonato de Amadores de futebol. A equipa não tinha o número de equipamentos necessários, mas pôde realizar o jogo graças à cedência de calções por parte de jovens adeptos que assistiam ao jogo.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

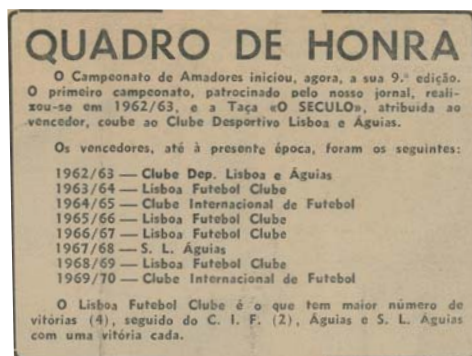


Figura 64. Quadro de honra com os vencedores do Campeonato de Amadores das épocas de 1962 a 1970. As equipas do Casal Ventoso dominavam a prova.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Figura 66. Campo da Lixívia.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

O Campo da Lixívia, localizado ao fundo da encosta junto da Avenida de Ceuta, era um lugar fortemente associado à vivência futebolística e clubística do Casal Ventoso e mantém-se vivo na memória dos nossos interlocutores pelos episódios de que foi palco, tornando-se um elemento iconográfico presente em várias fotografias panorâmicas do Vale de Alcântara. Outros lugares importantes, mas mais recônditos, ter-se-ão desvanecido por falta de imagens em circulação.



Figura 67. Emblemas dos clubes.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

Os clubes são ainda hoje uma forte referência local. É comum que, para explicar a alguém quem é determinada pessoa, se faça referência aos familiares, ao lugar onde vive ou onde vivia no Casal Ventoso e ao clube a que pertencia.

Com a demolição do edificado e o processo de realojamento da população, alguns clubes extinguiram-se – casos do União Desportivo Clube e do Unidos Futebol Clube –, mas outros tiveram oportunidade de se realocar junto da população. Do Casal Ventoso de Baixo, encontramos, na Quinta do Cabrinha, as sedes do Clube Desportivo Santo António de Lisboa e do Águias Recreativo Clube; do Casal Ventoso de Baixo para a Quinta do Loureiro vieram o Lisboa Futebol Clube e o Casalense Futebol Clube. Encontramos ainda, o Montepredense Sporting Clube na urbanização adjacente. Todos têm um café e dedicam-se a atividades recreativas e desportivas.

A existência de um número elevado de clubes no antigo Casal Ventoso e a memória de elevados níveis de participação popular, de uma efervescência na atividade clubística, particularmente a futebolística, e de entusiásticos sentimentos de pertença por parte dos associados e simpatizantes parecem ser elementos importantes para a matriz identitária do próprio Bairro, tal como se foi cristalizando no imaginário partilhado dos antigos residentes.

As coletividades eram predominantemente masculinas, apesar de algumas mulheres, sobretudo esposas de membros, também participarem na vida dos clubes e serem dos adeptos mais entusiásticos nos jogos de futebol e respetivos festejos. Eram também os homens quem claramente tinha predominância nos órgãos diretivos.

Um antigo morador, motorista reformado de 83 anos e membro da direção do União Desportivo Clube, falou-nos de várias outras funções que a coletividade desempenhava junto das populações, nomeadamente conviviais, recreativas, desportivas e também de controlo social, ou seja, de vigilância sobre o comportamento dos seus membros e eventual punição. Tendo em conta esta função, podemos dizer que pertencer à direção de uma coletividade concedia aos indivíduos, sobretudo homens, alguma importância estatutária no interior do Bairro.

ENTREVISTADORA: Então e o senhor [...] só gostava de jogar às cartas, ou alguma vez fez parte dos clubes ou associações que existiam lá?

ENTREVISTADO: Sim, eu era do União Desportivo Clube, que foi dos primeiros grupos desportivos que existiram no Casal Ventoso, fiz parte da direção também. Nós chegámos a roubar vigas de ferros – não vão fazer queixa à CP –, daquelas da parte de baixo, para fazermos o teto do União e reforçarmos o teto do União, íamos lá à noite e fazíamos a nossa vida.

ENTREVISTADORA: E o que é que gostava nessa vida associativa?

ENTREVISTADO: Do União? Era do convívio que eu gostava. Existia muito convívio e muito respeito pelas direções gerais, pelas direções dos

clubes. Hoje já não existe isso. Depois passei a ser do Santo António, ainda sou presidente da assembleia de lá, e não há o mesmo respeito como dantes.

ENTREVISTADORA: E como é que sentia esse respeito? Como é que ele se manifestava?

ENTREVISTADO: No Casal Ventoso? Então, por exemplo, havia um sócio que se portava mal, então era castigado. Fazia-se um papel e punha-se que ia ser castigado até à próxima reunião de direção, por exemplo. Ia também um papel para a vitrina. A partir do momento que ia para lá, aquele membro já não podia entrar mais lá dentro.

ENTREVISTADORA: E o que era portar-se mal?

ENTREVISTADO: Então, podia ser andar à tarefa, tratar mal a Direção, tratar mal qualquer pessoa lá dentro das instalações. Eram castigados até à próxima reunião da Direção, que acontecia todas as semanas. Depois a pessoa era chamada lá à Direção, para saber as causas do porquê daquilo ter acontecido; e depois a direção, no geral, é que via quanto é que castigava. Até podiam dizer que ele ia ser castigado durante 30 dias, e ele nesses 30 dias não podia lá entrar.

ENTREVISTADORA: Esses clubes eram recreativos, mas também eram desportivos, não eram? O senhor chegou a praticar algum desporto?

ENTREVISTADO: Sim, eu era guarda-redes. Mas foi uma brincadeira, porque uma vez deram-me um pontapé que nunca mais quis jogar.

ENTREVISTADORA: Então estava mais pela parte recreativa do que pela parte desportiva. Como é que o senhor começou a fazer parte desse clube e depois foi parar à direção?

ENTREVISTADO: Então, chamaram-me para lá porque a gente morava quase em frente ao União Desportivo Clube, quando já morava com a Laurinda. Depois, pronto, quando foi as assembleias pediram se eu queria ser da direção e eu disse tudo bem.

ENTREVISTADORA: E o que é que fazia lá?

ENTREVISTADO: Não fazia nada, fazia aquilo que já disse. Tínhamos reuniões de direção, víamos como as coisas estavam, quem rompe, quem

é que não rompe. Porque antigamente não havia esta coisa de tratarem dos bares, eram os próprios sócios que tratavam das coisas e algumas vezes até se enganavam e em vez de porem o dinheiro na caixa, até punham ao bolso [*risos*]. E isso acontecia sempre, quem entrasse para ao pé da gaveta, mesmo que fosse um homem sério, era sempre ladrão. Até podia ser o homem mais sério do mundo, mas as pessoas diziam logo que era ladrão, estava sempre lixado.

ENTREVISTADORA: Então já foi nos seus 50 anos que começou a sua vida associativa, em mais jovem não?

ENTREVISTADO: Não, não, em mais jovem não. (Entrevista individual 1)

Se, por um lado, roubar o dinheiro do clube era malvisto, por outro, furtavam-se bens a outrem para beneficiar a coletividade. A dualidade de julgamento em relação a este género de infrações está presente na vida associativa, mas também em outras áreas da vida do Bairro. Diz-nos um encarregado naval, hoje com 86 anos, que fundou e foi durante 40 anos tesoureiro de uma coletividade do Casal Ventoso, que ninguém queria ocupar o cargo de tesoureiro, o que pode estar relacionado com a grande responsabilidade de lidar com o dinheiro do clube e as desconfianças associadas a essa atividade:

ENTREVISTADO: No Casal Ventoso fundei uma coletividade e fui durante 40 anos tesoureiro da mesma, porque mais ninguém queria ocupar esse cargo. Inclusive, muitos dos moradores do Casal Ventoso iam lá tomar banho. Há uma placa na coletividade com uma notícia sobre os meus 40 anos como tesoureiro.

ENTREVISTADORA: Como é que o senhor se dividia entre o estaleiro e as responsabilidades que tinha do clube?

ENTREVISTADO: Quando trabalhava durante o dia, não estava lá. Mas havia pessoas que pagavam um X para explorar a coletividade. Quando as pessoas lá iam tomar banho, era a minha mulher quem abria a porta. (Entrevista individual 8)

Alguns clubes eram também lugares de produção de posicionamentos políticos e palco de atividades de cariz cívico. Numa das nossas entrevistas, um operário reformado de uma fábrica de vidros e antigo dirigente associativo, atualmente com 64 anos, recorda a sua militância na UDP; por sua vez, uma costureira de 62 anos, relembra as atividades políticas no Casalense, nomeadamente a projeção de filmes de “esclarecimento”, que contrastavam com a despolitização de grande parte da população do Bairro:

ENTREVISTADO 1: Frequentei a UDP, fiz parte do movimento “Casas sim, barracas não!”, fugi à polícia de choque, sempre fui uma pessoa ativa.

Fui presidente do Imparcial [...], do Unidos, do Lisboa. Havia alguma rivalidade entre os clubes do Bairro, mas depois todos se davam bem.

ENTREVISTADA 2: No Casalense foram feitas as primeiras reuniões para projetarem o Bairro do Cabrinha. Estive nos primeiros recenseamentos e tirei um curso no MPCD, mas como tive medo desisti. Em 1974, tinha 19 anos e andava a fazer recenseamentos. Um senhor que era gerente no Banco Espírito Santo disse-me: “Porque não te tornas militante?”. Nós não sabíamos o que era a política, tínhamos medo que as coisas virassem. Antes do 25 de Abril, não tínhamos noção do que era a política. Havia um senhor muito culto no Casal Ventoso, o Sr. Almeida, que era comunista e passava vídeos para crianças, no Casalense, com uma nuance política. De forma geral, a maioria das pessoas só soube quem era o Mário Soares e o Álvaro Cunhal quando eles regressaram. Nem meio por cento da população sabia o que era a política, com exceção dos trabalhadores fabris. (Entrevista coletiva 3)

Assim, é possível identificar ao longo do tempo coletividades relativamente politizadas, com atividades como a alfabetização ou o teatro e que acolhiam reuniões políticas; eram mais orientadas para fora do Bairro, nomeadamente para o meio operário de Campo de Ourique. Por seu turno, outros clubes eram orientados para dentro, para as

sociabilidades de rua e para as atividades de cariz recreativo ou caritativo. Apesar de algumas coletividades procurarem desenvolver atividade política, verificava-se uma baixa participação da população local em atividades desse teor, do mesmo modo que, ao longo das décadas, foi reduzido o número de protagonistas que “desenvolveram formas de congregação de interesses colectivos” (Chaves, 1999, pp. 101-102).

O Imparcial, fundado em 1914 e situado na fronteira do Bairro, é um exemplo de uma associação politizada e virada para fora. Alguns dos seus membros estiveram, em vários momentos, envolvidos na oposição ao regime do Estado Novo, pertenceram ao Partido Comunista e tomaram como inspiração outras associações politizadas de Campo de Ourique ou Alcântara. Durante as décadas de 1930 e 40, o Imparcial possuiu uma biblioteca clandestina que era frequentada por indivíduos, à época adolescentes, que viriam a tornar-se seus dirigentes na década de 1970. Em finais da década de 1960, início da de 70, várias atividades de intervenção sociopolítica foram ali realizadas: alguns grupos de estudantes universitários, residentes maioritariamente em Campo de Ourique, organizaram campanhas de alfabetização; e, em 1972, o diretor do Imparcial, em conjunto com um marceneiro que era membro da direção, encenou duas peças de Bertolt Brecht, cuja representação exigiu vigilância para prevenir eventual visita da PIDE. Em finais dessa década, a coletividade passou a ser menos frequentada e o seu público alterou-se. De uma associação ligada a outros bairros, com poucos sócios do Casal Ventoso e conhecida pela sua dedicação ao teatro e como local de encontro das famílias ‘estáveis’ do Bairro, passou a uma coletividade mais dedicada ao futebol, com um público maioritariamente local, atraído pelo desporto-rei (Chaves, 1999).

As coletividades tiveram também uma palavra na congregação e organização de atividades de solidariedade dirigidas à população mais carenciada. Um dos exemplos mais conhecidos foram as iniciativas do Casalense Futebol Clube, fundado em 1922. Nas décadas de 1930 e 40, o Casalense festejava o seu aniversário com uma cerimónia de

“bodo aos pobres”, que consistia numa festa em que eram servidos bolos e refrigerantes e na qual o clube oferecia, às famílias designadas pela Direção como as mais pobres, roupa para as crianças no valor de um escudo, feijão, açúcar, azeite, batatas e bacalhau. Nesta celebração caritativa, à qual comparecia o representante do Governo Civil, eram lançados foguetes e havia uma atuação da banda da fragata São Miguel, da Marinha portuguesa. A Comissão de Beneficência do clube organizava também outras festas para apoiar, por exemplo, pessoas desalojadas por incêndios ou desabamentos ou mesmo para suprir necessidades de manutenção da coletividade. Regra geral, nestas festas, o entretenimento ficava a cargo de fadistas, que atuavam gratuitamente, por terem ligações ao bairro (Chaves, 1999).

A RUA COMO LUGAR DE SOCIABILIDADE

Por contraposição às casas, na sua maioria, acanhadas e escuras, a luz, a cor e o movimento da rua eram atrativos para os moradores. Estar na rua contribuía para a sublimação da dura realidade quotidiana, como bem confirmou uma das nossas entrevistadas, de 63 anos:

Às vezes vínhamos para a rua para nos esquecermos da miséria e da fome. Podíamos dormir na rua, que ninguém nos fazia mal. (Entrevista coletiva 2)

Lugares de estabelecimento de sociabilidades e interações quotidianamente repetidas, as ruas do Bairro eram espaços públicos ‘domésticos’ (Koch & Latham, 2013), confortáveis e habitados coletivamente. Eram o palco de um “intrincado ballet dos passeios” (Jacobs, 1992, p. 50), do qual faziam parte as interações suscitadas pela venda ambulante. Os vendedores eram peças fundamentais dos ritmos, dos sons e dos cheiros das ruas do Bairro. Como nos foi relatado por duas

mulheres, com 63 e 69 anos, vendiam sobretudo comida e objetos e produtos para uso doméstico.

ENTREVISTADA 1: Íamos aos caracóis e aos figos.

ENTREVISTADA 2: À tarde pegava na giga, um cesto de verga, e ia vender fruta porta a porta, mais a tia Adelaide. Às vezes acordávamos ao som da fava-rica: Pimpi! Pimpi!

ENTREVISTADA 1: A Paola vendia as bolas quentinhas...

ENTREVISTADA 2: Cheia de pelos às vezes. Havia uma senhora, a tia Hortense, que vendia as larilolelas, um género de faturas. Tínhamos um senhor, o Fadocas, que vendia o pó TDT para as pulgas, a tia Emília que vendia os esticas, a tia Baunilha que vendia a baunilha, a tia Isabel leiteira, o petroleiro que andava com um burro e uma carroça a vender petróleo e lixívia. Tínhamos o padeiro que era o Vira Milho. (Entrevista coletiva 2)



Figura 68. Convívio na rua.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

Colocamos a hipótese de a constante presença de vendedores e vizinhos na rua – aquilo a que Jane Jacobs chama os *olhos da rua* (Jacobs, 1992) – ter contribuído para a sensação de segurança que nela se vivia, tornando-a lugar de brincadeiras das crianças e jovens. Nas memórias desta infância vivida na rua, com os outros do pátio, do Bairro, surge amiúde a ideia de uma felicidade ali conquistada *contra* a pobreza que balizava e condicionava a vida da grande maioria das famílias. Os jogos infantis tradicionais: o pica, o pião, o eixo, o futebol e também, durante

as décadas de 1950 e 60, o hóquei em patins, eram um componente nuclear dessa vida coletiva infantil que se assenhoreava do espaço exterior. Foram vários os entrevistados que mencionaram com pormenor estas práticas lúdicas.

Deixava a porta encostada caso precisasse de beber água e ia para a rua, brincar à bola, ao eixo, ao pica. Como na minha faixa etária havia poucas raparigas, tinha de brincar com os rapazes. Numa dada altura houve a moda do hóquei em patins, arranjámos um terreno e jogávamos com sticks improvisados. À noite, os pais sentavam-se à porta e nós brincávamos cá fora à vontade. Mas tivemos uma infância muito feliz. (Mulher de 58 anos, entrevista coletiva 4)

É como costume dizer: éramos felizes e não dávamos por isso, porque vivíamos em plena liberdade. A maioria das crianças frequentava a *Escola 6 em Campo de Ourique*. *Aos fins de semana toda a gente brincava na rua, fazíamos os jogos tradicionais que eram usuais nesta altura. Mesmo sendo pobres, tínhamos muita liberdade para brincar porque as pessoas nos protegiam. Apesar do Casal Ventoso ser composto por apenas três ruas, a de cima, a do meio e a de baixo, as pessoas separavam-se. Cada um tinha o seu espaço para brincar e não nos misturávamos. Ao sábado, depois de se realizarem os afazeres domésticos, os homens que trabalhavam na estiva traziam aquelas cordas grossas saltávamos todos à corda. Havia uma coisa que eu acho que se perdeu: a solidariedade e interação entre as pessoas* (Mulher de 62 anos, entrevista coletiva 3).

Lembro-me de em miúdo brincar na rampa, ao pé do chafariz. Havia tranquilidade porque a droga ainda não tinha chegado ao Bairro. Os rapazes jogavam hóquei, improvisávamos uma baliza e uns sticks. Não havia nada do que há hoje e por isso brincávamos na rua. (Homem de 41 anos, entrevista coletiva 7)

Mas a rua não era só das crianças, era um lugar privilegiado para a paródia, a brincadeira e as atividades de lazer de várias gerações de residentes. Dormir na rua é um facto recorrentemente mencionado pela população, cujas memórias remontam a períodos anteriores à década de 1980.

No verão vínhamos dormir para a rua, eram famílias inteiras pelo Bairro fora. (Mulher de 51 anos, entrevista coletiva 4)

Existia uma clara diferenciação de género na vivência dos espaços públicos, que se coaduna com análises feitas em outros bairros populares de Lisboa. Ainda no século XX, nos meios populares da capital, a rua tinha uma importância primordial para a identidade masculina. É certo que determinados espaços exteriores com finalidades definidas, como estendais de roupa e tanques de lavagem, eram sobretudo das mulheres; mas a rua propriamente dita era por excelência o lugar dos homens.

Ao longo da história do Casal do Ventoso, para além da rua, também alguns estabelecimentos comerciais com porta *para a rua*, como cafés, mercearias e até barbearias, se estabeleceram como lugares privilegiados para o desenvolvimento e densificação da vida coletiva. Muitas vezes, a atividade primordial destes estabelecimentos acabava por tornar-se secundária face à sua capacidade para congregar vizinhos e amigos em conversas breves ou longas. Ver televisão, antes da massificação dos aparelhos, era uma das atividades que se faziam em locais abertos ao público. Num deles, a célebre barbearia do tio Zé Barbeiro, que foi dos primeiros lugares a dispor de um televisor, podia ver-se televisão mediante pagamento. Uma conversa com três interlocutoras, com idades próximas dos 60 anos, atesta a multifuncionalidade desses locais:

ENTREVISTADA 3: Para vermos televisão também tínhamos de pagar ao tio Zé Barbeiro.

ENTREVISTADA 4: Pagávamos cinco escudos.

ENTREVISTADA 1: Íamos ver televisão à barbearia onde nasceu o Lisboa [Futebol Clube]. [...] Aquilo era uma barbearia, mas parecia um cinema! (Entrevista coletiva 2)

Como podemos ler acima, foi na concorrida barbearia com ecrã do tio Zé Barbeiro que acabou por nascer uma das coletividades com mais importância no mundo futebolístico do Casal Ventoso: o Lisboa Futebol Clube.

DO BAIRRO PARA A METRÓPOLE

As relações que os casalenses mantinham à escala da cidade e da metrópole eram sobretudo estabelecidas com residentes de bairros populares ou mesmo degradados que não se perfilavam, necessariamente, nas imediações do Casal Ventoso. As proximidades de classe e as relações de parentesco ditavam esse efeito. Como podemos ler em *Da Gandaia ao Narcotráfico* (Chaves, 1999), em resultado de dados recolhidos entre 1992 e 1996:

“[...] conhecemos diversos habitantes que mantêm relacionamentos noutras bairros degradados ou de habitação social para onde se transferiram parentes ou amigos, em processos de realojamento. Os bairros mais vezes referidos foram os da Boa Vista, Musgueira, Chelas e Fonte Santa. Outras pessoas, porém, estabelecem também encontros com colegas de trabalho e que residem, por exemplo, na Ajuda, Sacavém, Damaia ou ainda com pessoas que encontram habitualmente nas férias, nos fins-de-semana ou em outros momentos de lazer (conhecemos casos de relacionamentos estabelecidos, por exemplo, em parques de campismo da Costa da Caparica).” (pp. 150-151).

Das entrevistas realizadas, destaca-se também uma forte ligação ao bairro de Campo de Ourique, próximo e acessível fisicamente, mas considerado longínquo e inacessível socialmente. A isso se fez alusão no capítulo anterior, através do testemunho de um homem com cerca de 40 anos, que referia Campo de Ourique como um bairro *in e xpto* e o Casal Ventoso como a *faixa de Gaza*. Um outro homem, com idade próxima, refere algo semelhante:

Sempre pensámos em sair daqui, mas o trabalho é já aqui ao lado... temos a vida toda aqui. [...] mesmo que quiséssemos viver em Campo de Ourique, não tínhamos poder económico. (Entrevista individual 12)

Figura 69. Excursão de habitantes do Casal Ventoso.

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



Figura 70. Passeio de habitantes do Casal Ventoso (dançando fora da camioneta).

Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.



SOCIABILIDADE E VIZINHANÇA EM CONTEXTO DE NARCOTRÁFICO

A narrativa mais forte nesta recolha de memórias é a de que, apesar da pobreza e da imagem externa negativa, era bom viver no Casal Ventoso. A esta visão mitificadora do Bairro e do valor da vida comunitária, sucedem-se, no entanto, recordações e juízos a propósito de como o tráfico impôs alterações de sinal negativo à vida quotidiana e às formas de sociabilidade que ali se estabeleciam. As frases seguintes, a primeira de uma mulher de 62 anos e a segunda de um homem de 49, ilustram bem essa viragem na memória coletiva local: a ideia de “perda” é a que mais se destaca.

Quando a droga começou a subir, perdeu-se a liberdade e, sucessivamente, o respeito e a solidariedade. (Entrevista coletiva 3)

As melhores recordações do Casal Ventoso são os amigos de infância, as piores foram o tráfico, o consumo e as muitas pessoas que morreram por causa da droga. (Entrevista coletiva 6)

A identificação do Bairro como um “espaço de destruição” – e da droga como causa – esteve também presente em entrevistas realizadas no final dos anos 1990 no âmbito do estudo *Da Gandaia ao Narcotráfico* (Chaves, 1999). O que demonstrávamos nesse estudo é que grande parte dos envolvidos no tráfico concordava e havia incorporado a ideia de que o tráfico era um ato negativo e de que, em certa medida e em certos momentos, sentia estar a cometer uma infração, não só criminal mas moral, pelo facto de se encontrar associada a essa atividade. Nas avaliações locais a população descrevia os traficantes como indivíduos que, embora estivessem mais ou menos conscientes dos malefícios dessa atividade, não tinham conseguido resistir ao apelo do “dinheiro fácil”. Ou do *dinheiro chorado*, como significativamente a família de uma entrevistada o designava, com o propósito de censurar moral e emocionalmente a sua proveniência.

O tema do dinheiro fácil, ou seja, do dinheiro que se ganhava facilmente, mas que se gastava com igual celeridade, continuou a estar bem presente nas entrevistas que realizámos no momento presente. Atentemos no conteúdo dos diálogos que se seguem. O primeiro ocorreu entre duas antigas moradoras do Casal Ventoso:

ENTREVISTADA 1: O meu pai dizia que isto era dinheiro chorado, porque as pessoas ficam destruídas. Vivem e ganham dinheiro enquanto vendem e depois ficam iguais aos demais.

ENTREVISTADA 2: Isto é um vício, tanto para quem vende como para quem consome. Só meia dúzia é que se safou. É um ciclo vicioso.

ENTREVISTADA 1: A minha geração [hoje com 50/60 anos] foi um descambar, hoje ninguém está bem na vida.

ENTREVISTADA 2: Houve pessoas que foi só para aquele fim, arranjaram dinheiro dessa forma para safarem os familiares.

ENTREVISTADOR: É um pouco a ideia de viver bem durante um período de tempo?

ENTREVISTADA 2: Sim... (Entrevista coletiva 2)

O segundo diálogo teve a presença de quatro antigos residentes, dois homens e duas mulheres, que discordavam relativamente ao grau de envolvimento no tráfico da população local:

ENTREVISTADO 1: Na fase final do Bairro, era bastante complicado.

ENTREVISTADA 2: Nos últimos 5, 7, 10 anos, a maioria das pessoas [envolvidas no tráfico] não moravam no Casal Ventoso.

ENTREVISTADO 1: Casal Ventoso? Esquece! Sabes aquele filme “Feios, porcos e maus”? Éramos nós...

ENTREVISTADOR: Como foi a experiência de viverem num bairro. associado ao tráfico...?

ENTREVISTADO 1: De uma maneira ou de outra, quase todos [estavam no tráfico]. Ganhava-se bem.

ENTREVISTADO 3: Fiz tudo, estive preso. O meu irmão esteve preso mais tempo. Foi preso com 18 anos. O problema nem era estar preso, era a minha mãe.

ENTREVISTADOR: Depois de estar preso, voltou para o tráfico?

ENTREVISTADO 1: Com aquela idade os miúdos metiam-se todos na droga.

ENTREVISTADA 4: O meu pai sempre foi contra essas vidas. O meu pai, a minha mãe e irmãs nunca se meteram nisso. Mas tive primos e tias que estiveram envolvidos no negócio.

ENTREVISTADO 1: Fiquei tentado em entrar no tráfico.

ENTREVISTADO 3: Lembro-me de ir para o Gerês de 5 estrelas ver o Benfica.

ENTREVISTADA 2: O dinheiro era guardado em alguidares grandes.

ENTREVISTADA 4: Havia tanto dinheiro naquela altura que eles enrolavam aquilo nas notas.

ENTREVISTADA 2: Uma vez vi uma nota de 1000 escudos e não a apanhei. Virei-me para um miúdo e disse: Ó miúdo, está ali uma nota de 1000 escudos. Ele deve ter pensado: que maluca...! (Entrevista coletiva 6)

As mudanças de estatuto económico de alguns moradores e famílias, que ocorreram em resultado do aumento exponencial dos rendimentos dos indivíduos envolvidos no comércio de drogas, provocaram, segundo alguns moradores, um esfriamento dos vínculos vicinais. Um homem de 41 anos, por exemplo, responsabilizou o tráfico pela disrupção das relações de proximidade:

ENTREVISTADOR: Lá em cima, no Casal Ventoso, à medida que as coisas se foram alterando, a relação entre as pessoas também mudou?

ENTREVISTADO: Aquilo só começou a alterar na altura em que a droga entrou no Bairro, em que as pessoas começam a ganhar dinheiro com isso e começam a alterar os estatutos de cada um lá dentro. Começou um ciclo em que as pessoas tentam ganhar a sua sorte. O que leva as pessoas a entrar nisto é ganhar dinheiro. (Entrevista coletiva 7)

Ainda assim, mesmo nessa época, encontramos memórias ligadas à solidariedade dentro da comunidade, em alguns casos, aos toxicod dependentes não autóctones que se encontravam num estado de especial degradação física, e que viviam acampados na encosta do Manez ou nas colinas envolventes, como se depreende desta conversa com duas mulheres de 63 e 69 anos:

ENTREVISTADA 4: Ajudámos muitos toxicod dependentes, à minha janela juntava-se tudo.

ENTREVISTADA 2: Havia uma senhora que ajudava muito os toxicod dependentes. Quando ela morreu, foram todos ao seu funeral chorar a sua morte.

ENTREVISTADA 4: Ela também vendia, mas era amiga deles. (Entrevista coletiva 2)

Percebemos, ainda durante a fase de entrevistas, que, mesmo as pessoas hoje com quarenta e poucos anos, que viveram as suas primeiras duas décadas num Bairro progressivamente dominado pelo tráfico e consumo de drogas, continuavam a referir a existência de relações quotidianas de sociabilidade e das redes familiares e vicinais de solidariedade, argumentando que estas haviam sobrevivido ao advento do comércio ilegal. Nas conversas que se seguem, respetivamente com um homem e uma mulher, ambos de 42 anos, falou-se da continuidade da entreaajuda, que o tráfico não estiolou na totalidade:

ENTREVISTADO 1: A minha infância foi boa, tinha os meus amigos. É o que posso dizer...

ENTREVISTADOR 1: Como era a vida no Bairro, consegue descrever?

ENTREVISTADO 1: As pessoas trabalhavam, ajudavam-se uns aos outros. Fui viver com os meus tios. O meu tio trabalhava nas linhas dos comboios. Andei na escola até ao 6.º, mas tive de desistir para ajudar os meus pais. (Entrevista coletiva 6)

As pessoas hoje em dia não dividem; se me faltasse uma batata, davam-ma. Já não há partilha, as pessoas estão mais individualistas. (Entrevista coletiva 7)

Um dos entrevistados, com 73 anos, que participou na conversa com o grupo mais idoso, fez questão de salientar que, mesmo no período do tráfico, o Casal Ventoso era um local melhor do que aquele onde vive atualmente; refere também que a droga era uma realidade alheia ao Bairro, querendo com isto dizer que as atividades que lhe estavam associadas eram sobretudo realizadas por pessoas vindas do exterior.

Isto aqui é cem vezes pior do que no Casal Ventoso. O Casal Ventoso era um Bairro familiar. A droga não tem nada a ver com o Casal Ventoso, [o Bairro] é muito anterior a isso. (Entrevista coletiva 1)

Em resumo, entre um primeiro tipo de discurso, que defende que o comércio de drogas afetou e desmantelou as relações de solidariedade, e um segundo, que contesta que aquele as tenha destruído (até porque, segundo alguns moradores, era realizado por “pessoas de fora”) – predomina uma terceira posição, mais moderada, que defende que o tráfico efetivamente degradou as relações vicinais, mas que o fez de forma progressiva e nunca absoluta. Nas palavras de uma mulher de 58 anos, a própria entrada do tráfico no Casal Ventoso consistiu num movimento lento, como afirma, por analogia, suceder hoje em dia nos bairros de realojamento:

O que me assusta é começar a haver movimento de tráfico de droga [no lugar onde vive agora]. Temos a ideia de como começou lá em cima, devagarinho. (Entrevista coletiva 6)

Em *Da Gandaia ao Narcotráfico* (Chaves, 1999), tivemos oportunidade de analisar em que medida a comunidade foi afetada pela

instalação do narcotráfico. Muitos valores de solidariedade e de proteção de *filhos do bairro* continuavam a estar presentes, como o demonstrava a grande circulação de frases como *defender* ou *não chibar um filho do Bairro*, repetidas em múltiplos momentos. A persistência dessas relações internas de solidariedade tornava-se nítida também na existência da prática do *dar à fuga*. O *dar à fuga* era uma forma de pressão exercida por dezenas de moradores sobre agentes policiais que tinham detido algum *filho do bairro* numa das ruas do Casal Ventoso: as pessoas cercavam esses agentes e tentavam aproximações consecutivas, realizadas individual e coletivamente com o objetivo de libertarem o indivíduo detido. Quando finalmente o detido era libertado, os habitantes envolvidos corriam ao seu lado, interpondo-se entre ele e os agentes policiais, impedindo que fosse novamente capturado ou baleado. Ora, participavam nesse *dar à fuga* alguns indivíduos que não tinham ligações ao comércio de drogas, mas que entendiam estar ligados aos detidos por vínculos morais e afetivos. Este género de ação coletiva demonstrava que, pelo menos em parte, as ligações de amizade e de vizinhança sustentadas numa conceção de vizinhança alargada haviam persistido, não obstante a instalação do tráfico.

É no entanto inegável que as memórias da vida pública do Bairro nos seus últimos anos de existência, quando se deu a intensificação do negócio da droga, nos sugerem que as ruas deixaram de ser lugares de encontro, espaços públicos “domésticos”, para passarem a ser, essencialmente, lugares de trânsito, tornando-se igualmente muito mais inseguras. Fica clara, nas palavras de várias antigas moradoras que abaixo se transcrevem, uma profunda alteração do quotidiano e dos seus ritmos. Uma mulher de 58 anos falou-nos, por exemplo, da visibilidade que os seus espaços quotidianos ganharam: *A minha casa aparecia sempre na televisão* (mulher de 58 anos, entrevista coletiva 2).

Outra, de 51 anos, refere-se ao bulício que tomou conta do Bairro, a ponto de, em movimento e ruído, se tornar semelhante à Baixa de Lisboa. Os consumidores, esses eram, nas suas palavras, provenientes

de todas as classes sociais, como a variedade das indumentárias permitia comprovar.

Nasci lá, apanhei as várias etapas. Já no final tornou-se impossível viver lá. No Casal Ventoso tinha uma casa melhor que esta, embora houvesse sempre muito barulho. Aquele movimento de pessoas parecia a Baixa de Lisboa. Às vezes o barulho era tanto que abria a janela e dizia: como é que eu vou trabalhar amanhã? Mas iam lá indivíduos de todas as classes sociais, não era só desgraçadinhos, como os de fato e gravata. A maior parte das pessoas que estavam no negócio não eram do Casal Ventoso. (Entrevista coletiva 4)

Uma outra vizinha, de 63 anos, compara o Bairro a um cenário de filme de ação dos anos 1990, e, uma vez mais, refere os ganhos de visibilidade negativa:

Nós acordávamos ao som do ‘uga’, queríamos entrar na nossa casa e tínhamos de pedir licença. Uma vez parecia que estávamos no filme do Rambo. Até filmavam as nossas casas sem termos nada a ver com o negócio. (Entrevista coletiva 2)

A presença constante das forças de autoridade foi uma mudança no quotidiano, que uma interlocutora de 71 anos qualificou como negativa:

Nos últimos 10 anos queria sair para a rua e não conseguia, só via polícias. Quando me deram a casa, adorei vir para aqui, mas agora estamos abandonados. (Mulher de 71 anos, entrevista coletiva 1)

Para além do tráfico de droga, outro elemento que os nossos interlocutores apontam como tendo provocado mudanças nas dinâmicas comunitárias foi o processo de realojamento no final dos anos 1990,

início de 2000, como podemos ler nas conversas abaixo, entre interlocutores dos dois grupos mais jovens (40-49 anos). No primeiro excerto, os vizinhos destacam que as pessoas continuam a estar próximas, mas já não estão unidas, não convivem, avançando como explicação a ausência de distrações:

ENTREVISTADOR: Se lá em cima as pessoas eram unidas, o que é que mudou já que são as mesmas pessoas?

ENTREVISTADO 1: As pessoas conhecem-se, mas já não têm convivência.

ENTREVISTADOR: Qual a sua opinião sobre este Bairro?

ENTREVISTADO 4: Não é um Bairro unido!

ENTREVISTADOR: Continuam a relacionar-se com as pessoas de lá de cima?

ENTREVISTADO 1: Dou-me bem com toda a gente.

ENTREVISTADA 2: Falta aqui qualquer coisa para as pessoas se distraírem.

ENTREVISTADA 1: Muita gente no Cabrinha aprendeu a lição. Prefiro andar sozinho do que andar com algumas pessoas. (Entrevista coletiva 6)

O segundo excerto é especialmente rico, pois refere a influência não só do tipo de construção – prédio ou pátio – sobre a convivialidade, mas também das mudanças estruturais da sociedade, como a crescente individualização, na convivialidade. Atribui-se, portanto, o enfraquecimento da natureza das relações sociais a uma dupla causalidade, ao mesmo tempo física e cultural. Adicionalmente, o excerto permite entender uma continuidade na degradação das relações, que se iniciou com o tráfico de droga e continuou com o realojamento.

ENTREVISTADO 1: A parte boa do Casal Ventoso era aquilo que existia entre as pessoas. Recordo-me, no Natal, no pátio onde vivia, fazíamos filhoses e rabanadas. Quando vivemos num pátio, há mais convívio, há uma relação mais direta que não existe num prédio. Num pátio dá para perceber se a pessoa está bem ou mal e do que precisa.

ENTREVISTADA 2: As pessoas hoje em dia não dividem, se me faltasse uma batata davam-ma. Já não há partilha, as pessoas então mais individualistas.

ENTREVISTADOR 1: Lá em cima, no Casal Ventoso, à medida que as coisas se foram alterando, a relação entre as pessoas também mudou?

ENTREVISTADO 1: Aquilo só começou a alterar na altura em que a droga entrou no Bairro, em que as pessoas começam a ganhar dinheiro com isso e começam a alterar os estatutos de cada um lá dentro. Começou um ciclo em que as pessoas tentam ganhar a sua sorte. O que leva as pessoas a entrar nisto é ganhar dinheiro.

ENTREVISTADA 2: Se houver fome, continuamos com fome. E no antigo Casal Ventoso tínhamos montes de ajudas.

ENTREVISTADO 1: No outro dia estava a falar com uma senhora da Junta de Freguesia e ela disse que só passa fome quem quer.

ENTREVISTADA 2: Pois, mas isso não corresponde à verdade.

[...]

ENTREVISTADOR 2: De que forma é que a entrada da droga alterou as relações entre as pessoas e o bairro em si?

ENTREVISTADO 1: Quem ganhou dinheiro ganhou, e quem não ganhou não ganhou. Quem melhorou a sua vida saiu do bairro. Acho que este é o melhor sítio para viver em Lisboa. Há acesso para todo o lado sem se chatearem muito. Pode ter uma falha ou outra de transportes.

ENTREVISTADA 2: Aqui faltava uma caixa de multibanco, um mini-mercado com peixe e carne, para os idosos que têm dificuldades de mobilidade.

ENTREVISTADOR 2: Gosta de viver aqui ou gostava mais de viver no Casal Ventoso?

ENTREVISTADA 2: Gosto de viver tanto num lado como noutro. Sou respeitada, amiga, e as pessoas também são amigas. Antes havia mais companheirismo e amizade, as pessoas não têm o mesmo sentimento. (Entrevista coletiva 7)

As duas entrevistas anteriores fornecem pistas valiosas para entendermos uma das questões que persistiu ao longo da recolha: a descontinuidade entre a vida de bairro retratada nos relatos de memórias e as narrativas sobre a vida pública e as sociabilidades locais nos bairros de realojamento, quando uma parte considerável da população se mantém a mesma, a residir em relativa proximidade. Sugerimos a seguinte interpretação: as duas ruturas significativas vividas por esta população – o tráfico de droga e a demolição do Bairro –, associadas às continuadas más condições materiais de existência, às típicas formas institucionais e burocratizadas de relacionamento que envolvem um processo de realojamento e à inserção num bairro social, que por definição sofre de estigma social, reforçam o isolamento da população, penalizando, ao mesmo tempo, a qualidade das relações internas.

Vários habitantes referiram, em conversas informais, que a população não foi suficientemente ouvida nem chamada a participar nas tomadas de decisão relativamente ao seu próprio realojamento; outros defenderam que a população não foi devidamente preparada. É o caso de um homem de 64 anos, que utiliza mesmo a palavra *empurraram-nos* para dar conta do processo:

Hoje em dia não há o convívio que havia lá em cima, houve muita coisa que morreu. Anteriormente, fazíamos os bailaricos dos santos populares. Mandaram-nos cá para baixo. Antes de haver o tráfico aquilo era maravilhoso, era um Bairro excecional. Houve muita coisa que morreu, hoje em dia já não existe o convívio que existia lá em cima. Tínhamos o homem dos gelados, o tio Mila dos Esticas, o Zé Porco. E depois empurraram-nos cá para baixo sem nos prepararem minimamente. (Entrevista coletiva 3)

É muito provável que a avaliação negativa da forma como foi efetuado o realojamento e da vida coletiva nos novos bairros tenha contribuído para a consolidação de memórias positivas sobre a vida no antigo Casal Ventoso, de que este capítulo deu testemunho.

6. NOTA CONCLUSIVA: CASAL VENTOSO, UM NOVO E VELHO PONTO DE PARTIDA

Este livro constitui um dos resultados do projeto *Memórias do Casal Ventoso*, desenvolvido no âmbito do Programa BIP-ZIP da Câmara Municipal de Lisboa. Como a designação indica, procurou-se, com esse projeto de intervenção, promover um exercício de reconstituição da memória do bairro do Casal Ventoso, contribuindo, também por essa via, para a construção de uma nova identidade territorial, ancorada na Quinta do Cabrinha, no Bairro do Loureiro e no Bairro Ceuta Sul. Como sabemos, a grande maioria das populações que aqui residem possui uma origem socioespacial comum. Não foram, portanto, transferidas aleatoriamente de lugares dispersos da área metropolitana para um novo conjunto de edifícios que, há vinte anos, foram construídos de raiz. Vários eram os indícios de que, por inexistência dessa memória coletiva, nunca se havia desenvolvido um sentimento de pertença relativamente a estes novos territórios, nem cultivado, com raras exceções, formas de organização coletivas orientadas para a prossecução de desígnios comuns, em especial para a melhoria das condições habitacionais e ambientais dos bairros de realojamento.

Uma certa negligência a que, presentemente, são votados vários espaços comuns poderá ter a ver, em parte, mas apenas em parte, com esse problema – a inexistência de uma ligação emocional da população aos bairros de realojamento onde foi instalada. E se assim for, se este deslaçar de vínculos entre os habitantes e o lugar onde habitam, for resultado de uma crise identitária coletiva e da ausência de um “processo de luto”, para utilizar as palavras de Filipe Santos, presidente do

Projecto Alkantara, é provável que a deterioração dos novos bairros se venha a intensificar, à medida que as gerações que viveram o Casal Ventoso e que poderão contribuir para a construção dessa memória comum forem desaparecendo.

Na mesma medida, corre-se o risco de se perder um conjunto de ligações e vínculos fortes de carácter familiar e vicinal, assim como formas de solidariedade, que se foram tecendo ao longo de décadas. Seria muito grave desperdiçar esse património – sabemos o quanto, em Portugal, a “sociedade-providência” tem sido fundamental para suprir as limitações e debilidades do Estado-Providência. A solidariedade intergeracional é aqui especialmente importante, se tivermos em mente a reduzida mobilidade dos mais velhos, agravada pela construção em altura e pela relativa distância espacial daqueles com quem estabeleciam vínculos próximos, regra geral, a população do pátio em que habitavam.

Foram estes problemas e estímulos que levaram o Alkantara e demais parceiros a lançar este projeto.

Em *Casal Ventoso revisitado* esteve sempre presente a intenção de recuperar as memórias quotidianas da população do Casal Ventoso, em moldes que permitissem contrapô-las à imagem de *lugar maldito* que lhe ficou definitivamente associada desde os anos 1990. Demos assim conta das sociabilidades, das solidariedades e dos lugares onde estas se expressavam quotidianamente. Falámos também das relações familiares entretecidas nas de vizinhança; da vida de todos os dias, partilhada em espaços como os pátios, as ruas e as coletividades; das festas e comemorações; da entreajuda para fazer face às inúmeras dificuldades. No fundo, foram estes aspetos que forjaram a existência de uma comunidade no bairro do Casal Ventoso, ao longo do século XX. Parte dos materiais que documentam estas vivências comunitárias está disponível, graças ao projeto *Memórias*, no Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso, e ainda, em registo virtual¹, bem como num filme documental.

¹ <https://www.facebook.com/memoriascalventoso/>.

No entanto, a recordação do Casal Ventoso é também a memória do estigma e da pobreza, das condições de existência de uma população que se manteve ao longo de gerações numa situação de especial debilidade face ao mundo do trabalho, caracterizada por remunerações particularmente baixas e precárias, por atividades estatutariamente pouco ou nada valorizadas, assim como por um quadro de desemprego duradouro. E é também a memória da sua exclusão maciça da instituição escolar, instituição que, apesar das contradições que enfrenta na consagração do ideal meritocrático que ela mesma veicula, continua, de facto, a ser o principal “elevador social”, não apenas de ascensão a posições estatutária e materialmente mais compensadoras, mas também da possibilidade de se realizarem gostos, apetências e vocações individuais.

Foi a constatação desta dupla exclusão – laboral e escolar – que nos levou, no longínquo ano de 1999, a afirmar que, se a intervenção neste bairro contasse “unicamente com o mero realojamento ou apenas com a abertura de ruas que permitissem ‘terminar com o *ghetto*’, devíamos ter presente que apenas se conseguiria demover daquele local o tráfico” (Chaves, 1999, p. 345). O que pretendíamos, no fundo, sugerir era que, se a intervenção em curso visasse apenas a transformação do espaço físico, ambas as exclusões continuariam a persistir, persistindo também os intensos e complexos efeitos de ricochete que desencadeiam em múltiplas esferas da existência coletiva e individual.

Ora, volvidos vinte anos sobre o realojamento, que efeitos positivos ocorreram sobre essa dupla exclusão em resultado da megaoperação de urbanismo então levada a cabo, assim como dos projetos de intervenção social desenvolvidos durante o período de vigência do Urban II, que se estendeu até 2009?

A resposta rigorosa a esta questão só poderá ser uma: não é possível determinar com exatidão – não sabemos. É uma resposta surpreendente e desconcertante, se tivermos presente a importância que o projeto de reconversão do Casal Ventoso assumiu para a cidade de

Lisboa. Responder a esta dúvida de forma cabal contribuiria, tanto para intervir de forma mais informada nos bairros de realojamento construídos nas margens da Avenida de Ceuta, como para intervir, de forma robusta, em regiões congéneres de Lisboa, ou mesmo noutros contextos urbanos a nível europeu.

Infelizmente, a avaliação e a monitorização tiveram um âmbito limitado. Não dispomos, desde logo, de dados censitários trabalhados de forma sistemática que nos permitam confrontar a situação antes e depois do realojamento, nomeadamente indicadores cruciais acerca da situação da população perante o trabalho ou acerca dos níveis de instrução. Segundo foi possível apurar, apenas em 2008 se realizou uma inquirição no quadro do desenvolvimento de um “diagnóstico sociodemográfico e económico do Vale de Alcântara” (constituído pelos Bairros Quinta do Cabrinha, Ceuta Norte e Ceuta Sul) (Basílio *et al.*, 2008), promovido pelo Projecto Alcantara, e um levantamento produzido com base nos dados da Gebalis, mais recente, mas apenas centrado na Quinta do Cabrinha (Brito *et al.*, 2012).

Se observarmos, porém, e pela primeira vez, os dados censitários disponíveis acerca dos quarteirões correspondentes às zonas de realojamento, nada faz crer que, pelo menos até 2011 (dados do último recenseamento), as alterações tenham sido substantivas.

Considerando os últimos dados disponíveis do recenseamento de 2011, verificamos que, contabilizando em conjunto a Quinta do Cabrinha e o Bairro do Loureiro, a percentagem de “desempregados à procura de emprego” era sensivelmente o dobro da que obtínhamos para o concelho de Lisboa – 8,3% para 4,5%. A relação invertia-se no caso dos empregados: a proporção destes era de 34,4% para o total dos bairros Quinta do Cabrinha e do Loureiro, e de 41,9% para a capital.

Não foi possível analisar até agora um conjunto de informações mais pormenorizadas acerca da “qualidade do emprego”, nomeadamente os dados censitários relativos aos “grupos profissionais” e aos “níveis de rendimento”. Ainda assim, conhecendo-se a estreita relação existente

entre a qualidade do emprego e os níveis de escolaridade, observemos os dados acerca destes últimos. A evidência torna-se, então, esmagadora: apenas 0,5% dos habitantes da Quinta do Cabrinha, somados aos do Bairro do Loureiro, haviam concluído o ensino superior, contra 27,1% para o concelho de Lisboa. Esta é uma realidade bastante específica dos bairros em questão, uma vez que os valores para as freguesias de Alcântara (22,6%) e Santo Condestável (25,3%) se encontram muito mais próximos do valor médio da cidade. Por seu lado, de entre a população que se encontrava a estudar, apenas 4,6% dos indivíduos frequentavam o ensino superior, contra 31,1% no município de Lisboa (30,9% em Alcântara e 27,8% em Santo Condestável). Mais animador, porém, é registar que 14,2% continuavam a frequentar o ensino secundário (não muito menos do que no concelho de Lisboa, onde esse número ascendia a 17,8%, sendo de 17,7% na freguesia de Alcântara e de 18,2% na freguesia de Santo Condestável). Terão transitado esses jovens para o ensino profissional ou superior, ou terão abandonado a escola uma vez concluído o secundário, ou mesmo antes? Eis uma informação que seria crucial apurar.

É possível que os dados do censo de 2021 possam trazer novos sinais de alento. Por ora, somos conduzidos à hipótese de que os efeitos positivos que o projeto Urban teve para a melhoria das condições de vida dos milhares de toxicod dependentes que transitavam diariamente no Bairro, e para os cerca de quinhentos que aí permaneciam, assim como para a própria estratégia nacional de luta contra a droga, não se repercutiram com o mesmo êxito na população autóctone do ex-Casal Ventoso.

Assim, depois dos vários projetos realizados nas últimas duas décadas, de que este *Memórias do Casal Ventoso* é um exemplo, talvez valha a pena interrogarmo-nos acerca de que rumo devemos seguir no futuro no sentido de alcançar resultados mais substantivos nos capítulos decisivos do trabalho, da escolaridade e das qualificações da população.

A intervenção, considerada no seu conjunto, tem sido desenvolvida de forma sistemática, articulada, alicerçada em projetos duradouros e dotada dos recursos necessários? Tem envolvido todos os agentes relevantes, nomeadamente os estabelecimentos escolares? Tem assentado de forma inequívoca e sem hesitações no princípio de que, para se atingir uma genuína igualdade de oportunidades, as populações menos favorecidas pela distribuição dos benefícios da cooperação social devem ser compensadas, como postula John Rawls no celebrado *Uma Teoria da Justiça* (Rawls, 1993 [1971])?

Os dados censitários que apresentámos e as questões que acabámos de esboçar não pretendem propor uma visão negativa do cenário social existente, nem da intervenção realizada. Visam apenas fixar de forma realista os termos da situação em que nos encontramos, que é, também, o novo ponto de partida.

REFERÊNCIAS

- Almeida, P. R. de, & Koury, Y. A. (2014). História oral e memórias. Entrevista com Alessandro Portelli. *Revista História & Perspectivas*, 27(50), 197-226.
- Alves, M. (1948). *O Casal Ventoso: um bairro à parte*. Lisboa: Escola Superior de Serviço Social.
- Antunes, G. (2017). *Políticas Sociais de Habitação: Espaço e tempo no concelho de Lisboa (1820-2015)*. Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial. Lisboa: NOVA FCSH.
- Barata Salgueiro, T. (1992). *A Cidade em Portugal. Uma geografia urbana*. Porto: Edições Afrontamento.
- Birdwhistell, R. L. (1966). The American Family: Some Perspectives. *Psychiatry Interpersonal and Biological Processes* Volume 29, 1966, Issue 3, 203-212.
- Bourdieu, P. (Ed.). (1993). *La Misère du monde*. Paris: Seuil.
- Castello-Branco, F. (1981) *Upgrading of Sub-Standard Housing in Portugal Planning Strategies for the Technical Improvement of Marginal Settlements: Case Study The Casal Ventoso (Policopiado)*. Cambridge, Massachusetts: MIT.
- Chaves, M. (1999). *Casal Ventoso. Da gandaia ao narcotráfico*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CML (1989). *Lisboa de Frederico Ressano Garcia: 1874-1909* (Catálogo da Exposição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cordeiro, G. Í. (1997). *Um Lugar na Cidade. Quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica*. Lisboa: Dom Quixote.
- Cordeiro, G. Í. (2003). Uma certa ideia de cidade: popular, bairrista, pitoresca. *Sociologia*, XIII, 185-199.
- Cordeiro, G. Í. (2010). Pátio. Em C. Topalov, L. C. de Lille, J. C. Depaule & B. Marin (Eds.), *L'Aventure des mots de la ville: à travers le temps, les langues, les sociétés* (pp. 889-895). [Paris]: Robert Laffont.
- Cordeiro, G. Í., & Costa, A. F. da. (1999). Bairros: contexto e intersecção. Em G. Velho (Ed.), *Antropologia Urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal* (pp. 58-79). Rio de Janeiro: Zahar.

- Costa, A. F. (1999). *Sociedade de Bairro: Dinâmicas sociais de identidade cultural*. Oeiras: Celta.
- Cotelette, P. (2011). Michael Young et Peter Willmott, Le village dans la ville. Famille et parenté dans l'Est londonien. *Lectures. Les comptes rendus*. Obtido de <http://journals.openedition.org/lectures/1257>.
- Ferrão, J. (1985). Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-1981). *Análise Social*, 87-88-89, 565-604.
- Ferreira de Almeida, J. et al. (1992). *Exclusão Social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Gans, H. J. (1982). *Urban Villagers: Group and class in the life of Italian-Americans [1st ed. 1962]*. New York/London: The Free Press.
- Godinho, P. (1998). *Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Guerra, I., & Matias, N. (1989). Elementos para uma análise sociológica do movimento clandestino. Em *Os Clandestinos em Portugal* (pp. 92-123). Lisboa: Livros Horizonte.
- Hayden, D. (1995). *The Power of Place: Urban landscapes as public history*. Cambridge: The MIT Press.
- Hidrotécnica Portuguesa (1993). *Plano de Urbanização do Vale de Alcântara*. Vols. 1 e 2, Lisboa: CML.
- Jacobs, J. (1992). *The Death and Life of Great American Cities*. New York/Toronto: Vintage Books/Random House.
- Janeira, A. L., & Antunes, C. L. (1983). *Marcas de Indústria no Ambiente de Alcântara*. Lisboa: Barca Nova.
- Koch, R., & Latham, A. (2013). On the Hard Work of Domesticating a Public Space. *Urban Studies*, 50(1), 6-21.
- Lefebvre, H. (1974). *La Production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- Liebow, E. (2003). *Tally's Corner: A Study of Negro Streetcorner Men*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Madeira Rodrigues, M. (1979). *Tradição, transição e mudança: a produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista*. Dissertação para concurso de Professor da Disciplina de História Geral da Arte, Lisboa.
- Martins, C. A. (1997). Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*, 42, 483-535.
- Matias Ferreira, V. (1987). *A Cidade de Lisboa: De Capital do Império a Centro da Metrópole*. Lisboa: Dom Quixote.
- Menezes, M. (1994). Casal Ventoso: da fragmentação visual à segregação sócio-espacial. *Mediterrâneo*, 4, 21-31.

- Menezes, M. et al. (1992). *Bairro do Casal Ventoso. Elementos para uma caracterização sócio-ecológica*. Lisboa: GES, LNEC.
- OCDE (2018). *Um elevador social quebrado? Como prover a mobilidade social*. Disponível em: <https://www.oecd.org/portugal/social-mobility-2018-PRT-PT.pdf>.
- Pujadas, J. J. (2008). A rua como espaço público de sociabilidade: um olhar comparativo. Em G. Í. Cordeiro & F. Vidal (Eds.), *A Rua. Espaço, tempo, sociabilidade* (pp. 143-154). Lisboa: Livros Horizonte.
- Rawls, J. (1993). *Political Liberalism*. New York: Columbia University Press.
- Sabido Costa, T. (s/d). *Levantamento de dados para a história local do bairro de Campo de Ourique da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Junta de Freguesia de Campo de Ourique.
- Santos, B. S. (1983). Os conflitos urbanos no Recife: o caso do Skylab. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 11, 9-60.
- Simmel, G. (1997). A metrópole e a vida do espírito. Em C. Fortuna (Ed.), *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta.
- Tonnies, F. (2017). *Community and Society*. New York: Routledge.
- Velho, G. (1973). *A Utopia Urbana. Um estudo de Antropologia Social* (6.ª edição). Rio de Janeiro: Zahar.
- Vieira da Silva, A. (1941). Os limites de Lisboa. *Revista Municipal de Lisboa*, n.º 5, 2-15.
- Vieira da Silva, A. (1941). Os limites de Lisboa. *Revista Municipal de Lisboa*, n.º 6, 13-23.
- Vieira da Silva, A. (s/d). *As Freguesias de Lisboa – Campo de Ourique*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Wacquant, L. (2017). A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 16(0). Obtido de <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2365>.
- Whyte, W. F. (1993). *Street Corner Society: The social structure of an Italian slum*. Chicago: University of Chicago Press.
- Young, M., & Wilmott, P. (2011). *Family and kinship in East London*. London/New York: Routledge & Kegan Paul.

ANEXO

LISTA DE ENTREVISTAS COLETIVAS

Entrevista	Sexo	Idade	Escolaridade
1 (grupo com 70+ anos)	F	71	4. ^a Classe
1 (grupo com 70+ anos)	F	83	4. ^a Classe
1 (grupo com 70+ anos)	F	79	Analfabeta
1 (grupo com 70+ anos)	M	73	4. ^a Classe
1 (grupo com 70+ anos)	F	86	4. ^a Classe
1 (grupo com 70+ anos)	F	95	4. ^a Classe
1 (grupo com 70+ anos)	M	86	4. ^a Classe
1 (grupo com 70+ anos)	M	73	Analfabeta
2 (grupo com 60-69 anos)	F	69	Analfabeta
2 (grupo com 60-69 anos)	F	63	3. ^a Classe
2 (grupo com 60-69 anos)	F	65	4. ^a Classe

3 (grupo com 60-69 anos)	F	62	4. ^a Classe
3 (grupo com 60-69 anos)	F	63	Analfabeta
3 (grupo com 60-69 anos)	M	64	4. ^a Classe
4 (grupo com 50-59 anos)	F	51	9. ^o Ano
4 (grupo com 50-59 anos)	F	58	12. ^o Ano
5 (grupo com 50-59 anos)	M	50	Licenciatura
5 (grupo com 50-59 anos)	M	50	9. ^o Ano
5 (grupo com 50-59 anos)	F	55	9. ^o Ano
6 (grupo com 40-49 anos)	M	42	6. ^o Ano
6 (grupo com 40-49 anos)	F	42	6. ^o Ano
6 (grupo com 40-49 anos)	M	49	9. ^o Ano
6 (grupo com 40-49 anos)	M	41	9. ^o Ano
7 (grupo com 40-49 anos)	M	41	9. ^o Ano
7 (grupo com 40-49 anos)	F	42	9. ^o Ano

LISTA DE ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

Entrevista	Sexo	Idade	Escolaridade	Ligação prioritária ao mundo do trabalho
1	M	83	4. ^a Classe	Estiva
2	F	73	Analfabeta	Venda ambulante – trabalho doméstico
2	F	78	Analfabeta	Operariado industrial
4	F	94	Analfabeta	Operariado industrial
5	F	95	4. ^a Classe	Gandaia
6	F	86	Analfabeta	Gandaia
7	M	81	4. ^a Classe	Estiva
8	M	86	2. ^a Classe	Estiva
9	F	80	Analfabeta	Operariado industrial
10	F	85	Analfabeta	Operariado industrial
11	M	55	Sem estudos	Operariado industrial
12	M	40	12. ^o Ano	Estiva

SOBRE OS AUTORES

Miguel Chaves

É professor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, participando na coordenação e docência de cadeiras de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento. É, além disso, investigador do CICS.NOVA, onde coordena o Grupo de Investigação “Cidadania, Trabalho e Tecnologia”. Enquanto investigador, dedicou parte do seu percurso ao estudo da exclusão social, da pobreza e do desvio, tendo produzido vários textos sobre esta matéria, de entre os quais se destaca o livro *Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico* (Imprensa de Ciências Sociais, 1999). Escreveu vários artigos científicos e participou em diversos estudos centrados na inserção profissional

de jovens, dos quais coordenou “Percurso de inserção dos licenciados: relações objectivas e subjectivas com o trabalho” e “Trabalho em tempos de crise: Factores e estratégias de inserção profissional entre licenciados do ensino superior”. À temática da inserção dedicou também a sua tese de doutoramento publicada, em 2010, pela Imprensa de Ciências Sociais com o título *Confrontos com o Trabalho entre Jovens Advogados: As Novas Configurações da Inserção Profissional*. Atualmente, coordena também o Curso de Licenciatura em Sociologia da NOVA FCSH e o Observatório de Inserção Profissional dessa mesma universidade (OBIPNOVA).

Patrícia Pereira

É doutorada em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa (2013), com uma pesquisa sobre gentrificação, memória urbana e

espaços públicos, que deu origem ao livro *O Parque das Nações em Lisboa: Uma montra da metrópole à beira-Tejo* (Mundos Sociais, 2018).

É investigadora no CICS.NOVA (NOVA FCSH), onde desenvolve pesquisa sobre gentrificação, quotidiano e movimentos locais de resistência. Tem participado em projetos coletivos de investigação, de âmbito nacional e internacional, entre os quais “Lisbonds: Práticas, significados e contextos de vizinhança na Grande Lisboa” e “Transformações urbanas, gentrificação e mistura social: os casos dos centros históricos de Lisboa e Marselha”, financiado no âmbito do programa Pessoa 2016. É cocoordenadora da Rede de Pesquisa de Sociologia Urbana da Associação Europeia de

Sociologia (ESA RN37) e da ETNO. URB – Rede de Etnografia Urbana e membro do Conselho de Redação da revista *Forum Sociológico*. Enquanto docente, tem lecionado regularmente na Licenciatura em Sociologia da NOVA FCSH e também no Mestrado e no Doutoramento em Estudos Urbanos da NOVA FCSH e do ISCTE-IUL. A sua participação neste trabalho é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0076.

ISBN 978-989-765-432-2



9

